



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

CENTRO DE HUMANIDADES

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

MÁRCIA ANANDA SOARES SIQUEIRA DE SOUSA

**O PAPEL ENCAPSULADOR DAS EXPRESSÕES REFERENCIAIS
METAFÓRICAS E/OU METONÍMICAS**

FORTALEZA

2021

MÁRCIA ANANDA SOARES SIQUEIRA DE SOUSA

O PAPEL ENCAPSULADOR DAS EXPRESSÕES REFERENCIAIS
METAFÓRICAS E/OU METONÍMICAS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Linguística.

Linha de Pesquisa: Aquisição, desenvolvimento e processamento da linguagem

Orientadora: Profa. Dra. Ana Cristina Pelosi

FORTALEZA

2021

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S697p Sousa, Márcia Ananda Soares Siqueira de.
O papel encapsulador das expressões referenciais metafóricas e/ou metonímicas / Márcia Ananda Soares Siqueira de Sousa. – 2021.
143 f. : il.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2021.
Orientação: Profa. Dra. Ana Cristina Pelosi .

1. Encapsulamento. 2. Metáfora . 3. Metonímia . 4. Modelos Cognitivos Idealizados . I. Título.

CDD 410

MÁRCIA ANANDA SOARES SIQUEIRA DE SOUSA

O PAPEL ENCAPSULADOR DAS EXPRESSÕES REFERENCIAIS
METAFÓRICAS E/OU METONÍMICAS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Linguística da Universidade Federal do Ceará como
requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor
em Linguística. Linha de Pesquisa: Aquisição,
desenvolvimento e processamento da linguagem

Aprovada em: 31/05/2021.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Ana Cristina Pelosi (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Antônio Luciano Pontes
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Profa. Dra. Letícia Adriana Pires Ferreira dos Santos
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Profa. Dra. Áurea Suely Zavam
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Margarete Fernandes de Sousa
Universidade Federal do Ceará (UFC)

À Profa. Dra. Silvana Maria Calixto de Lima (“in memoriam”), por tudo o que pode ser encapsulado pela palavra “gratidão”.

AGRADECIMENTOS

A Deus e à Nossa Senhora Aparecida, por me ampararem em todos os momentos dessa árdua jornada.

Ao meu esposo, Albemerc Moraes, por não soltar a minha mão em nenhum momento e por acreditar em mim quando eu não tinha mais fé. TABM!

À minha filhinha, Nina, minha doguinha, pelos lambeijos mais cheios de amor.

Aos meus familiares, meus pais (Socorro e Francisco), meus irmãos (Monique e Marcos), meu sobrinho-filho (Benjamin) e Tia Vera, pelo amor, confiança e compreensão.

Às minhas avós, Joana Antônia de Sousa (*“in memoriam”*) e Maria de Jesus Siqueira Soares (*“in memoriam”*), meus exemplos de luta, dedicação e força.

Ao meu avô-pai, Antônio Soares de Siqueira (*“in memoriam”*), pela força e segurança que me transmitia apenas com um olhar amoroso.

Aos irmãos e irmãs, que compõem o grupo de oração Videira Verdadeira da Comunidade Católica Shalom, pelos momentos de oração que enchiam meu coração de esperança e paz.

À Dra. Krieger Olinda, por cuidar de minha saúde, com muito compromisso e afeição; pelas tantas palavras de apoio e incentivo ditas a mim em seu consultório.

À Dra. Daiane Sousa, por me ajudar na busca do equilíbrio psicológico necessário para a conclusão do processo de escrita desta tese.

À Profa. Dra. Ana Cristina Pelosi, pela generosidade em orientar esta tese, com muita competência e dedicação, estimulando, com leveza, os avanços na minha formação como pesquisadora; pelo acolhimento e pelas palavras de força nos momentos em que o processo ganhava grandes proporções.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFC, pelas contribuições na minha formação acadêmica.

À Profa. Dra. Maria Elias Soares e à Profa. Dra. Rosemeire Selma Monteiro-Plantin, em especial, pela força e apoio a mim dispensados.

Aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFC, pela gentileza e disponibilidade.

Ao meu amigo, Vinícius, pelo carinho, pelas palavras de incentivo nos momentos mais difíceis e pelas discussões acerca da temática desta tese.

Aos colegas do Grupo Gelp-Colin, pelas oportunidades de interlocução.

Ao CNPq, pela concessão de uma bolsa de estudos durante o período do doutorado.

RESUMO

Apoiados por pesquisas como as de Lima (2013), Sousa (2012) e Sousa e Lima (2015), as quais advogam em favor de uma noção mais ampla do encapsulamento, no âmbito da Linguística Textual, em que os elementos cognitivos intrínsecos ao fenômeno sejam descritos e interpretados, esta tese se propõe a caracterizar a função encapsuladora de expressões referenciais, explicando-lhes a base semântico-cognitiva de natureza metafórica e/ou metonímica. Partindo da hipótese da natureza cognitivo-discursiva do encapsulamento, recorreremos a uma interface entre a Linguística Textual e a Linguística Cognitiva, dada a complexidade e dinamicidade desse processo referencial, em termos descritivos e explanatórios. Para a construção dessa interface, valemo-nos da Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados (LAKOFF, 1987) e colaboradores, cujo pressuposto básico é o de que o conhecimento se organiza através de estruturas denominadas Modelos Cognitivos Idealizados (MCIs), compreendendo-se que a estrutura de categorias e os efeitos prototípicos são resultantes dessa organização. Sob esses fundamentos, analisamos 10 textos que pertencem ao gênero textual notícia e que apresentam as expressões nominais “Caso Pessegghini”, “O triste episódio de Castelo do Piauí”, “O caso Mensalão”, “O caso Viúva Negra”, “O episódio de Pinheirinho”, “O caso Favela Naval”, “A operação Xepa”, “A operação Bumerangue”, “A operação Boneco” e “A operação Jabuti”, as quais são designativas de fatos e/ou eventos policiais. Do ponto de vista metodológico, seguimos parcialmente a proposta de análise elaborada por Lima (2009), na qual nos amparamos para o trato dos aspectos cognitivos inerentes a essas expressões nominais. Por um procedimento mais indutivo, analisamos o comportamento textual de tais expressões, as quais podem funcionar como “introduções” ou “anáforas”, desempenhando, nas notícias, funções argumentativas como “orientar um ponto de vista” e “prenunciar/antecipar o tema/assunto”. Os resultados da análise apontam para a validação das hipóteses formuladas, uma vez que a explicitação dos processos semântico-cognitivos elucidam as maneiras pelas quais o interlocutor pode (re)construir as associações semânticas estabelecidas no texto e as relações entre os referentes em rede.

Palavras-chave: encapsulamento; metáfora; metonímia; modelos cognitivos idealizados.

ABSTRACT

Supported by research such as those of Lima (2013), Sousa (2012) and Sousa and Lima (2015), who advocate in favor of a broader notion of encapsulation, in the context of Textual Linguistics, in which the cognitive elements intrinsic to the phenomenon are described and interpreted, this thesis proposes to characterize an encapsulating function of referential expressions, explaining their metaphorical and / or metonymic semantic-cognitive basis. Starting from the hypothesis of the cognitive-discursive nature of encapsulation, we resort to an interface between Textual Linguistics and Cognitive Linguistics, given the complexity and dynamics of this referential process, in descriptive and explanatory terms. For the construction of this interface, we used the Theory of Idealized Cognitive Models (LAKOFF, 1987) and collaborators, whose basic assumption is that knowledge is organized through structures called Idealized Cognitive Models (ICMs), understanding that the structure of categories and the prototypical effects are the result of this organization. Under these foundations, we analyzed 10 texts that belong to the textual genre news and that present the nominal expressions “Caso Pesseghini”, “O triste episódio de Castelo do Piauí”, “O caso Mensalão”, “O caso Viúva Negra”, “O episódio de Pinheirinho”, “O caso Favela Naval”, “A operação Xepa”, “A operação Bumerangue”, “A operação Boneco” e “A operação Jabuti”, which designate facts and/or police events. From a methodological point of view, we partially follow the analysis proposal prepared by Lima (2009), in which we rely on the treatment of the cognitive aspects inherent to these nominal expressions. For a more inductive procedure, we analyze the textual behavior of such expressions, which can function as "introductions" or "anaphors", performing, in the news, argumentative functions such as "guiding a point of view" and "foreseeing / anticipating the theme / subject matter". The results of the analysis point to the validation of the formulated hypotheses, since the explanation of the semantic-cognitive processes elucidates the ways in which the interlocutor can (re)build the semantic associations established in the text and the relationships between the referents in the network.

Keywords: encapsulation; metaphor; metonymy; idealized cognitive models.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Processos referenciais atrelados à menção (adaptado de CAVALCANTE, 2011, p. 86)	29
Quadro 02 – Abordagem referencial não atrelada à menção cotextual (adaptado de CAVALCANTE, 2012, p. 127)	34
Quadro 03 – Processos referenciais atrelados à menção (adaptado de ESTEVES, 2017, p. 40)	60
Quadro 04 – Expressões linguísticas designativas dos casos e/ou fatos policiais; a base cognitiva dessas expressões e a contextualização desses fatos: uma relação.....	93

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. O ENCAPSULAMENTO NA LINGUÍSTICA TEXTUAL.....	18
2.1 A concepção sociocognitivista do texto.....	18
2.2 A Referenciação e os processos referenciais	23
<i>2.2.1 Os processos referenciais de introdução e de anáfora.....</i>	<i>28</i>
<i>2.2.2 O encapsulamento: alguns olhares.....</i>	<i>45</i>
3 OS ASPECTOS COGNITIVOS DAS EXPRESSÕES REFERENCIAIS COM PAPEL ENCAPSULADOR.....	66
3.1 A Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados: Fundamentos.....	66
<i>3.1.1 Modelos Cognitivos de Esquema de imagens.....</i>	<i>73</i>
<i>3.1.2 Modelos Cognitivos Metafóricos.....</i>	<i>77</i>
<i>3.1.3 Modelos Cognitivos Metonímicos.....</i>	<i>81</i>
<i>3.1.4 Modelos Cognitivos Proposicionais.....</i>	<i>85</i>
<i>3.1.4.1 Frame, cenário ou script.....</i>	<i>86</i>
4 O PAPEL ENCAPSULADOR DE ALGUMAS EXPRESSÕES REFERENCIAIS	90
4.1 Aspectos Metodológicos.....	90
<i>4.1.1 Delimitação do universo da pesquisa.....</i>	<i>90</i>
<i>4.1.2 Constituição do corpus.....</i>	<i>92</i>
<i>4.1.3 Categorias de análise/critérios de análise.....</i>	<i>96</i>
<i>4.1.4 Procedimentos de análise.....</i>	<i>97</i>
4.2 Análise dos dados.....	100
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	134
REFERÊNCIAS.....	138

1 INTRODUÇÃO

Desde que começou a se desenvolver, por volta de 1960, a Linguística Textual assumiu diferentes concepções de texto, as quais avançam de uma noção de base gramatical para uma de cunho sociocognitivista¹. É, nesta última, que o texto é concebido como o próprio lugar da interação dos sujeitos que dele participam e de construção dos sentidos, ou seja, o texto começa a ganhar caráter de dinamicidade e de mobilização de saberes.

Na esteira de uma visão sociocognitivista, emerge também a perspectiva da referenciação, que amplia, sobremaneira, as possibilidades de estudo do texto voltadas para a construção dos sentidos. De maneira geral, a referenciação é concebida, segundo Mondada e Dubois (2003), como um processo pelo qual os sujeitos, no âmbito de suas práticas discursivas e cognitivas, socioculturalmente situadas, constroem versões públicas do mundo. Nessa perspectiva, os referentes, agora concebidos como objetos de discurso, são elaborados pelos interlocutores no curso das práticas discursivas, em conformidade com seus propósitos comunicativos. Os objetos de discurso, por sua vez, podem ser materialmente representados no texto por expressões referenciais, cujas funções textual-discursivas têm sido largamente exploradas no interior da Linguística Textual.

De fato, as questões relativas à construção da referência, a partir das discussões engendradas por pesquisadores adeptos de uma visão não extensional da referência, a exemplo de Mondada e Dubois (2003), Apothéloz e Reicheler-Béguelin (1995), Marcuschi (2005) e Koch (2007), têm tomado a configuração de um dos grandes temas da atual agenda da Linguística Textual, servindo como base para o desenvolvimento de um significativo número de pesquisas. Nesse universo, podem ser ressaltados os trabalhos de Cavalcante (2003; 2004; 2011), Ciulla e Silva (2002; 2008), Zamponi (2003), Costa (2007), Lima (2009), Custódio-Filho (2011), Silva (2013), entre outros.

¹ Conforme Custódio-Filho (2011), os pressupostos sociocognitivistas apostam no entrelaçamento de aspectos culturais e cognitivos para a explicação de questões relativas à produção e transformação do conhecimento.

Apesar das expressivas contribuições dessas pesquisas, não podemos negar o fato de que muitos aspectos relativos ao processamento referencial ainda não foram descritos e compreendidos, haja vista a natureza heterogênea da referenciação. É, nesse sentido, que nos propomos a estudar, dentre os processos referenciais, o encapsulamento, de maneira a revisitar a concepção arraigada desse fenômeno na Linguística Textual, a partir de estudos nos quais esse processo referencial ganha novos contornos, em razão de evidências trazidas por análises cognitivo-discursivas. De modo mais claro, tal fenômeno referencial pode ter um nível de descrição mais amplo, caso sejam considerados de maneira mais pontual, além dos aspectos discursivos, os elementos cognitivos que motivam as expressões referenciais encapsuladoras.

Importante se faz dizermos que, no âmbito das pesquisas que se voltam para o trato dos processos referenciais, temos o encapsulamento discutido por autores como Conte (2003), Francis (2003), Cavalcante (2003, 2004, 2011), Zavam (2007), entre outros, como um tipo especial de anáfora indireta, uma vez que esse processo não retoma nenhum referente pontualmente, mas se ancora em informações difusas pelo contexto. Ademais, é preciso deixar claro, conforme assevera Cavalcante (2011), que essa noção é construída dentro de uma perspectiva que prioriza as menções cotextuais. De fato, o que as supramencionadas autoras chamam de “encapsulamento, anáforas encapsuladoras ou rótulos” são, na verdade, um processo referencial único, o qual assume, dentre outros, o papel de recurso coesivo responsável pelo resumo de uma porção textual, seja ela precedente ou conseqüente. Do ponto de vista formal, o encapsulamento aparece, geralmente, como um sintagma nominal anafórico, o qual é constituído sob a base de um nome geral como núcleo lexical, apresentando preferencialmente uma determinação demonstrativa.

O caráter sociocognitivista, que sustenta os estudos do texto, demanda princípios teóricos que só agora vêm sendo estudados em profundidade, como é o caso dos processos cognitivos. Por esse lastro, os estudos em referenciação apresentam uma progressão significativa, principalmente, em se tratando do redimensionamento dos atuais quadros classificatórios dos processamentos referenciais, com o objetivo de expor o quão complexo e heterogêneo é o fenômeno da referenciação e de construção dos sentidos. Nesse âmbito, a noção de encapsulamento começou a ganhar novos contornos

a partir de pesquisas como as de Costa (2007) e Esteves (2017), em que são colocados em cena outros aspectos na investigação desse fenômeno. Entretanto, ainda que alocados dentro de uma perspectiva teórica que convoca questões de cunho sociocognitivo, esses trabalhos ainda se apresentam como pouco elucidativos quanto aos processamentos cognitivos que, também, conformam o processo referencial, tal como preconiza a Linguística Textual.

Uma tentativa de elucidação ou pelo menos de descrição dos aspectos cognitivos que perpassam as expressões linguísticas encapsuladoras começa a ganhar um caráter mais sistemático com os trabalhos realizados por Lima (2013)², Sousa (2012) e Sousa e Lima (2015), quando do estudo de expressões linguísticas que rotulam as operações desencadeadas pela Polícia Federal. As autoras, a partir do estudo de expressões linguísticas responsáveis pela designação de operações articuladas pela Polícia Federal, veem em tais expressões um funcionamento encapsulador, quando essas são materializadas em contextos discursivos específicos. Tais estudos, adotando como fundamento teórico os postulados advindos da Linguística Textual e da Linguística Cognitiva, voltam-se a uma análise do caráter encapsulador de expressões designativas de operações da PF, dado o conhecimento de que essas expressões, quando materializam referentes, condensam informações que traduzem o teor da operação, as quais podem ser ativadas a partir do recurso a estruturas cognitivas que residem na subjacência desse tipo de ocorrência linguística, daí a importância de uma interface entre a Linguística Textual e a Linguística Cognitiva na promoção de um estudo como este. Isso porque uma análise dessas mesmas expressões feita em se considerando apenas a perspectiva textual-discursiva não contemplaria as estruturas cognitivas que, *grosso modo*, resguardam determinadas informações acerca da operação desencadeada pela PF.

² Deixamos claro que esse novo olhar ao fenômeno do encapsulamento foi inicialmente proposto em comunicação apresentada na Jornada de Estudos Linguísticos do Nordeste, em 2010, cujo conteúdo foi posteriormente transformado em capítulo de livro e publicado em Lima (2013). Nesse trabalho, a partir do estudo referencial de expressões que designam operações da PF, a autora levanta a hipótese de que expressões designativas de operações da Polícia Federal podem assumir um caráter encapsulador. Assim, Sousa (2012), considerando as conjecturas de Lima (2013), aprofunda as análises e chega à noção de que, em determinados contextos discursivos, as expressões designativas de operações da PF assumem a função de *introdução referencial com função encapsuladora*.

Assim, vimos, a partir de Lima (2013), Sousa (2012) e Sousa e Lima (2015), a pertinência em revisitar a noção de encapsulamento, haja vista a percepção do funcionamento de expressões linguísticas, como essas, que designam as operações desencadeadas pela Polícia Federal. Entendemos que, assim como tais expressões, também outras podem assumir o papel de encapsular/condensar informações que podem, ou não, estar disponibilizadas na materialidade textual, ou melhor, no cotexto, mas que podem ser ativadas/processadas pelos interlocutores via Modelos Cognitivos Idealizados. Exemplo disso são as expressões “o caso Pessegini”, “o caso Mensalão” e o “o episódio de Pinheirinho”, as quais já aparecem organizadas, ainda que em nível mais genérico, a partir de um *script*, ou seja, como um evento. Em tais expressões, temos palavras que resguardam motivações metafóricas e/ou metonímicas que podem, a partir da recorrência a pistas dispostas nos textos, orientar os interlocutores na ativação de informações que contribuem para a construção dos sentidos.

Nesse contexto, esta tese tem como objetivo, portanto, promover uma caracterização da função encapsuladora de expressões referenciais, explicando-lhes a base semântico-cognitiva de natureza metafórica e/ou metonímica. Objetivamos, portanto, promover uma descrição do papel encapsulador de expressões referenciais metafóricas e/ou metonímicas no âmbito da Linguística Textual em que traços categoriais subjacentes aos usos também sejam considerados. Tal descrição é possível a partir do diálogo com os pressupostos da Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados, proposta por Lakoff (1987) e colaboradores. Assim, como se assume neste estudo o pressuposto de que as palavras evocam modelos cognitivos e de que tais modelos, em si mesmos, têm uma ontologia que comporta o entendimento de que já “abarcam/empacotam” uma determinada estrutura que pode ser evocada a partir de um nome de operação ou o nome de um caso, por exemplo, é preciso deixar claro que tal pressuposto não pode ser visto de modo genérico (isso acontecer com todas as expressões referenciais de modo igual e indiscriminado), pois não estamos tomando esse papel encapsulador de maneira isolada ou fora da atividade discursiva.

Mas é preciso deixar claro que o que está sendo concebido, aqui, como “papel encapsulador” se deve à tentativa de escapar do termo técnico “encapsulamento anafórico” já plenamente estabilizado em LT, que significa, como já pontuamos, o

processo de sumarização, por meio de uma expressão resumitiva, ou de um pronome demonstrativo, de conteúdos dispersos no texto. Com isso, esclarecemos que não temos a pretensão de desestabilizar um fenômeno referencial mundialmente aceito como o encapsulamento, que se autodefine, reiteramos, como uma paráfrase resumidora. As expressões que nos interessam não são apenas as formas de encapsulamento anafórico reconhecidas na literatura, mas também outras expressões introdutórias e anafóricas que subsumam conteúdos não manifestos nos textos em que se encontram, mas que podem ser acessadas pelo interlocutor quando do desvelamento das estruturas cognitivas subjacentes a essas expressões e de sua relação com as pistas que estão dispostas na superfície textual. Assim, chamamos de “papel encapsulador”, deslocando o eixo para a função de condensar informações que não se mostram claramente expressas no texto, chegando às raias de conhecimentos compartilhados outros e que dialogam³ tematicamente com as notícias aqui analisadas.

Queremos, ainda, dizer que o comportamento de algumas expressões linguísticas com papel encapsulador pode ser melhor compreendido se o fazemos dentro de uma interface entre a Linguística Textual e a Linguística Cognitiva, pois essa interface permite uma descrição de informações sobre essas expressões que não se encontram explícitas textualmente, mas que podem ser (des)encapsuladas pelo interlocutor a partir do processamento de modelos metafóricos e/ou metonímicos que podem estruturar esse tipo de expressão referencial. Sumariamente, intentamos, a partir desta pesquisa, a promoção de um diálogo produtivo entre as duas áreas, o qual permita ampliar a abordagem do papel encapsulador de expressões referenciais metafóricas e/ou metonímicas, em termos descritivos e explanatórios, considerando que este, como já dissemos, é um fenômeno de natureza complexa, cuja explicitação não se esgota na

³ Conforme esclarecemos durante as análises, reconhecemos que as expressões referenciais selecionadas para as análises, nas notícias que compõem o *corpus*, podem condensar alusões ou referências a uma infinidade de informações contidas em outros textos e que dialogam tematicamente com essas notícias. Entretanto, escolhemos, por questões metodológicas, não trazer como critério de análise as intertextualidades por alusão e por referência, uma vez que nosso propósito principal aqui é explicitar os aspectos cognitivos que perpassam o fenômeno em pauta e que são tão caros ao processo de (re)construção dos sentidos de um texto.

superfície textual. Dizer o contrário seria deixar de considerar aspectos assumidos pelo paradigma sociocognitivista no qual se ancora a atual agenda de estudos em referência no âmbito da Linguística Textual. É exatamente nesse ponto que recai nossa crítica, uma vez que a Linguística Textual não apresenta explicações cognitivas para fenômenos que a própria LT toma como cognitivo-discursivo. Nesse sentido, compreendemos que a explicitação de processos semântico-cognitivos contribui, sobremaneira, para elucidação das maneiras pelas quais o interlocutor pode (re)construir as associações semânticas estabelecidas nos textos e as relações entre os referentes em rede.

Acreditamos, que uma análise que se ocupe da caracterização de uma função encapsuladora de expressões referenciais, de modo a explicar-lhes a base semântico-cognitiva de natureza metafórica e/ou metonímica nos leva a configuração das seguintes hipóteses: i) as explicações cognitivas concernem à base metafórica e/ou metonímica das expressões referenciais com função encapsuladora, assim como à base proposicional dos *scripts*; ii) a explicitação desses processos cognitivos pode revelar/esclarecer os modos pelos quais os interlocutores estabelecem as correlações semânticas estabelecidas nas notícias e as relações entre as redes referenciais; iii) o potencial resumidor de algumas expressões referenciais (não necessariamente encapsuladoras) pode ultrapassar conteúdos explicitados no texto chegando às raízes de conhecimentos compartilhados outros; iv) o que chamamos de papel encapsulador pode incidir sobre qualquer expressão referencial, seja ela introdutória ou anafórica; v) das expressões referenciais encapsuladoras podem emergir aspectos metafóricos e/ou metonímicos, além de modelos proposicionais por *script*; vi) as expressões referenciais que desempenham uma função encapsuladora podem assumir nos textos algumas funções argumentativas, tais como: orientar um ponto de vista; prenunciar o tema/assunto nas notícias.

Esta tese tem como *corpus* uma coletânea de 10 notícias (retiradas de jornais eletrônicos e blogs de notícias) e 10 expressões, referenciais de natureza metafórica e/ou metonímica, perfazendo um total de 10 textos analisados, já que selecionamos os textos a partir das expressões referenciais que nele se apresentavam. Destacamos que não é nosso objetivo aprofundar o estudo do gênero notícia, pois essas são analisadas apenas

do ponto de vista conteudístico, como destacamos na descrição dos procedimentos metodológicos. O que nos interessa, portanto, é a relação estabelecida entre essas expressões referenciais e a (re)construção dos sentidos dos textos.

Uma descrição sumária do plano de desenvolvimento deste trabalho de tese a apresenta, na sequência, organizada em três capítulos.

O Capítulo 2 centra-se na definição do objeto eleito para este estudo: o encapsulamento. Iniciamos com uma breve discussão sobre a noção de texto erigida sobre os pressupostos sociocognitivistas da qual nos valem para o trato do nosso objeto de estudo. Em seguida, apresentamos a perspectiva da referenciação (MONDADA; DUBOIS, 2003) em que residem os fundamentos primeiros do mencionado objeto. Continuamos com a apresentação da proposta classificatória das expressões referenciais organizada por Cavalcante (2011). Ao final, abordamos o encapsulamento a partir de uma visão consensualmente assumida pela Linguística Textual, em que uma certa expressão anafórica se encarrega de sumarizar/resumir conteúdos cotextuais, além de outras que visam conferir uma dimensão mais ampla ao fenômeno, em termos descritivos e explanatórios, como Costa (2007), Esteves (2017), Lima (2013), Sousa (2012) e Sousa e Lima (2015). Na descrição desses conceitos, definimos o nosso enfoque do encapsulamento como um fenômeno de natureza cognitivo-referencial, cujos elementos cognitivos intrínsecos a ele sejam descritos e interpretados, particularizando, nesse caso, as expressões referenciais que assumem um papel encapsulador e que são licenciadas por metáforas e/ou metonímias.

O Capítulo 3 é dedicado à abordagem da Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados (TMCI), modelo teórico basilar para as análises realizadas no Capítulo 3. A apresentação desse modelo se baseia em Lakoff (1987), que erige os seus fundamentos, mas também é enriquecida pela leitura de Feltes (2007), a qual realça o potencial de sua arquitetura, bem como pelos estudos de Kövecses (2005) e Lakoff e Johnson (1980,1999), os quais abrem, sobretudo, o campo de investigação dos modelos cognitivos, metafóricos e metonímicos, intrínsecos às expressões referenciais em análise. Na abordagem dessas questões, pontuamos a necessidade de trabalharmos com

a interface com a Linguística Cognitiva, na tentativa de dar conta da dinamicidade e complexidade daquilo que chamamos de “papel encapsulador”.

O Capítulo 4 diz respeito à análise mesma do *corpus* constituído para o estudo. Expomos, inicialmente, os procedimentos metodológicos dos quais nos valem para a coleta e análise dos dados, explicando escolhas e apresentando as categorias de análise utilizadas na investigação. Os passos analíticos na aplicação da TMCI seguem parcialmente a proposta de análise desse modelo elaborada e aplicada por Lima (2009). Em um segundo momento, apresentamos a análise propriamente dita dos dados.

As conclusões resultantes das análises empreendidas configuram-se como as validações das hipóteses que nortearam esta pesquisa e o apontamento das contribuições resultantes deste trabalho de pesquisa.

2 O ENCAPSULAMENTO NA LINGUÍSTICA TEXTUAL

Discorremos, neste capítulo, sobre conteúdos relativos à Linguística Textual, especialmente a perspectiva da referenciação, a qual é basilar em nossa pesquisa, cujo foco, reiteramos, é o encapsulamento. Iniciamos com uma breve discussão acerca da noção de texto erigida sobre os pressupostos sociocognitivistas, na qual nos respaldamos para o trato do nosso objeto de estudo. Em seguida, apresentamos a concepção do processo de referenciação, proposta por Mondada e Dubois (2003), e seus vários desdobramentos no que diz respeito ao trato das expressões referenciais. Continuamos com a apresentação da proposta classificatória das expressões referenciais organizada por Cavalcante (2011). Ao final, abordamos o encapsulamento a partir da visão consensualmente assumida pela Linguística Textual, em que uma determinada expressão anafórica assume a função de sumarizar/resumir conteúdos cotextuais, além de outras que se voltam à promoção de uma abordagem mais ampla, em termos descritivos e explanatórios, como Costa (2007), Esteves (2017), Lima (2013), Sousa (2012) e Sousa e Lima (2015).

2.1 A concepção sociocognitivista do texto

Com vistas a compreender a noção de texto em que nos respaldamos para o trato do nosso objeto de estudo, o encapsulamento, consideramos inicialmente a necessidade de discutir algumas questões acerca da concepção de texto de base cognitivista para, então, adentrarmos no conjunto de pressupostos sociocognitivistas e na concepção de texto erigida sobre eles.

Na trajetória da Linguística Textual, conforme descrição apresentada por Koch (2007), é a partir da década de 1980 que ocorre a chamada “virada cognitivista”, a qual se marca pela noção de que toda e qualquer ação reclama processos de cunho cognitivo. Nesse viés, o texto assume-se, então, como um produto de processos mentais, construído sob uma abordagem procedural, pela qual, segundo a autora, compreende-se que “os parceiros da comunicação possuem saberes acumulados quanto aos diversos tipos de atividades da vida social, têm conhecimentos representados na memória que necessitam ser ativados para que sua atividade seja coroada de sucesso.” (KOCH, 2007,

p. 21). Sendo assim, os envolvidos no processo de interação ativam e carregam para a atividade comunicativa experiências e conhecimentos consonantes com seus ideais em todas as etapas da produção textual, não apenas na busca pela tradução do seu projeto de signos linguísticos, mas também em razão da atividade de entendimento de textos.

A obra *Introdução à Linguística Textual*, de Beaugrande e Dressler, lançada em 1981, atua como um dos marcos dessa virada cognitivista, na qual temos a defesa do constructo de que o texto surge de uma diversidade de operações cognitivas interligadas, configurando-se, portanto, como um documento de decisão, seleção e combinação. Sob esse entendimento, os autores discutem em favor de uma abordagem também procedural, em que, entre outras operações, as cognitivas são levadas a cabo. Dessa maneira, é função da Linguística Textual a promoção do desenvolvimento de modelos procedurais condizentes com as ações de produção e compreensão textual.

Diante dessas questões, torna-se importante acrescentarmos que a noção de texto como “processo” se vale das teorias advindas da Inteligência Artificial e da Psicologia Cognitiva, acarretando, assim, uma construção da noção de texto e do processamento textual, de certa forma restrita, haja vista o cognitivismo clássico resguardar uma visão de mente não corpórea, o que significa dizer que, nessa concepção, existe uma diferença muito bem marcada entre os processos mentais e extramentais, cabendo a esse modelo explicar como os conhecimentos de um indivíduo estão organizados/estruturados em sua mente e como são ativados para a resolução de questões postas pelo ambiente⁴. (KOCH; CUNHA-LIMA, 2009)

Refutando o que é postulado pelo cognitivismo clássico, entra em cena o Sociocognitivismo, o qual se molda pelas seguintes noções: i) a mente e corpo não estão separados, uma vez que atuam num *continuum*, de forma que, nas palavras de Koch e Cunha- Lima (2009, p. 275), “os aspectos motores e perceptuais bem como as formas de

⁴ O ambiente é concebido apenas como um meio responsável por disponibilizar informações a serem analisadas e representadas internamente pelos indivíduos. Ademais, a cultura e o social configurariam como parte integrante desse ambiente, exigindo, portanto, a representação memorial de conhecimentos culturais. Assim, “entender a relação entre cognição e cultura seria, portanto, entender que conhecimentos os indivíduos devem ter para agir adequadamente dentro de sua cultura.” (KOCH; CUNHA-LIMA, 2009, p. 278).

raciocínio abstrato são todos de natureza semelhante e interrelacionados”; ii) as atividades cognitivas ocorrem em forte interação com o meio; iii) a realidade não é objetiva e homogênea, sendo, portanto, constitutivamente instável, ou melhor dizendo, segundo Blinkstein (1983), a realidade é “fabricada”.

Nessa perspectiva, o caráter sócio-histórico do sujeito é essencialmente considerável, de modo que a compreensão humana é tributária das questões sociais da existência humana. Há, portanto, para a perspectiva sociocognitivista, o objetivo de apresentar os dois aspectos inerentes ao homem, o social e o cognitivo, partindo-se, assim, para uma compreensão sobre a relação homem, mente e sociedade. É essa mudança de foco, a qual coloca em primeiro plano os processos de construção do sentido, afastando-se, portanto, da mera identificação de unidades estruturais e da predição sobre sequências bem-formadas, a responsável por alterar substancialmente a agenda dos estudos linguísticos, os quais, a partir de então, respaldam-se em uma concepção de texto de cunho sociocognitivista. (SALOMÃO, 1999)

Nessa perspectiva, a linguagem não existe em função da geração de sequências arbitrárias de símbolos nem tampouco para oferecer repertórios de unidades sistemáticas, mas em função do uso e da interação. Conceber a linguagem nesses termos é voltar-se à concepção de linguagem como um mecanismo cognitivo, como explica Salomão (1999, p. 65), que “à semelhança da percepção visual, ou do raciocínio, aciona um conjunto de princípios aparentemente simples, gerais e limitados, operativos sobre bases de conhecimento subjacentes na memória ou presentes, como contexto, na situação comunicativa.”

É incontestável que os postulados sociocognitivistas vêm dominando os estudos do texto na atual agenda da Linguística Textual. Entretanto, delimitar o texto teoricamente acaba por parecer algo ainda longe de acontecer, haja vista a vastidão de fatores e aspectos que entram em cena e que, mesmo sendo aceitos, não são descritos e/ou considerados em análises empíricas. Além disso, temos uma dificuldade em relação à precisão de parâmetros em função da maleabilidade e instabilidade das situações comunicativas. Nesses termos, temos o texto configurando-se como um evento comunicativo com um alto nível de complexidade. Essa complexidade, no dizer

de Cavalcante (2013)⁵, dá-se em razão da grande subjetividade que constitui o processo de (re)construção do texto.

O que pretendemos, neste tópico, é descrever a noção de texto a partir de um viés sociocognitivista. Mas o que vem a ser essa dimensão sociocognitivista que compõe a noção de texto? E diante de tal dimensão, o que vem a ser o texto?

É a partir desse questionamento que Cavalcante (2013) começa a construir fundamentos para uma noção de texto respaldada em aspectos sociocognitivistas. Segundo a autora, para que se entenda essa dimensão sociocognitivista, uma palavra é crucial: *negociação*. Isso porque os sentidos são construídos e reconstruídos a partir das experiências socioculturais de cada um, as quais existem para que os locutores se façam entender e, assim, busquem um ponto em comum de entendimento. Esse processo de (re)construção de sentidos é possível por meio daquilo que está materialmente posto e daquilo que pode ser inferido. Nesse viés, a autora admite que a parte sociocognitivista do texto seja fácil de entender, mas muito complexa em termos de explicação e demonstração por meio de parâmetros precisos, haja vista a Linguística Textual ainda não dispor desses parâmetros para descrever/ demonstrar como se dão as inferências. “Tudo isso é a parte sociocognitiva”, diz a referida autora. Em linhas gerais, Cavalcante (2013) concebe o texto como um evento comunicativo altamente complexo, o qual requer a mobilização de um largo conjunto de saberes em permanente reconstrução em um dado momento de interação.

Cavalcante e Custódio-Filho (2010) já assumem que essa atual perspectiva, a qual, reiteramos, permite que o texto seja concebido como um artefato dinâmico e complexo, provoca a possibilidade de rediscussão dos aspectos envolvidos na dinâmica textual, como é o caso da coerência textual, a qual, no entender de Koch (2009), é inicialmente vista como um princípio de semântica oriundo de relações instituídas no contexto, passando, posteriormente, com base em Charolles (1983), a ser tida como

⁵ Palestra proferida em aula inaugural do ProfLetras (Mestrado Profissional em Letras) UESPI (Universidade Estadual do Piauí) em agosto de 2013. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=K6HG6AE2fF0>. Acesso em: 23 jul. 2014.

produto de uma construção dos próprios usuários do texto numa dada situação de comunicação, estabelecida via processos cognitivos realizados na mente desses usuários e desencadeados através do texto e do contexto. Para os autores, tal fato, dada a complexidade do objeto texto, reivindica uma concepção mais plástica de coerência “(e de textualidade), que privilegie a importância de cada interação e do trabalho dos sujeitos na procura pela coerência textual.” (CAVALCANTE; CUSTÓDIO-FILHO, 2010, p. 61)

Conforme os autores, para a (re)construção da coerência textual, todas as evidências cotextuais e as inferências engatilhadas por elas são articuladas de maneira coesa, nos ajudando a compor o todo significativo para uma determinada situação sociodiscursiva. Assim, o texto, para Cavalcante (2011),

não representa a materialidade do contexto, nem é somente o conjunto de elementos que se organizam numa superfície material suportada pelo discurso; o texto é uma construção que cada um faz a partir da relação que se estabelece entre enunciador, sentido/referência e coenunciador, num dado contexto sociocultural. Por isso está inevitavelmente atrelado a uma enunciação discursiva. (CAVALCANTE, 2011, p.17)

Tal noção de texto, conforme preconiza os autores, como fenômeno comunicativo, supõe, obrigatoriamente, uma visão de coerência/coesão e de textualidade não apenas dependente de aspectos imanentes à organização de elementos cotextuais, mas também, de um largo contexto sociocultural, o que inclui, sobremaneira, uma gama de ações interpretativas dos coenunciadores.

É, nesse sentido, que Cavalcante e Custódio-Filho (2010) argumentam que é exatamente esse caráter dinâmico, confortado pelos preceitos sociocognitivistas sobre o texto, que define o rumo das investigações dos fenômenos da Linguística Textual, os quais são examinados amparados pela pressuposição de que “a interação é a instância de concretização das relações sociocognitivas, e por isso mesmo deve ser a unidade analítica por excelência. Os usos linguísticos, portanto, são a chave para se desvendarem os fenômenos.” (CAVALCANTE; CUSTÓDIO-FILHO, 2010, p. 61) Com isso, os autores asseguram que é exatamente a partir dos usos linguísticos que propostas de explicação para os fenômenos são construídas. Isso porque são esses usos

os sinalizadores das incompletudes e os principais estimuladores de novos estudos, como é o caso do estudo proposto nesta tese.

Tomando o que dizem os referidos autores, dentro dessa perspectiva sociocognitiva, a construção de uma única definição de texto que abarque todos os pressupostos sociocognitivistas é praticamente inviável, entretanto, eles reconhecem que estudar o texto, por esse viés, é “levar a sério a temática das relações entre os usos efetivos, aparato interdiscursivo e cognição interacionalmente situada.” (CAVALCANTE; CUSTÓDIO-FILHO, 2010, p. 56) Desse modo, temos então o texto sendo compreendido, conforme proposição dos autores, como “um artefato dinâmico”, o que permite que este seja reconhecido como um evento com alto nível de complexidade. Para mais, entendemos que apenas uma noção de texto sociocognitiva sustentaria nossa proposta de estudo para o encapsulamento, uma vez que para que haja o redimensionamento dessa noção é preciso que se considerem, em termos de descrição e interpretação, essas relações.

Feitas essas considerações sobre a noção de texto assumida para este estudo, tratemos, pois, da referenciação, nicho em que se encontra nosso objeto de estudo e cuja abordagem é instaurada também consoante as bases da perspectiva sociocognitivista. Ademais, para o redimensionamento da noção de encapsulamento, basilar neste trabalho, é necessário compreender onde ele se situa no quadro classificatório dos processos referenciais.

2.2 A referenciação e a construção dos referentes

As investigações acerca de como “a língua refere o mundo” (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 18) ocuparam, por muito tempo, filósofos da linguagem e lógicos antes mesmo de se tornar interesse de linguistas, assumindo, assim, a pressuposição de uma relação diretiva entre as palavras e as coisas. Em outros termos, tínhamos entre a linguagem e as coisas do mundo uma relação dada e preexistente. Tal perspectiva é mais bem compreendida se se considera a noção “de um mundo já discretizado em objetos ou “entidades”” (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 19), as quais existem independentemente de qualquer sujeito e situações nas quais este seja participante.

Assim, as representações linguísticas moldam-se como instruções ajustáveis ao mundo dado, não passíveis, portanto, de mudanças/alterações.

Opondo-se a essa concepção, outra perspectiva embasada em fundamentos de cunho sociocognitivista concebe a referência como um processo dinâmico que privilegia as relações intersubjetivas e sociais. Nesse processo, as versões do mundo são publicamente construídas e avaliadas em conformidade com as finalidades e ações dos enunciadores (MONDADA, 2005). Nesse sentido, as relações entre as palavras e as coisas não se dão de forma direta e aleatória, mas em uma dada situação de interação da qual fazem parte os sujeitos constituídos sócio-historicamente, responsáveis pela negociação e “fabricação” da realidade e dos referentes. Concebe-se, portanto, que entre a língua e as práticas sociais é instaurada uma relação de reciprocidade. No dizer de Blikstein (1983, p. 80),

agindo sobre a práxis, a língua também pode modelar o referente e “fabricar” a realidade. Pois a partir dessa relação língua/práxis é que podemos aceitar a função interpretante ou modelante da língua [...] a práxis cria a estereotipia de que depende a língua e esta, por sua vez, materializa e reitera a práxis.

Assim, conforme o referido autor, língua e práxis encontram-se imbricadas de tal forma que quanto maior o crescimento no processo de socialização, mais difícil um estabelecimento de fronteiras entre ambas. Nesse viés, a realidade é configurada como resultado da nossa percepção cultural, que, por sua vez, depende da construção de uma prática social, na qual “reside o mecanismo gerador do sistema perceptual que, a seu turno, vai fabricar o referente”. (BLIKSTEIN, 1983, p. 58).

Mondada e Dubois (2003) compreendem a referência não como uma questão estritamente linguística, mas como um fato que simultaneamente diz respeito à cognição e à utilização da linguagem em contexto e em sociedade, propondo, assim, a substituição da noção de *referência* pela de *referenciação* e, conseqüentemente, a de *referente* pela de *objeto de discurso*. Nessa perspectiva, ao referir, os interlocutores elaboram objetos de discurso que, sendo construídos e desenvolvidos discursivamente, não podem ser vistos como expressões referenciais que refletem os objetos do mundo e as representações cognitivas, mas como entidades que (re)constroem a realidade extralinguística dentro do processo de interação. Dessa forma, “a realidade é construída,

mantida e alterada não pela forma como nomeamos o mundo, mas, acima de tudo, pela forma como, sociocognitivamente, interagimos com ele”. (KOCH, 2005, p. 33- 34).

Nesse viés, o entendimento da referenciação como “atividade discursiva” (KOCH, 2005), além de orientar uma visão não extensional da referência, induz ao pressuposto de uma instabilidade das relações entre as palavras e as coisas, uma vez que as categorias usadas para descrever o mundo são várias e mutáveis, sincrônica e diacronicamente (MONDADA; DUBOIS, 2003). Assim, para exemplificar a instabilidade de categorias discursivas como oriundas da intersubjetividade das atividades sociocognitivas, Mondada e Dubois (2003) fazem uso do vocábulo “piano”, o qual pode ser categorizado como um ‘instrumento musical’, se utilizado no contexto de um concerto, ou como um ‘móvel pesado’, no contexto de uma mudança. Tem-se, a partir dessa situação, a ideia de que mudanças contextuais ou mudanças na forma de percepção do objeto implicam alterações na significação do referente. Sob essa ótica, o processo de categorização configura-se como uma questão relativa aos atores sociais, os quais são responsáveis pela seleção de categorias em um dado contexto. Dessa maneira, a problemática não está mais em avaliar a adequação das etiquetas do mundo, mas em traçar pormenorizadamente os procedimentos linguísticos e sociocognitivos pelos quais esses atores se referem uns aos outros.

O processo de instabilização das categorias é observável em práticas, as quais são dependentes tanto de “processos de enunciação como de atividades cognitivas não necessariamente verbalizadas e práticas do sujeito ou de interações em que os locutores negociam uma versão provisória, contextual e coordenada do mundo”. (MONDADA; DUBOIS, 2003, p. 29). Assim, no âmbito das práticas discursivas, aquilo que é considerado sob um prisma estável de referência para as categorias torna-se instável, evolui em função de mudanças contextuais, sendo, portanto, “*re-categorizado*”. Essas discussões orientam uma caracterização da instabilidade como sendo uma forma de entendimento, compreensão e descrição do mundo, lançando, assim, dúvidas sobre as descrições únicas, universais e atemporais do mundo. Entretanto, isso não implica conceber as descrições como desordenadas e caóticas. (MONDADA; DUBOIS, 2003).

Por outro lado, ainda que evidenciando a instabilização inerente às práticas discursivas e aos objetos de discurso, não podemos ignorar os processos de estabilização que dão sustentação às nossas concepções de mundo, como advertem Mondada e Dubois (2003). No entanto, cabe salientar que o processo de estabilização aqui considerado não se relaciona à ideia de mundo pronto e acabado, bem como de categorias dadas *a priori*. Assim, entendendo que o acesso ao mundo é possibilitado por operações cognitivas, linguísticas e discursivas, a estabilização das categorias configura-se como um meio de organização e facilitação da comunicação. Nesse sentido, as autoras, lançando mão dos postulados de Rosch (1978), explicam que o processo de estabilização das categorias, em sentido estrito, dá-se, em nível psicológico, através da prototipicidade, e, em nível linguístico, através da lexicalização, dos estereótipos e da anáfora. É válido ressaltar que a configuração de um protótipo⁶ ocorre em função de práticas discursivas e sociocognitivamente situadas.

Conforme Mondada e Dubois (2003, p. 42), “os nomes enquanto rótulos correspondem aos protótipos e colaboram para a sua estabilização ao curso de diferentes processos”. Os protótipos são compartilhados pelos indivíduos através do processo de interação e estabilizados socialmente. Esse protótipo compartilhado lexicalmente evolui para o estereótipo, configurado como uma representação coletiva. Essa evolução está fundamentada não mais em valores de verdade, mas em convenções sociais sobre as formas de nomear o mundo.

As autoras explicam que o processo de estabilização das categorias discursivas ocorre, em nível linguístico, através da lexicalização e de sua ocorrência no interior das práticas discursivas, por meio das anáforas nominais, as quais podem ser concebidas, simultaneamente, como uma maneira de ilustrar a questão da evolução dos referentes e como um modo de estabilizar ou focalizar uma denominação particular. Além da estabilização das categorias do discurso em níveis psicológicos e linguísticos, há a estabilização através dos processos de inscrição, tais como a escrita, a imprensa e a

⁶ Os protótipos são definidos como os membros da categoria que mais refletem a estrutura redundante da categoria como um todo, em outros termos, são os melhores exemplares ou os mais centrais. (ROSCH, 1978)

imagem, as quais podem ser vistas como móveis, uma vez que circulam em amplas redes, ou imóveis, visto que são fixas e não sofrem modificações em seu movimento. Essas inscrições podem ainda ser reproduzidas, o que permite não somente sua circulação, mas sua comparação no tempo e no espaço.

Postas essas questões, é válido dizer que os conceitos de prototipicidade e de estereotipia aproximam-se da noção de esquemas ou modelos sociocognitivos, ou seja, “das formas de representação dos conhecimentos pelos membros dos grupos sociais, de acordo com suas práticas culturais, suas atitudes com relação a essas práticas e aos atores sociais, variáveis espaço-temporais e outros elementos que as constituem”. (KOCH, 2007, p. 56). Nesse sentido, os estereótipos constituem-se como parte da *cognição social*, a qual é defendida por Van Dijk (1994) como o conjunto de estratégias e estruturas mentais partilhadas por membros integrantes de um mesmo grupo, especificamente, aquelas envolvidas na compreensão, produção ou representação de objetos sociais. Nessa perspectiva, a língua não é exterior aos sujeitos sociais nem às práticas discursivas nas quais interferem, através de suas percepções linguísticas e sociocognitivas, isto é, através de seus modelos de mundo. Esses modelos, dentro das várias situações enunciativas, são (re)construídos sincrônica e diacronicamente. (KOCH, 2007).

Destaca-se, mais uma vez, a concepção de referenciação como as operações realizadas pelos sujeitos à proporção que o discurso se desenvolve. O processamento dessas operações é, de fato, um processamento estratégico. Assim, em consequência da interação verbal, os sujeitos atuando sobre o material linguístico disponível operam escolhas, objetivando seus propósitos comunicativos. Esses pressupostos implicam que os processos de remissão textual realizados na atividade de referenciação constituem escolhas do sujeito em função de um querer dizer. Dessa maneira, o discurso constrói uma representação que funciona como uma memória compartilhada e alimentada publicamente pelo próprio discurso, sendo as sucessivas etapas de tal representação responsáveis, em parte, pelas escolhas feitas pelos interlocutores, especialmente, em se tratando de expressões referenciais. (APOTHÉLOZ; REICHELER-BÉGUELIN, 1995)

Ademais, essas considerações reafirmam o caráter dinâmico do processo de referenciação e, conseqüentemente, dos objetos de discursos, os quais são (re)construídos no cerne das atividades cognitivas e discursivas.

Passemos, então, a discussões sobre processos referenciais e suas funções, considerando para tanto os estudos realizados por Cavalcante (2003; 2004; 2011), a fim de entendermos que lugar dos processos referenciais é ocupado pelos encapsulamentos. Em razão dos nossos propósitos, deixamos claro que, aqui, abordaremos apenas as noções de introdução referencial e anáfora.

2.2.1 Os processos referenciais de introdução e de anáfora

Após a promoção de alterações em suas propostas de 2003 e 2004 para a classificação das expressões referenciais, Cavalcante (2011) promove uma revisão dessas classificações, a qual apresentaremos e discutiremos a partir de então. Antes de disso, é preciso salientar que nos trabalhos que enveredam pelos caminhos da referenciação há duas formas de abordagem da construção de objetos de discurso na atividade discursiva, a saber:

uma prioriza a manifestação das expressões referenciais no cotexto para descrever diferentes tipos de processos de introdução, anáfora e de dêixis. Outra não considera como critério primário de distinção a explicitação das expressões referenciais, mas sim a construção sociocognitivo-discursiva desse objeto de discurso. (CAVALCANTE, 2011, p. 53)

A autora argumenta em favor de que, em ambas as abordagens dos processos referenciais, o que se busca, na verdade, é analisar a maneira como o objeto de discurso vai se modelando, não apenas a partir de pistas dispostas no cotexto, mas ainda de todas as demais informações do entorno sociocultural e situacional daqueles envolvidos na comunicação. Por outro lado, diz Cavalcante (2011), a primeira visão (a que prioriza a menção das expressões) acaba sendo determinante, principalmente, para a separação entre estratégias de introdução de referentes e anáfora. Nesse contexto, haveria, segundo a autora, de um lado, as introduções de referentes no discurso sem nenhuma âncora no cotexto, e, de outro lado, as diversas estratégias de continuidade referencial, que encerrariam os casos de *anáfora*, sempre ancorados em alguma pista

do cotexto. Vejamos como esses processos são organizados pela referida autora, a partir do quadro a seguir:

Processos referenciais atrelados à menção			
Introdução referencial		Anáfora (continuidade referencial)	
		Anáforas diretas (correferenciais)	Anáforas indiretas
		AI (propriamente ditas)	Anáforas encapsuladoras

Quadro 01: Processos referenciais atrelados à menção (adaptado de Cavalcante, 2011, p. 86)

Seguindo Cavalcante (2011), consideramos que a melhor maneira de compreender esses processos referenciais é através da recorrência a situações de usos, por isso apresentaremos, a partir de então, textos cujas análises se voltam ao entendimento de tais processos. Vejamos então como se dão esses processos, a começar pela análise do exemplo (1), apresentado na sequência.

(1) O sujeito chega para o padre e pergunta:

- Padre, o senhor acha correto alguém lucrar com os erros dos outros?
- É claro que não, meu filho!
- Então me devolve a grana que eu te paguei para fazer meu casamento.

(piada, As melhores piadas de Casseta e Planeta, v.4 IN: CAVALCANTE, 2011, p. 54)

Conforme essa abordagem, os referentes “o sujeito” e “o padre” são concebidos como introduções referenciais, uma vez que a introdução desses referentes no universo do discurso depende unicamente de sua homologação cotextual. Conforme Cavalcante (2011), não se considera o que aparece após esses referentes, mas o fato de nada ser materializado no cotexto antes de tais expressões. Isso leva ao equívoco de classificar como introduções algumas anáforas indiretas.

Em contrapartida, a autora diz que, para que haja anáfora, é preciso que as expressões referenciais façam referência a pistas dispostas pelo cotexto. Para exemplificar esse processo, Cavalcante (2011) vale-se do seguinte texto:

(2) A professora tenta ensinar matemática para o Joãozinho.

- Se eu te der quatro chocolates hoje e mais três amanhã, você vai ficar com... com... com...?

E o garoto:

- Contente!

(piada, Coleção 50 Piadas – Matemática, de Donaldo Buchweitz IN: CAVALCANTE, 2011, p. 55) (Grifos da autora)

Em (2), o referente “Joãozinho”, o qual se conforma como uma introdução referencial, é retomado pela expressão anafórica “o garoto”. Em análise, a autora diz que aqui há uma ocorrência de correferencialidade, uma vez que o referente previamente introduzido é recuperado completamente pela expressão “o garoto”.

Entretanto, não se pode entender, conforme assevera Cavalcante (2011), que a progressão referencial se dê apenas por meio de estratégias correferenciais. Isso porque o processo de continuidade referencial pode ser também ser realizado por meio de expressões que, ainda que não representem o mesmo referente mencionado, mantêm de alguma maneira relações com outras âncoras cotextuais, operando, assim, um tipo de referência indireta, também anafórica, como é o caso das anáforas indiretas. Vejamos essas questões a partir do exemplo seguinte.

(3) “O prefeito foi visitar o hospício da cidade. Chegando na biblioteca, percebe que tem um louco, de cabeça para baixo, pendurado no teto. Preocupado, comenta com o diretor do hospício:

- O que é que esse louco está fazendo aí no teto?

- Ele pensa que é um lustre.

- Mas é perigoso, ele pode cair e se machucar.

- Por que vocês não o tiram do teto?

- Mas e, à noite, como é que a gente vai fazer para ler no escuro?

(piada, Coleção 50 piadas – loucos, de Donaldo Buchweitz. In: Cavalcante, 2011, p. 60)

Em (3), têm-se como exemplos de anáforas indiretas, dentre outras, as expressões “a biblioteca” (por uma relação metonímica de parte-todo, liga-se a “o hospício da cidade”), “o diretor”, “o louco” (associam-se também a “o hospício da cidade” por uma relação funcional, uma vez que o diretor e o louco ocupam a função de agentes dentro do hospício). Conforme Cavalcante (2011), essas anáforas indiretas são caracterizadas pela apresentação de um novo referente que mantém relação a outro já citado anteriormente, ou a alguma pista cotextual. A associação entre essas formas, dependentes do reconhecimento do coenunciador, possibilita que o anafórico indireto seja concebido como se já fosse dado, velho. É preciso que se diga que essas relações associativas próprias das anáforas indiretas se davam por um critério de lexicalização. Dessa forma, entendemos que o processo de inferência está baseado, principalmente, no reconhecimento de uma expressão referencial como pertencente ao mesmo campo semântico-lexical de sua âncora.

Consideramos, com Cavalcante (2011), essa percepção um tanto quanto restrita, uma vez que, dentro de uma visão sociocognitiva-discursiva da referenciação, o processo de inferência engloba muito mais que o estabelecimento de relações semântico-lexicais, mas um conjunto de percepções e informações da situação enunciativa, dados do conhecimento compartilhado, além das informações próprias dos desdobramentos textuais. Para mais, assim como o faz Cavalcante (2011), o que julgamos questionável é a separação entre aspectos semântico-lexicais e pragmáticos para a construção da noção de anáfora indireta. É essa separação e, consequente, priorização de um desses aspectos que sustentam a separação das anáforas indiretas em “anáforas associativas” e “anáforas inferenciais”, como o faz Schwarz (2000), de acordo com discussões em Cavalcante (2011)

Diante disso, assumimos aqui o pensamento de Cavalcante (2011) para quem o que marca uma anáfora como indireta é o mecanismo inferencial envolvido no processo, não importando a origem da âncora em que se apoia, tão pouco a forma como a anáfora se manifesta “(se como sintagma nominal definido, demonstrativo, possessivo; se como

pronome pessoal)” (CAVALCANTE, 2011, p. 63). Retornaremos a essas questões acerca das anáforas indiretas ao tratarmos das desestabilizações próprias aos processos referenciais, conforme Cavalcante (2011).

Além dos processos descritos até então, temos, dentro da perspectiva que prioriza as menções cotextuais, o encapsulamento, o qual tem sido abordado como um tipo particular de anáfora indireta, uma vez que não se atém a uma âncora pontual do cotexto, mas a conteúdos difusos. O exemplo (4) é selecionado pela referida autora para mostrar alguns casos de encapsulamento. Vejamos:

(4) Auto-retrato

Luiz Paulo Kowalski

Em dezembro de 2005, aos 48 anos, o cirurgião Luiz Paulo Kowalski, do Hospital do Câncer, em São Paulo, um dos maiores especialistas em tumores de cabeça e de pescoço do país, descobriu por acaso um nódulo na parótida direita, uma das glândulas produtoras de saliva. A cirurgia para a retirada do tumor deixou o médico com parte do rosto paralisada. A experiência de enfrentar como paciente uma enfermidade na qual é especialista fez com Kowalski mudasse radicalmente sua postura perante os doentes. “Minha doença me fez um médico melhor”, disse ele à repórter Adriana Dias Lopes. Qual foi a principal lição que o senhor tirou de sua experiência? Ganhei uma obsessão: ser absolutamente honesto com o paciente. Ou seja, não me limito mais a fazer um relato sobre a doença e seu prognóstico. O que isso significa? Se o doente corre o risco de ficar com paralisia facial depois de uma cirurgia, não digo apenas que ele poderá ter dificuldade para comer, como fazia antes. “Dificuldade para comer” é muito mais do que isso. O paciente não conseguirá segurar o alimento com os dentes. A comida vai ficar presa entre a gengiva e o lábio sem que ele perceba. Para o médico, essas situações tendem a ser banais. Mas não para o doente. Minha doença me fez um médico melhor. Aprendi a falar a linguagem do paciente. Na prática, o que o paciente ganha com isso? Segurança e tranquilidade. Faço de tudo para que o paciente não seja pego de surpresa. Claro que nem todo paciente quer saber de tudo – e eu percebo e respeito esse limite. Mas, para a maioria, falar a verdade é sinal de respeito. Certa vez, uma vítima de câncer

na língua me perguntou se, depois da retirada do tumor, poderíamos fazer a reconstituição do órgão. Antes eu teria dito simplesmente que sim. De fato, fazemos a reconstituição – mas não aquela imaginada pelo paciente. A sensibilidade da língua, por exemplo, jamais é recuperada. Hoje gasto o tempo que for necessário para informar o doente. Minhas consultas têm espera média de duas horas. E ninguém reclama. (...) O senhor ficou um ano com paralisia facial e até hoje tem algumas sequelas. Como foi sua recuperação? Uma semana depois da cirurgia eu já estava trabalhando. Fiz um ano de sessões diárias de fisioterapia. Foi muito difícil. O que ajudou na minha recuperação foi o apoio da minha mulher e das minhas filhas. Senti na pele como é importante o conforto das pessoas queridas. Hoje, quando entro num quarto e encontro meu paciente rodeado por parentes e amigos, acho ótimo. Passei a tolerar mais as visitas.

(Entrevista - Veja, 06/02/2008. In: CAVALCANTE, 2011, p. 71-72). (Grifos da autora)

Nesse exemplo, tem-se inicialmente na função de encapsulamento a expressão “uma obsessão”, já que esta carrega a função de antecipar e resumir o conteúdo proposicional da oração seguinte “ser absolutamente honesto com o paciente”. Ocorre que, na perspectiva vinculada ao emprego de expressões referenciais, a autora garante que é impossível que a expressão “uma obsessão” se reporte a uma âncora pontual, ou seja, a outra expressão referencial específica, uma vez que a recuperação de informações se dá de forma difusa, o que, segundo a autora, particulariza as anáforas encapsuladoras e, também, o que lhes atribui o caráter de anáfora indireta. Em síntese, esse caráter de anáfora indireta dá-se em razão de o encapsulamento ser não correferencial e assumir o papel de sumarizar informações cotextuais e contextuais. Importante se faz dizer que a principal diferença entre os encapsuladores e os anafóricos indiretos propriamente ditos reside no fato de aqueles resumirem conteúdos proposicionais inteiros, sendo eles precedentes e/ou consequentes. Concordamos com Cavalcante (2011) no que diz respeito à simultaneidade de remissão de uma expressão referencial. Entretanto, entendemos que àquela expressão podem estar subsumidos, além de elementos cotextuais, extralinguísticos e do conhecimento compartilhado, estruturas cognitivas que, uma vez processadas, podem contribuir, sobretudo, para a instauração dos sentidos.

Conforme a autora, as outras expressões grifadas no exemplo (4) fazem referência a informações ainda mais difusas. Dessa maneira, expressões do tipo “essas situações”, compostas de demonstrativo neutro e nome geral, além de encapsular informações do contexto, exigem do leitor o processamento de “uma série de outros conhecimentos de mundo, de situações e vivências cotidianas, ou seja, requerem também dados contextuais.” (CAVALCANTE, 2011, p. 73) Do exposto, entendemos que a autora não desconsidera as questões cognitivas que compõem esse processo referencial, até porque negá-las significaria uma contraposição à concepção sociocognitivista em que se resguarda a referenciação, entretanto, acreditamos que, em Cavalcante (2011), essas questões são tomadas de maneira muito abrangente sob o rótulo de conhecimento de mundo, conhecimentos compartilhados ou até mesmo como dados contextuais. Reiteramos que outras visões acerca do encapsulamento, nosso objeto de estudo, serão vistas e discutidas no tópico 1.2.2 desta tese. Sendo assim, adentremos, então, a perspectiva da não menção referencial.

De maneira geral, enquanto a abordagem atrelada à menção advoga em favor da pontualidade e da marcação de antecedentes na materialidade textual, a abordagem não atrelada à menção, mesmo não descartando a explicitação cotextual do referente, não se limita a ela. Assim, vale dizer que essas duas abordagens não são vistas pelos estudiosos da área como antagônicas, conforme esclarece Custódio-Filho (2011), haja vista a coincidência de princípios e pressupostos. Nesse sentido, para uma melhor compreensão dessa abordagem, a qual se conforma dentro do paradigma sociocognitivista, partimos da configuração do esquema geral da abordagem referencial não atrelada à menção.

Processos referenciais não atrelados à menção			
Introdução referencial	Anáfora		
	Direta	Indireta	Encapsuladora

Quadro 02: Processos referenciais não atrelados à menção (adaptado de Cavalcante, 2013, p.127)

Esse esquema é fruto de uma minuciosa análise dos processos referenciais realizada pela autora com o intuito de mostrar como os referentes, ainda que não apareçam homologados no cotexto, já se encontram acessíveis no discurso. Conforme

Cavalcante (2011), esse processo compõe-se como um jogo de coconstruções em que os referentes passam por estabilizações e desestabilizações, até que os participantes cheguem a um consenso para cada circunstância. Assim, longe de negar a perspectiva que dá primazia à menção, a autora busca tornar evidente a maneira pela qual a essência dinâmica e negociada dos processos referenciais desestabiliza as fronteiras que isolam esses processos referenciais. São essas desestabilizações, que resultam em questionamentos acerca de algumas imposições teóricas e limítrofes aos processos referenciais, a base para o redimensionamento dos processos referenciais, de modo a, conforme aduz Silva (2014, p. 137), “fazê-los ganhar, paulatinamente, definições e contornos mais adequados ao seu funcionamento no discurso”.

Cavalcante (2011) apresenta e discute algumas noções que ganham novos contornos quando vistas sob a perspectiva não atrelada à menção cotextual, as quais, no dizer da autora, são desestabilizadas. Para tanto, ela remonta a estudos como os de Costa (2007), Leite (2007a e 2007b) Ciulla e Silva (2008) e Lima (2009) para desenvolver seu projeto argumentativo. Sobre as desestabilizações apresentadas pela autora, julgamos válido dizer que o trabalho de Silva (2014) se mostra como o mais produtivo para a compreensão dessas desestabilizações, não apenas do ponto de vista reflexivo, mais, principalmente, metodológico. Isso porque a referida autora organiza as discussões de Cavalcante (2011) em seis desestabilizações, a saber: 1ª – introdução referencial; 2ª – anáfora correferencial; 3ª – anáfora encapsuladora; 4ª – anáfora indireta; 5ª – dêixis; 6ª – recategorização. É dessa organização que nos valem para discorrermos acerca desses processos, entretanto, por questões de delimitação de enfoque, nos ocuparemos apenas das questões relativas às introduções e às anáforas, cuja conceituação se torna imprescindível para que discutamos o que são e que lugar ocupam nos processos referenciais de encapsulamento. Além disso, a conceituação desses processos se torna fundamental para que discutamos, nas análises, como esses processos podem assumir nos textos aqui analisados um papel encapsulador. Passemos, então, ao trato das introduções referenciais.

É sabido que a introdução referencial ocorre sempre que um referente aparece pela primeira vez no texto, conforme discutimos a partir do exemplo (1). Entretanto, algumas ocorrências concebidas como introduções referenciais podem ser tomadas

como anáforas indiretas, conforme proposição de Costa (2007), partindo-se do entendimento de que vários condicionamentos contextuais entram em cena na construção de um referente. Vejamos o exemplo (5), apresentado por Costa (2007), do qual se vale Cavalcante (2011) para a compreensão do funcionamento da expressão “a professora de matemática”.

(5) Joãozinho

A professora de matemática pergunta ao Joãozinho:

- Joãozinho, tem três passarinhos no galho de uma árvore. Você pega sua espingardinha e mata um. Quantos ficam no galho?

- Nenhum, professora - responde ele.

- Como, Joãozinho? Pense bem... Você tem 3 passarinhos, mata um. Quantos sobram?

- Nenhum, professora. Quando eu acertar o primeiro, os outros dois saem voando e não sobra nenhum no galho.

- Bem, Joãozinho, a resposta não foi correta, mas eu gosto muito do seu jeito de pensar.

Assim, diz o Joãozinho:

- Professora, eu também tenho uma perguntinha. Ali no banco do jardim estão sentadas três moças. Uma está comendo um sorvete, a outra está chupando um sorvete e a outra está mordendo um sorvete. Qual delas é casada?

A professora, muito constrangida e vermelha, pensa um pouco e responde:

- Bem, acho que é a que está chupando o sorvete.

E o Joãozinho:

- Errado, professora, é a que está com aliança no dedo, mas eu gosto muito da sua maneira de pensar... (piada veiculada pela internet. COSTA, 2007, p. 171)

Nesse caso, o referente “Joãozinho”, já sinalizado no título, indica, para o leitor, que o fato narrado se trata de uma piada de Joãozinho, personagem pertencente a uma cena comum, geralmente ocorrida em sala de aula, e que sustenta uma imagem de menino levado e inteligente, que sempre tem respostas prontas para as situações por ele vivenciadas. Nesse sentido, a expressão “a professora de matemática”, ao ser introduzida no cotexto não causa nenhum estranhamento ao leitor, isso porque, apesar de se estar, formalmente, marcando a apresentação de um novo referente, o leitor dispõe

de informações que o constroem como se fora conhecido. Diante disso, Costa (2007) põe em foco a dificuldade de se categorizar, em situações como a descrita, uma expressão referencial como sendo introdução referencial ou anáfora indireta, uma vez que se torna difícil definir “até onde vai o limite entre o que já estava presente no universo textual/discursivo e que, por isso, constitui uma anáfora, e o que está entrando nele pela primeira vez e que, por essa razão, é classificado como introdução pura⁷” (COSTA, 2007, p. 172). Tal dificuldade recai, segundo a autora, sobre o fato de o universo textual/discursivo está para além da materialidade.

Por essa linha de raciocínio, Cavalcante (2011) põe em questionamento, assim como o faz Costa (2007), os limites entre a introdução referencial e o momento da introdução, já que “o referente, na verdade, já começou a ser instituído a partir de outros caminhos, como o gênero discursivo em que se enquadra o texto, a pista fundamental do título e a cena sala de aula, própria das “piadas de Joãozinho””. (CAVALCANTE, 2011, p. 135-136)

Em contrapartida, Cavalcante (2011) mostra a expressão “três passarinhos” como pertencente a casos em que o referente é de fato introduzido no texto por meio de uma expressão referencial. Para a referida autora, a forma indefinida como esse referente se mostra atribui a ele o estatuto de novo, sugerindo que haja, para a identificação da entidade referida, apelo a conhecimentos enciclopédicos.

É observável, a partir dessas discussões, uma dificuldade de se estabelecer categorias fixas para as expressões referenciais, a qual, justifica-se, no dizer de Ciulla e Silva (2008), porque, se a referência se configura como um “processo” dependente de uma gama de atividades cognitivas e sociais situadas, as expressões referenciais, por sua vez, assumirão comportamentos fluidos e também situados.

Além das impressões de Costa (2007) acerca da fluidez que marca o processo de introdução referencial, é importante mencionar que tal processo pode não apenas

⁷ Cavalcante (2003) diz que há introdução pura desde que um referente seja introduzido no texto sem que haja nenhum apelo ao contexto discursivo ou à situação imediata de comunicação.

assumir a função de lançar no cotexto um referente que será recategorizado à medida que transcorra a interação. Tal afirmação está fundada nas impressões de Custódio-Filho (2011) para quem uma introdução referencial já pode vir recategorizada na inauguração do referente. Diante da recorrência desse fenômeno, o autor questiona o fato de a recategorização da introdução referencial ser um aspecto constitutivo do processo de referenciação. Para a construção dessas impressões, o referido pesquisador lança mão das considerações de Silva (2004), que analisou a orientação do ponto de vista como decorrente das escolhas das introduções referenciais em notícias escritas, desde o título do texto. Para isso, Silva (2004) valeu-se de um mesmo episódio apresentado por três diferentes jornais escritos, cujas análises indicam que a posição que o enunciador assume em relação ao sujeito do fato noticiado já aparece apontada no título, configurando-se como uma estratégia argumentativo-discursiva. Esses títulos aparecem nos exemplos (6), (7) e (8).

(6) ASSALTANTE MORRE EM TIROTEIO COM A POLÍCIA

O assaltante Juscelino Xavier dos Santos, 32 anos, que residia na cidade de União, morreu em tiroteio com a Polícia Militar [...] (Jornal O Dia, 19 de março de 2003. In: SILVA, 2004, p.66.)

(7) PINTOR É ASSASSINADO PELA POLÍCIA

Policiais de Miguel Alves (cidade localizada a 110 quilômetros de Teresina) mataram na noite de anteontem, durante uma operação, o pintor Juscelino Xavier dos Santos [...] (Jornal Meio Norte, 19 de março de 2003. In: SILVA, 2004, p.66.)

(8) ARTESÃO EXECUTADO POR POLICIAIS EM BARREIRA

O artesão Juscelino Xavier dos Santos, 30 anos, foi executado anteontem com um tiro de arma de grosso calibre, na virilha, ao tentar passar em uma barreira formada por policiais civis e militares [...] (Jornal Diário do Povo, 19 de março de 2003. In: SILVA, 2004, p.66.)

Acerca desse comportamento referencial, o autor acrescenta que os referentes introduzidos, “Assaltante”, “Pintor” e “Artesão”, promovem uma antecipação que será necessária “para que o leitor, “sozinho”, formule sua opinião e muitas vezes concorde com a do enunciador” (SILVA, 2004, p. 66). É neste aspecto que esses casos se

diferenciam das anáforas, as quais remetem a pistas cotextuais. A par desse comportamento, Custódio-Filho (2011) acrescenta que a introdução de um referente avaliativo não se conforma como um elemento próprio do gênero notícia, uma vez que é possível percebê-la em outros gêneros. O autor assume tal posicionamento a partir da análise de um editorial que tem como título “Vamos enfrentar o monstro”, cuja primeira ocorrência de “o monstro” assume não só a função de introduzir o referente, mas também de recategorizá-lo. Como podemos ver a seguir:

(9) Vamos enfrentar o monstro

O uso do crack no Brasil já é tratado no âmbito do governo federal como um caso grave de saúde pública, mas com um viés de risco à segurança pública. Tanto assim que o presidente Luiz Inácio da Silva determinou, no início deste mês, que o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência, [sic] que organize um seminário com especialistas para discutir a questão. 158. Não é necessário ser um especialista para se perceber o quanto o crack é uma droga devastadora e que coloca em risco não somente a saúde e a segurança dos usuários, mas das famílias e comunidades afetadas pelo crescente consumo desta substância entorpecente. Relatos cada vez mais dramáticos envolvem desde a venda de utensílios e móveis para sustentar o vício até assaltos e homicídios cometidos por jovens – alguns deles ainda nem bem saídos da infância. Algo que não é somente preocupante, mas grandemente assustador. Pais e mães, educadores, profissionais de saúde e policiais hoje manifestam o temor de que o crack chegue cada vez mais perto de jovens e crianças. Vulneráveis, eles podem ser levados a este abismo de difícil volta. As razões para o grande medo precisam se fazer acompanhar, claro, de ações corajosas e imediatas para o enfrentamento. O crack é um monstro que coloca sob risco comunidades em todo o Brasil. Enfrentá-lo com determinação é uma medida urgente e inadiável. Além do combate ostensivo ao tráfico, faz-se necessário [sic] que, o quanto antes, fazer chegar às escolas o material didático para dar a professores o conhecimento necessário para que instruem seus alunos sobre os malefícios desta droga. Quanto mais informação se tiver sobre os efeitos das drogas, quanto mais pudermos mostrar quão feio e ruim é esse monstro, mais chance teremos de impedir que ele seduza nossos jovens e crianças.

(Jornal Meio Norte, 21 de março de 2010. In: Custódio-Filho, 2011, p. 157-158)

Entendemos que essas questões colocam em pauta o processamento estratégico que constitui o processo de referenciação, uma vez que as escolhas feitas pelo enunciador se voltam a seu projeto de dizer, como é o caso desse exemplo analisado por Custódio-Filho (2011), em que o enunciador põe em cena a repercussão do uso do crack na sociedade com o intuito de mobilizar os leitores contra o uso das drogas. Desse

modo, para que seu objetivo seja alcançado ele faz uso das expressões “droga devastadora”, “abismo de difícil volta”, substância entorpecente”, “monstro”, as quais direcionam o leitor para confirmação da recategorização do crack como “monstro”. Sumariamente, o autor apresenta dois processos que evidenciam a natureza recategorizadora das introduções referenciais, a saber: i) a expressão referencial, em sua primeira aparição, já é recategorizada pelo enunciador, podendo, no transcorrer do texto, ser confirmada pelo leitor; ii) posteriormente a esse primeiro momento, o enunciador estimula o leitor a considerar a introdução referencial posta como pertinente, através de um trabalho para confirmar se se trata do referente de que tratou o enunciador e o porquê de tal atribuição designativa, em certa medida inusitada. Diante disso, o autor assegura que a evidência de um referente não está somente no modo como ele vem marcado.

Outra visão atribuída às introduções referenciais resulta do trabalho de Silva (2013), o qual se volta à investigação acerca das formas e funções de tal processo. Para tanto, o autor parte da análise de quatro gêneros pertencentes à esfera jornalística, os quais envolvem elementos verbais ou não verbais. Do ponto de vista formal, as introduções referenciais podem ser marcadas, conforme Silva (2013), como expressões referenciais aparentemente neutras, uma vez que não apresentam marcas avaliativas; referentes manifestados por imagens; palavras e/ou imagens com marcas intertextuais; expressões com marcas explicitamente avaliativas e, logo, recategorizadoras. Já em relação à função, o autor pontua: a inauguração dos referentes no texto/discurso; a orientação do ponto de vista desde o título e ao longo do texto; o encapsulamento de porções textuais e o “estranhamento” inicial sobre o referente, fazendo o leitor buscar, durante a leitura, a confirmação de quem é o objeto citado nas palavras e/ou imagens utilizadas no gênero textual. Silva (2013) pontua ainda que pode haver uma sobreposição dessas funções, principalmente em se tratando de textos verbo-imagéticos. Algumas dessas atribuições para o redimensionamento da noção de introdução referencial são também atestadas no trabalho de Silva (2014), quais sejam: recategorização como um fenômeno não atrelado apenas a anáforas; a função de encapsulamento das introduções; a simultaneidade de funções para uma mesma introdução referencial. Diante do exposto, chamamos atenção para a função

encapsuladora que perpassa as introduções referencias, a qual é também partilhada por Sousa (2012), quando analisa as expressões designativas de operações da Polícia Federal. Sobre essas impressões trataremos na subseção 1.2.2 desta tese, quando falaremos da perspectiva sociocognitiva do encapsulamento. Entretanto, julgamos pertinente ressaltar que a diferença entre esses trabalhos reside exatamente na concepção de encapsulamento assumida, já que Silva (2013) promove as análises desse fenômeno sob a base de critérios textual-discursivos, enquanto Sousa (2012) toma como suporte uma abordagem cognitivo-discursiva para o fenômeno, com a qual comungamos para a construção de nossas conjecturas sobre o papel encapsulador que particulariza as expressões nominais metafóricas e/ou metonímicas. Dando continuidade ao nosso propósito neste tópico, entenderemos, agora, como funcionam as anáforas diretas, as anáforas encapsuladoras e as anáforas indiretas.

Conforme mostrado na análise do exemplo (2), a anáfora direta, dentro da perspectiva que dá primazia à menção, é aquela que recupera diretamente um referente explícito no cotexto. Contudo, sob a abordagem da não menção referencial, a concepção de anáfora direta como sendo aquela que recupera um referente pontual é, segundo Ciulla e Silva (2008), bastante questionável, já que, por essa abordagem, as anáforas diretas possuem mais de uma âncora no texto, além de inúmeras outras pistas que colaboram na construção da referência. Desse modo, o conceito de correferencialidade ultrapassa a recuperação de uma expressão cotextual, conforme assevera Cavalcante (2011). A fim de mostrar como isso funciona no texto, a referida autora vale-se do exemplo apresentado em Ciulla e Silva (2008). Vejamos:

(10) [...] “É como uma linha férrea desativada” – o médico lhe mostrava o raio X, levantando a chapa contra a luz. Lá estava a coluna vertebral, na estrada completa, com todos os seus ossinhos aparentemente em perfeito estado. Mas agora não servia para mais nada, os membros paralisados [...]. Agora observa outra vez a chapa contra a luz. Uma linha férrea, sim. Sem ligações nervosas, sem circuitos, o trenzinho parado não se sabe em que canto do corpo, enferrujando. [...]. O trem das onze chega logo. Sente um arrepio: a luz do poste iluminou o rosto do homem, o mesmo que descia na estação, anos atrás. Não podia imaginar que um dia estaria deitado na linha do trem, com o menininho lhe ajeitando os membros [...]. Afasta-se. Pensa em voltar rápido para casa; a cadeira de rodas leve, ágil. Mas não resiste a um impulso: o de ver os vagões correndo, correndo, atravessando a linha férrea e correndo, correndo. (Tércia Montenegro, *Linha Férrea*. In: CIULLA e SILVA, 2008, p. 51).

Nesse exemplo, a expressão correferencial “linha férrea” aparece ambígua, podendo se referir tanto à coluna do velho, de modo a promover uma macabra alusão aos vagões atropelando o velho, quanto ao trem que percorre os trilhos, apresentando, assim, mais de uma âncora textual. Diante dessa análise, Cavalcante (2011), compartilhando o pensamento de Ciulla e Silva (2008), avalia que as anáforas diretas tanto quanto as anáforas indiretas podem ser configuradas como amálgamas cognitivos, dada a sua condição de recuperar, reformular e homologar referentes ainda não explicitados contextualmente. As anáforas diretas podem, além de acrescentar um novo viés ao referente retomado, promover a recuperação do mesmo referente, sob um ponto de vista diferente. Esse comportamento é confirmado, em Lima (2003), a partir de suas considerações acerca da função recategorizadora das anáforas diretas correferenciais. Nesse sentido, consideramos, com as autoras convocadas para esta discussão, que o conceito de correferencialidade aqui posto em cena contribui para validar a capacidade inferencial das anáforas. Ademais, é impossível, como diz Costa (2007), que os processos referenciais não contemplem algum tipo de inferência, ainda que em menor grau.

Diante dessas considerações acerca das anáforas diretas (correferencias), entendemos que sua concepção apenas como a retomada direta de um mesmo referente é, no mínimo, reducionista, já que, ainda que haja correspondência lexical entre os núcleos de uma expressão referencial, conforme aduz Ciulla e Silva (2008), é preciso que se leve em conta todos os aspectos sociocognitivos próprios dos processos referenciais. Por outro lado, é preciso que se considere que ainda faltam à Linguística Textual critérios precisos para a promoção de análises que contemplem todos os elementos constituintes de uma abordagem sociocognitivista, dada a alta complexidade das interações. É no intuito de promover uma aproximação, pelo menos, entre as classificações dos processos referenciais e os efetivos comportamentos dos referentes que pesquisas como a nossa podem se mostrar promissoras.

A terceira classificação que se desestabiliza, conforme assevera Cavalcante (2011), quando se toma como base a perspectiva da não menção referencial é a das

anáforas encapsuladoras, as quais sempre concebidas como a propriedade de recuperar/resumir porções cotextuais, podem, na verdade, fazer referência a informações não explicitadas, evidenciando, assim, aspectos cognitivo-discursivos do processamento referencial. Orientada também pela mudança da noção de correferencialidade, a autora estabelece que tal noção atravessa o conceito de encapsulamento, categorizando-o como um tipo peculiar de anáfora correferencial. Tal posicionamento aparece resguardado a partir dos seguintes critérios por elas partilhados: manutenção referencial, a qual pode ocorrer sem que haja a recuperação pontual do referente; e atribuição avaliativa ao referente retomado, de modo a recategorizá-lo. Além disso, as anáforas encapsuladoras promovem a sumarização de conteúdos, uma vez que promovem, do ponto de vista discursivo, a sumarização de informações.

Acreditamos, diante dessas questões, que a atribuição do caráter correferencial ao encapsulamento, de modo que este carregue como uma de suas funções a manutenção de um referente, liberta-o de seu papel de introdutor de referentes, conforme preconiza a abordagem que dá primazia à menção. Dessa forma, é possível dizer que sobre a anáfora encapsuladora recai o papel de “inaugurar” uma nova expressão referencial e não um novo referente, promovendo, assim, a recategorização do referente recuperado. Entretanto, uma das hipóteses levantadas nesta investigação está constituída sob a compreensão de que o encapsulamento, dentro da perspectiva da não menção referencial, pode acontecer também por introdução, cabendo à expressão encapsuladora o papel de inaugurar um novo referente no cotexto.

Cavalcante (2011), com o intuito de demonstrar outros olhares lançados ao encapsulamento, convoca as impressões de Costa (2007) sobre esse fenômeno. Sobre esse e outros estudos trataremos no tópico subsequente, o qual é destinado apenas à compreensão desse processo referencial.

Passemos, então, à quarta desestabilização, relativa às anáforas indiretas. Conforme pontuamos anteriormente, pela perspectiva que prioriza a menção, “as anáforas indiretas não retomariam elementos, mas remeteriam a alguma fonte fornecida pelo cotexto, introduzindo novos referentes no discurso.” (CIULLA; SILVA, 2008, p. 48) Todavia, vejamos, a partir do exemplo (10), que, do ponto de vista sociocognitivo, a

menção referencial não se conforma como critério mais importante para a instauração de uma anáfora indireta, já que o mecanismo inferencial envolvido no processo é o que, segundo Cavalcante (2011), marca as anáforas indiretas.

(11) Ensinoamento

“Minha mãe achava estudo

a coisa mais fina do mundo.

Não é.

A coisa mais fina do mundo é o sentimento.

Aquele dia de noite, o pai fazendo serão,

ela falou comigo:

‘Coitado, até essa hora no serviço pesado’.

Arrumou pão e café, deixou tacho no fogo com água quente.

Não me falou em amor.

Essa palavra de luxo.”

(PRADO, Adélia. Ensinoamento. In: CAVALCANTE, 2012, p. 124.)

No exemplo (11), a expressão referencial “o pai”, apesar de aparecer no texto pela primeira vez, é apresentada pelo enunciador como dada/conhecida, o que é comprovado pela presença da definição, a qual assume a função de anáfora indireta. Tal classificação deve-se ao fato de que o modelo subjetivo de contexto do enunciador dá plenas condições de o coenunciador interpretar a expressão, associando-a ao pai do enunciador. As pistas cotextuais para a construção da inferência ficam por conta da expressão “minha mãe” e das predicções sobre tal, as quais possibilitam a ativação do *frame* FAMÍLIA.

Há de se ressaltar, diante dessa análise, a importância do processo inferencial envolvido na constituição das anáforas indiretas, conforme já vimos discutindo. De mais a mais, partindo da perspectiva da não menção referencial, as anáforas indiretas, de

maneira geral, não se subordinam, do ponto de vista formal, a expressões nominais definidas, uma vez que elas podem, segundo Cavalcante (2011), se manifestar em outras formas sintagmáticas e pronominais.

Em linhas gerais, as posições assumidas até então para os processos referenciais recaem, essencialmente, na questão da instabilidade das categorias, já que não existe nada que não possa passar por um processo de desestabilização.

Diante de todas as reflexões acerca dos processos referenciais, compreendemos que todas essas desestabilizações recaem na noção de “acessibilidade” referencial, uma vez que ela está condicionada não só à proeminência de uma entidade no texto, mas a todos os mecanismos emergentes da própria interação. Nesse ponto, consideramos, está ancorada a necessidade cada vez maior de se apoiar em elementos de natureza cognitivo-discursiva para a descrição do comportamento de expressões referenciais. É preciso que se diga que essa descrição depende, sobremaneira, da constituição de critérios objetivos, que coloquem em cena tanto os elementos discursivos quanto os cognitivos, para a (re)construção referencial. Por tais razões, convocamos o modelo analítico de Lima (2009), resguardadas as devidas proporções, para fundamentar nossas análises acerca do processo de encapsulamento, uma vez que é preciso tratá-lo pelo processo. Abordemos, agora, o encapsulamento.

2.2.2 O encapsulamento: alguns olhares

As ocorrências dos processos referenciais de encapsulamento aparecem, ao longo das últimas décadas nomeadas de formas distintas. Entretanto, as designações empregadas para a definição desse processo inclinavam-se a limitar as ocorrências de encapsulamento às anáforas, como bem pontua Esteves (2017). Ocorre que, conforme o referido autor, esses trabalhos desconhecem outros tipos de processos referenciais que se incubem de resumir/sumarizar porções cotextuais (como é o caso do trabalho de Silva, 2013) ou até mesmo conteúdos que ultrapassam as informações disponíveis na materialidade textual, chegando às raias dos aspectos cognitivos que participam do processo referencial (como podemos ver em Sousa e Lima, 2015).

Em vistas do nosso propósito argumentativo, qual seja o de caracterizar a função encapsuladora das expressões referenciais metafóricas e/ou metonímicas, o encapsulamento será discutido aqui a partir de algumas visões, a saber: aquela consensualmente assumida pela Linguística Textual, em que uma dada expressão anafórica tem o papel de sumarizar conteúdos cotextuais e outras, como as de Costa (2007), Esteves (2017), Lima (2013), Sousa e Lima (2015), que buscam a promoção de um novo olhar, em termos descritivos e interpretativos, desse fenômeno, lançando mão de questões assumidas, porém não descritas pelos estudos já consagrados. Ademais, reiteramos que é principalmente em Lima (2013) e Sousa e Lima (2015) que fundamentamos nossa proposta de trabalho, haja vista os aspectos cognitivos de que as autoras lançam mão ao abordarem os encapsulamentos. Iniciemos, então, as discussões acerca dos encapsuladores, convocando as noções vistas em Francis ([1994] 2003) e Conte ([1996] 2003).

Francis (2003) traz, na construção de sua proposta de compreensão do encapsulamento, como principal objetivo a identificação, descrição e ilustração de um dos mais importantes meios pelos quais os grupos nominais são usados para a conexão e organização do discurso escrito: *o rótulo*. Esse recurso de coesão lexical dos grupos nominais é distribuído em duas classes: *os rótulos prospectivos* (realização catafórica) e *os rótulos retrospectivos* (realização anafórica).

A autora considera a realização lexical ou lexicalização cotextual como sendo a principal marca dos rótulos. Isso porque é um elemento nominal intrinsecamente não específico cujo sentido específico no discurso precisa ser decifrado. A autora diz que, mesmo que “um rótulo e sua lexicalização frequentemente ocorra dentro de uma única oração” (FRANCIS, 2003, p. 192), ela considera para suas discussões apenas os casos que operam coesivamente em fronteiras de orações.

Observe-se, em (11), um caso em que o rótulo “duas razões” tem a função de organizador, já que carrega para o próximo tópico todo o conteúdo encapsulado pela expressão.

(12) Eu sei que aproximadamente 12 por cento da população é canhota. Por que, então, deve existir uma predominância tão grande de jogadores de golfe destros que, eu me informei, se estende também aos tacos? Em resposta a esta indagação, um colega meu, jogador de golfe, apresentou *duas razões*. A primeira foi que os iniciantes normalmente começam com tacos que foram

herdados de outras pessoas, que são, em geral, destros. A segunda foi que, por motivos técnicos, as pessoas canhotas tornam-se bons jogadores de golfe com a mão direita. (FRANCIS, 2003, p. 192-193).

Em análise, a autora aduz que a expressão *duas razões* possibilita ao leitor predizer precisamente a informação que seguirá, a qual se configura como uma explicação para “a preponderância de jogadores de golfe destros”. Desse modo, “a fim de alcançar suas expectativas, o grupo nominal (incluindo, é claro, *dois*) deve ser plenamente lexicalizado no que se segue, e estas orações de substituição (Winter, 1982) devem ser plenamente compatíveis com a semântica de razão.” (FRANCIS, 2003, p. 193). Dessa forma, o rótulo assume explicitamente o papel de organizador, estendendo-se para o todo o parágrafo seguinte, funcionando, então, prospectivamente.

As funções preditiva e organizadora dos rótulos podem ser consideradas em vista das três metafunções de Halliday, a saber: ideacional, interpessoal e textual⁸. Vejamos, então, o exemplo (13):

(13) O New York Post, que vem liderando o mercado dos tabloides, acrescentou dois detalhes picantes a esta história vazia. Foi noticiado por esse jornal que o alegado ataque aconteceu em uma escada que vai da casa dos Kennedy até a praia. De maneira ainda mais sensacionalista, o Post afirma que, na sexta-feira, Ted Kennedy, seminu, saltitava pela propriedade com uma segunda mulher, enquanto o alegado ataque ocorria. Esta alegação foi, na melhor das hipóteses, duvidosa e, na pior das hipóteses, uma mentira deslavada. (FRANCIS, 2003, p. 193-194)

Do ponto de vista analítico, a autora diz que a expressão *dois detalhes picantes* assume um significado ideacional “como um participante no processo material de “adicionar”” (FRANCIS, 2003, p. 194), o que a torna importante para a acumulação de sentido no discurso, visto que confere a suas orações substituídas um *status* circunstanciado para o argumento em construção. Para a mencionada autora, o rótulo assume também um significado interpessoal, isso porque, ao selecionar *detalhes* como

⁸ Para Halliday (1994), a língua estrutura-se de modo a constituir três formas de significados simultâneos, os quais são concebidos como metafunções. A metafunção ideacional aborda a forma como organizamos, através da língua, nossas experiências e ações do mundo; já a metafunção interpessoal mostra como, por meio da linguagem, os participantes relacionam-se socialmente no discurso; e, por último, a metafunção textual aborda a organização do texto.

núcleo, o redator interrompe sua avaliação, enquanto a opção por *alegação* teria satisfeito uma avaliação negativa posterior e, dessa forma, teria resultado em um efeito diferente na semântica das orações substituídas. Já *picante* no papel de modificador é avaliativo e “faz predições que são satisfeitas pelas lexias compatíveis da sentença começando com “mais sensacionalismo” (FRANCIS, 2003, p. 194). O rótulo assume também significado textual, uma vez que se localiza no rema da oração, funcionando como ponto focal da informação nova. Diante disso, “tem o potencial de ser tomado novamente no desenvolvimento do argumento; somente a informação apresentada como nova pode ser prospectiva, progressiva.” (FRANCIS, 2003, p. 194). Por fim, observa-se que todo o grupo nominal *dois detalhes picantes* funciona como “parte de um padrão de substituição contrastiva em relação a esta história vazia; a história (*outline*) precede o parágrafo citado no texto.” (FRANCIS, 2003, p. 194). Dessa maneira, a escolha de um rótulo particular não é feita aleatoriamente, sendo esse um elemento produto de escolhas lexicais e sintáticas compatíveis.

Em linhas gerais, quando um rótulo prospectivo, conforme vimos descrevendo, é utilizado, a estimulação para seu uso ainda não foi dada, ou seja, seu papel é dar pistas ao leitor do que esperar. Por outro lado, o rótulo retrospectivo requer uma explicação diferenciada, uma vez que ele já foi lexicalizado. Assim, para Francis (2003), a função de um rótulo retrospectivo é encapsular ou empacotar uma porção textual. A autora elenca como maior critério para a identificação de um rótulo retrospectivo a não referência a um grupo nominal particular, ou seja, não há repetição ou sinonímia de nenhum elemento precedente. Ele se apresenta numa relação de equivalência com a oração por ele substituída, ainda que as nomeie pela primeira vez. Francis (2003) assume que o rótulo aponta para a maneira como a extensão do discurso deve ser interpretada pelo leitor, o que garante “o esquema de referência dentro do qual o argumento subsequente é desenvolvido.” (p. 195). Esse processamento colabora grandemente para a construção da organização tópica do texto. Entendamos esse processo a partir do exemplo (14), analisado pela autora em questão:

- (14) [...]o sistema imunológico dos pacientes reconheceu os anticorpos do rato e os rejeitou. Isto significa que eles não permanecem no sistema por tempo suficiente para se tornarem completamente eficazes.

A segunda geração de anticorpos agora em desenvolvimento é uma tentativa de contornar *este problema* através da “humanização” dos anticorpos do rato, usando uma técnica desenvolvida por [...] (FRANCIS, 2003, p. 195)

O rótulo *este problema* classifica-se como retrospectivo, haja vista ser precedido por sua lexicalização e, dessa maneira, encaminha o leitor a compreender a rejeição aos anticorpos do rato como sendo um *problema*. Tal caracterização, a qual é adiantada pela descrição dos anticorpos como “completamente ativos”, “alinha as orações precedentes com o que segue, e fornece um esquema para a solução a ser descrita.” (FRANCIS, 2003, p. 196)

Ao trabalhar os aspectos materiais (formais) dos rótulos retrospectivos, Francis acrescenta que os nomes nucleares dos grupos nominais que assumem tal função, geralmente, são precedidos de um dêitico específico, tais como: o, este, aquele, esse ou tal. É bom salientar que outros modificadores e qualificadores podem também compor o grupo nominal, o qual, segundo a autora, pode funcionar como “pro forma ou um item referencial”. (FRANCIS, 2003, p. 196) Nesse aspecto, os rótulos mantêm uma estreita relação de semelhança com os nomes gerais de Halliday e Hasan (1976), para os quais tais nomes gerais podem assumir função coesiva, haja vista um nome geral ser “em si um caso limite entre um item lexical (membro de um conjunto aberto) e um item gramatical (membro de um sistema fechado)⁹.” (p. 274) Ocorre que a conformação de um nome geral mais um dado determinante específico assemelha-se, conforme asseveram os autores, a um item referencial; como exemplo: *o homem, a coisa*.

Francis (2003) argumenta que

assim como os nomes gerais (e, na verdade, como *this* e *that* sem nome seguinte), também os rótulos retrospectivos têm a capacidade de se referir ao “texto como um fato”: nos termos de Halliday e Hasan, “o referente não está sendo tomado como um valor nominal, mas está sendo transmutado num fato ou num relato” (p. 52). Um rótulo refere e nomeia uma extensão do discurso, alinhando-a com o argumento que está sendo desenvolvido, e que agora continua em termos do que foi apresentado como “fato”. (FRANCIS, 2003, p. 196)

⁹ [...] is itself a borderline case between a lexical item (member of an open set) and a grammatical item (member of a closed system).

Dessa maneira, o nome nuclear de um rótulo retrospectivo, à proporção que funciona como uma *pro forma*, é invariavelmente apresentado como uma informação posta/*dada* e sobre sua base a nova mensagem é construída. Francis (2003, p. 197) assevera que “o termo *apresentado* é importante aqui, já que o rótulo não tem “sinônimo” no discurso precedente, e seu núcleo é realmente um novo item lexical.” Há, nesses termos, a simultaneidade do resumo/encapsulamento e da introdução das informações anteriores, de modo que se apague qualquer possibilidade de prospecção.

É preciso que se diga que trabalhos seminais, como o de Francis (2003), pressupunham uma visão de referência muito gramatical, ocupada da substituição de termos, o que coloca em foco o caráter, essencialmente, coesivo dos rótulos. Ao que parece cabe aos rótulos o papel de mantenedor da topicalidade discursiva, contribuindo para a construção das relações entre as ideias no texto. Isso não nos parece convincente, uma vez que defendemos que, mesmo esses nomes-núcleos (considerados como informações dadas) podem encapsular novas informações perfeitamente inferíveis. Essas inferências, acreditamos, são processadas a partir do *script* que são recorrentes na subjacência desses nomes, além, é claro, das pistas disponíveis no texto. É nesse sentido que pontuamos a relativa inespecificidade e neutralidade desses nomes-núcleos.

Os rótulos retrospectivos assumem, assim como os prospectivos, uma função organizadora, haja vista apontarem que o escritor está passando para a frase seguinte de seu argumento, utilizando-se da fase anterior, encapsulando-a/ empacotando-a, de modo a torná-la uma nomeação única. Tais rótulos assumem a função de mudar o tópico e ligá-lo, ou seja, “eles introduzem mudanças de tópico, ou uma alteração dentro do tópico, mesmo preservando a continuidade colocando uma nova informação dentro de um esquema dado.” (FRANCIS, 2003, p. 198) Assim, temos as orações que apresentam esses rótulos, quase sempre, moldando-se como introdutoras de parágrafos.

Ainda sobre os rótulos retrospectivos, um ponto nos chama atenção, diante do que fora percorrido até então: esses rótulos apresentam, segundo Francis (2003), referência difusa. Isso porque um rótulo retrospectivo não obrigatoriamente faz referência “a uma extensão de discurso claramente delimitada ou identificável: nem sempre é possível decidir onde se encontra o limite inicial de sua base de referência.”

(p. 200) Francis (2003) explica esse aspecto dizendo que tal fato ocorre em razão da “função coesiva intrínseca dos rótulos retrospectivos” (p. 200), os quais assumem o papel de orientar o leitor a selecionar em sua mente as informações anteriores. Diante disso, a autora garante que

a extensão precisa do discurso a ser seccionada pode não importar: é a mudança de direção assinalada pelo rótulo e seu ambiente imediato que é de crucial importância para o desenvolvimento do discurso. Pode-se mesmo arguir que uma indefinição referencial deste tipo pode ser usada estrategicamente pelo escritor para efeitos criativos ou persuasivos, talvez dando escopo para diferentes interpretações, ou ofuscando as linhas de argumentos artificiosos ou espúrios. (FRANCIS, 2003, p. 200-201)

Tal como os rótulos prospectivos, os rótulos retrospectivos podem ser olhados sob a ótica das metafunções hallidayanas. Passemos ao exemplo (14) para fins de compreensão:

(15) Senhor, como Lech Walesa estará de visita a Londres nesta semana, acredito que alguém vai discutir com ele a ameaça aos direitos da mulher em sua chamada ‘nova democracia’. O governo polonês está prestes a proibir o aborto, que é livre sob demanda desde 1956. *Esta atitude* é, em si mesma, deplorável, mas se torna muito pior pelo fato de que a contracepção é virtualmente impossível. Assim como em muitos países do leste europeu, as mulheres acostumaram-se, seja isso certo ou errado, a depender do aborto como meio de escolher o tamanho de suas famílias. Sob a nova lei polonesa, os médicos enfrentarão a prisão, caso sejam pegos realizando abortos ilegais e, às mulheres, só serão permitidos abortos quando houver risco de vida... (FRANCIS, 2003, p. 199-200)

No exemplo (14), *esta atitude* assume significado ideacional, haja vista seu papel de suporte no processo atributivo cujo atributo é *deplorável*. Essa expressão rotuladora molda-se, também, como interpessoal, já que a opção por *atitude* é caracteristicamente jornalística “(...) para qualquer coisa que aconteceu ou acontecerá como resultado de decisões políticas, e codifica a aceitação do escritor de que a “discriminação do aborto” está definitivamente na ordem do dia.” (FRANCIS, 2003, p. 201) Quanto à significação textual, o rótulo é o tema de sua oração e, nesses termos, é visto como informação dada. Assim como os nomes nucleares, os modificadores dos rótulos também podem assumir significado ideacional, interpessoal e textual, sendo que, para Francis (2003), os modificadores com significados textuais são, por assim dizer,

mais interessantes, haja vista contribuírem, de forma direta, para a função organizacional dos rótulos. Quanto a esse aspecto, julgamos importante dizer que, para a autora, tais modificadores, em alguns casos, parecem ser apenas uma extensão do significado nuclear, já, em outros, eles se apresentam como mais importantes na codificação da mensagem do que os próprios núcleos que garantem seu suporte.

Francis (2003) diz, ainda, que, do ponto de vista de reconhecimento dos rótulos, “qualquer nome pode ser o nome nuclear de um rótulo desde que seja inespecífico e requeira realização lexical em seu contexto imediato, anterior ou posterior.” (p. 201) Para a autora, é incabível a tentativa de qualquer listagem exaustiva de nomes nucleares nos moldes descritos até agora. Entretanto, a autora descreve quatro tipos de nomes que podem compor o uso de rótulos como estratégias metadiscursivas, aquelas através das quais o enunciador reflete acerca do seu próprio dizer e promove escolhas de suas formas de expressão. São eles: a) nomes ilocucionários: nominalizam processos verbais e representam atos de comunicação (acusação, admissão, aviso, dentre outros); b) nomes de atividades languageiras: apresentam similaridades com os nomes ilocucionários, porém diferem porque não têm verbos cognatos correspondentes (consideração, comparação, ambiguidade, dentre outros); c) nomes de processos mentais: referem-se a nomes de estados e processos cognitivos e a seus resultados (análise, atribuição, suposição, dentre outros); d) nomes de textos: referem-se à estrutura textual formal do discurso, exercendo, assim, uma função metalinguística; não há interpretações evoluídas, apenas rotulam o discurso precedente (citação, frase, pergunta, dentre outros).

Diante do exposto, vê-se que os rótulos aparecem condicionados por traços de natureza lexical e semântico-textual, o que lhes atribui a necessidade de manifestação por meio de sintagmas nominais plenos. Entretanto, Cavalcante (2011) considera que não só os rótulos, mas também as anáforas pronominais podem ser vistas como encapsulamento, desde que preencham, no mínimo, o critério de resumir conteúdos proposicionais. Tal posicionamento é por nós partilhado, haja vista a compreensão de um rótulo ou de uma forma pronominal como sendo um encapsulador só poder acontecer de forma situada. Aproveitamos para frisar que a nossa escolha por expressões nominais não estabelece nenhuma relação com o fato de apenas essas

assumirem função encapsuladora, mas com o fato de essas expressões serem mais proveitosas quanto à recorrência a estruturas metafóricas e metonímicas.

Convém esclarecer que a abordagem desse fenômeno textual-discursivo, em Conte (2003) e Francis (2003), difere essencialmente em termos designativos. Isso porque aquilo que a primeira concebe como *encapsulamento anafórico* a outra designa como *rótulo*. Assim, no dizer de Conte (2003), o encapsulamento anafórico é

uma anáfora lexicalmente baseada, construída com um nome geral (ou um nome avaliativo, um nome axiológico) como núcleo lexical e revela uma clara preferência por um determinante demonstrativo. [...] é um recurso coesivo pelo qual um sintagma nominal funciona como uma paráfrase resumidora para uma porção precedente do texto. Esta porção de texto (ou segmento) pode ser de extensão e complexidade variada (um parágrafo inteiro ou apenas uma sentença) (CONTE, 2003, p. 178)

Em nível de exemplificação, a referida autora apresenta a expressão *esta situação*, no exemplo seguinte, como um encapsulamento anafórico, visto que essa expressão resume uma porção textual.

(16) Hoje, todos os melhores espaços produtivos estão ainda na mão da velha estrutura do estado. Levará tempo para mudar *esta situação*. (CONTE, 2003, p. 178)

Para a autora, ocorrências dessa natureza diferem dos exemplos-padrão de anáfora, porque podem ser apontadas as seguintes particularidades: a) os referentes das expressões nominais não são indivíduos, mas entidades de ordem superior, como estados de coisas, eventos, situações, fatos, entre outros; b) o antecedente não é propriamente delimitado no texto, devendo esse ser (re)construído pelo leitor/ouvinte. Em Conte (2003), o encapsulamento anafórico molda-se como um importante recurso coesivo principalmente em textos argumentativos escritos, o qual, segundo a autora, “não tem recebido consideração tão suficiente quanto mereceria na discussão dos processos anafóricos.” (CONTE, 2003, p. 179). Por outro lado, ao deixar claro que na recuperação não há um antecedente pontual e que este pode passar por um processo de (re)construção pelo leitor/ouvinte, Conte (2003) abre precedente para a nossa conjectura

de o encapsulamento ser um processo viabilizado por aspectos cognitivo-discursivos, haja vista a noção de texto, aqui, assumida para o trato desse objeto de estudo.

Em seu trabalho acerca do encapsulamento anafórico, Conte (2003) promove uma discussão, ainda que rápida, acerca de como o conceito de encapsulamento vem sendo desenvolvido pela linguística contemporânea; discute o papel do encapsulamento anafórico numa relação com o eixo velho-novo, além de apontar sua função como organizador no texto. Dessa forma, segundo Conte (2003), o termo encapsulamento parece ter sido introduzido por Sinclair (1983) e, desde então, vários fenômenos que recaem sob a noção de encapsulamento já foram tratados por autores como Halliday e Hasan (1976), Conte (1980, 1981), Monika Kren (1985), Gil Francis (1986) e, por fim, Wanda d'Addio (1988, 1990). Esta última apresenta o encapsulamento anafórico como sendo primariamente uma categorização viabilizada por nomes neutros e por nomes avaliativos (materializados em sintagmas nominais: nome + mod. (adjetivo avaliativo), os quais, Conte (2003) chama de “axiológicos”¹⁰.

Ao abordar a relação do encapsulamento anafórico com o eixo velho-novo, Conte (2003) constrói suas impressões a partir do seguinte questionamento: “Mas os sintagmas nominais anafóricos apenas veiculam informação velha, como o termo ‘encapsulamento anafórico’ parece sugerir, e como tem sido mantido até agora na literatura?” (CONTE, 2003, p. 182)

Para a referida autora,

o que acontece no encapsulamento anafórico é mais do que a apresentação de uma paráfrase resumitiva de uma porção precedente do texto. Os encapsulamentos anafóricos podem ser considerados novos por pelo menos dois motivos. Em primeiro lugar, o próprio item lexical (o núcleo do sintagma nominal) é geralmente novo na medida em que não ocorreu no texto precedente. Em segundo lugar, e mais importante, estamos lidando não apenas com categorização de informação cotextual dada, mas também com hipóstase [...]. O que já está presente no modelo discursivo é “objetificado”, ou, em outras palavras, torna-se um referente. [...]. Assim, o encapsulamento anafórico se torna um procedimento muito interessante na introdução de referentes no texto. Esses referentes são criados na dinâmica textual. (CONTE, 2003, p. 183)

¹⁰ Acerca do papel axiológico dos encapsulamentos, ver Zavam (2007).

E é essa função estabelecadora de referente que Conte (2003) diz favorecer a recorrência dos pronomes demonstrativos como determinantes em vez de artigos definidos. Isso porque, ainda que os artigos não sejam excluídos dos sintagmas encapsuladores, há, no entanto, uma notória predileção pelo demonstrativo, em função de seu caráter dêitico, o qual possibilita ao leitor a descoberta do antecedente da expressão anafórica. Há, ainda, que se mencionar a estreita relação entre o uso dos demonstrativos e as expressões anafóricas axiológicas.

Acreditamos que esse *insight* de Conte (2003) acerca do eixo velho-novo pode revelar muito quanto à compreensão do funcionamento referencial de expressões com caráter encapsulador. Entretanto, pelo caminho que intentamos percorrer, tratar a questão do eixo velho-novo apenas sob o critério de integração semântico-lexical não é suficiente, principalmente quando se trata daquilo que é considerado novo. Entendemos o eixo velho-novo como um critério produtivo para a compreensão desse fenômeno em termos descritivos e interpretativos, já que consideramos que esse critério pode marcar os graus de explicitude daquilo que está sendo encapsulado. Diante disso, torna-se necessário salientar que, como constituinte do eixo velho, podemos ter tudo aquilo que é dado a partir das pistas cotextuais e, do eixo novo, as informações (des)encapsuladas. Na compreensão daquilo que é novo e na maneira como ele é acessado é que reside o avanço deste estudo.

A referida autora trabalha o encapsulamento anafórico, também, a partir do princípio de organização textual. Por esse viés, “no encapsulamento anafórico, a nova expressão referencial (que é motivada pelo discurso precedente) funciona retroativamente como um recurso de integração semântica [...]” (CONTE, 2003, p. 184). Assim, a expressão encapsuladora produz, na hierarquia semântica do texto, o nível mais alto, ocupando, dessa maneira, muito frequentemente, o ponto inicial de um parágrafo. Em outros termos, a expressão nominal funciona como organizadora da estrutura discursiva. A partir dessa ideia, o encapsulamento molda-se como “a sumarização imaginável mais curta de uma porção discursiva precedente.” (p. 184). Dito de outro modo, funciona como uma espécie de subtítulo que, de maneira simultânea, interpreta um parágrafo e inicia outro. Sumariamente, o encapsulamento, por esta perspectiva, ocupa o lugar de pontos nodais no texto, funcionando, assim, como um recurso coesivo e como um poderoso mecanismo de manipulação do leitor (nos

casos em que o anafórico é um nome axiológico). A opção por um dado nome encapsulador pode não ser de fácil acesso para o leitor, podendo chegar através de processos inferenciais complexos, diz Conte (2003), valendo-se dos apontamentos de Wanda d'Addio (1988, 1990).

Acreditamos que, na perspectiva assumida para a configuração desta pesquisa, os processos cognitivos, tal como descrevemos aqui, perpassam esse processo inferencial, o que nos permite conceber o encapsulamento por um viés cognitivo-discursivo. Nesse sentido, uma noção de encapsulamento que leve a cabo, essencialmente, os aspectos cotextuais é reducionista, a nosso ver, dada a complexidade dos usos.

Do ponto de vista pragmático-discursivo, Conte (2003) aborda, ainda, o encapsulamento como o resultante da categorização e da hipostasiação de atos e de funções argumentativas no discurso, o que permite ao escritor a atribuição de certa força ilocucionária a um dado enunciado.

A par da noção de encapsulamento, Costa (2007) também se volta ao trato desse fenômeno, de modo a lançar mão de outros aspectos que fogem ao que é tratado pela literatura tradicional. A autora analisa os usos “insólitos” disponíveis em mensagens eletrônicas trocadas entre membros da CVL (Comunidade Virtual da Linguagem), lista de discussão na internet, com o objetivo de realizar um estudo dos processos referenciais a partir dos princípios de acessibilidade, propostos em Ariel (2001), para, tomando como objeto de estudo essas formas híbridas de comunicação, compreender os fenômenos cognitivo-discursivos inerentes à comunicação de modo geral, mas que se mostram evidentes nos contextos vistos pela autora.

Especificamente, Costa (2007) aborda, no âmbito da referenciação, o encapsulamento anafórico, assumindo para esse fenômeno a função de apontar para conteúdos veiculados fora da materialidade de mensagens atualizadas no ambiente da CVL, o que garante a esse tipo de expressão referencial não apenas o estatuto de resumidores de porções textuais precedentes ou consequentes, conforme preconiza a Linguística Textual. Em (16), um dos casos analisados por Costa (2007), o termo sublinhado é visto como sendo um encapsulador. No entanto, no dizer da autora, o

conteúdo encapsulado não se faz presente na materialidade textual, sendo esse acessível a partir da recorrência a mensagens anteriores. Vejamos:

(17) From: “T”t@yahoo.com.br

To: CVL@yahoo.com.br

Sent: Tuesday, May 18, 2004 5:49 PM

Subject: [CVL] cotas para negros, índios

olha, estou gostando do debate. pela primeira vez vejo as pessoas assumirem suas opiniões sem nenhum medo de serem censuradas. concordo com a colega d quando ela chama atenção para dois pontos importantes (...) (COSTA, 2007, p 161)

Temos, assim, nas conjecturas da autora, a possibilidade de um redirecionamento da abordagem dos processos referenciais, particularmente quanto ao fenômeno do encapsulamento anafórico, já que, para Costa (2007), o conteúdo encapsulado por uma dada expressão referencial, nos exemplos por ela analisados, pode não se encontrar pontualmente materializado na mesma superfície textual/discursiva em que essa expressão se manifesta (mensagem da CVL), sendo necessária para a compreensão do caráter encapsulador dessa expressão a recorrência a outras mensagens que antecederam a mensagem em que toma lugar o tipo de ocorrência referido.

Dessa forma, vislumbramos no estudo empreendido por Costa (2007) mais um indício de abertura para o desenho de nossas conjecturas acerca do processamento do papel encapsulador de expressões nominais metafóricas e/ou metonímicas em contextos discursivos, sobre o qual vimos tratando em toda a extensão desta tese. Porém, importante se faz observar que a autora, mesmo avançando no tratamento desse fenômeno referencial, ainda mantém o seu foco em questões de cunho mais textual, pensando, assim, o processamento anafórico a partir da noção de intertextualidade ou intratextualidade. Entretanto, mesmo ampliando a visão tradicional de encapsulamento, a noção desenvolvida por Costa (2007) não se faz suficiente ao tratamento dos contextos discursivos que serão por nós investigados, haja vista a necessidade que temos de recorrer também à descrição de estruturas cognitivas na validação da hipótese central que norteia esta proposta de pesquisa.

Essa questão colocada pela autora mostra-se problemática, principalmente, frente às abordagens mais recentes dos processos referenciais. Dessa maneira, o critério intertextual não se revela satisfatório para que se considerem os casos analisados por Costa (2007) como anafóricos. O que está em jogo, nesse caso, são os limites do texto, uma vez que esse comportamento referencial pressupõe uma concepção de texto que não tem completude, conforme assevera Cavalcante (2011). Entretanto, assim como o faz Cavalcante (2011), não estamos desconsiderando o caráter encapsulador que perpassa esses casos, uma vez que é perfeitamente possível a recuperação de informações disponíveis em outros textos. Diante do exposto, parece-nos mais produtivo concebê-los como introduções referenciais encapsuladoras, se se considera, é claro, cada mensagem como um texto.

Ainda sobre os encapsuladores, Esteves (2017) trata, à luz da abordagem teórica da referenciação discutida por Mondada (1994) e Mondada e Dubois ([1995] 2003), as funções discursivas dos processos referenciais de encapsulamento em artigos de opinião. Para isso, o autor propõe uma (re)discussão dos aspectos formais e funcionais que orientam a definição e análise do fenômeno, tomando como base autores como Francis ([1994] 2003), Conte ([1996] 2003), Apothéloz e Chanet ([1997] 2003) e Consten, Kness e Schwarz-Friesel (2007), os quais abordam o encapsulamento por meio de questões essencialmente mais formais, alinhando-os a postulados teóricos disponíveis em trabalhos mais recentes, como os estudos de Silva (2013), Ciulla e Silva (2008), Alves (2015), dentre outros.

Com o objetivo de verificar de forma aprofundada o funcionamento dos encapsulamentos nos artigos de opinião, Esteves (2017) observa a relação que esse processo referencial assume com o gênero analisado, além de relacionar os diversos tipos de encapsulamento às marcas de posicionamento do locutor em seu texto, conforme Hyland (2005). Nesse estudo, Esteves (2017) chega a constatação de que as funções discursivas das anáforas encapsuladoras e das introduções referenciais encapsuladoras respondem, nos artigos de opinião, a duas macrofunções, quais sejam: (i) macrofunção discursiva, que se desdobra em: função avaliativa, função de introduzir e encapsular referente e função de hipostasiar unidades pragmático-discursivas; (ii) macrofunção organizadora, que se subdivide em: função de glosa, função enumerativa e

função de promover organização tópica. Além dessas questões, o autor aponta para o fato de que os encapsulamentos e o gênero artigo de opinião se interinfluenciam, o que pode ser atribuído à predileção dos encapsulamentos por textos em que as sequências argumentativas predominam. O autor assevera, ainda, que pode haver uma associação entre as anáforas encapsuladoras axiológicas e os marcadores de atitude (HYLAND, 2005), já que a plasticidade funcional desses anafóricos possibilitam que estas formas linguísticas resumam porções textuais ao mesmo tempo em que assinalam o posicionamento do locutor frente a um conteúdo proposicional.

A partir das discussões realizadas por Esteves (2017) sobre os encapsuladores, o autor chega à conclusão de que uma concepção mais ampla de encapsulamento nos conduz à consideração de que esses processos referenciais geralmente ocorrem no cotexto através de: a) um subtipo de anáfora direta, as anáforas encapsuladoras; b) através de introduções referenciais encapsuladoras. Assim, a sumarização é, portanto, um aspecto inerentemente básico de qualquer processo referencial de encapsulamento, o qual, segundo o autor, pode desempenhar uma série de funções discursivas nos textos. Ademais, no caso da sumarização de partes do cotexto por meio de anáforas diretas, o autor acredita que denominá-las como “anáforas encapsuladoras” corresponda a uma maneira mais ampla de abordar esse fenômeno linguístico, já que compreende tanto as formas sintagmáticas quanto pronominais do processo. Com essa designação, o autor espera afastar-se de critérios meramente formais atrelados, por exemplo, às nomenclaturas apontadas por Francis ([1994] 2003) e Conte ([1996] 2003). Já para os casos do encapsulamento em introduções, Esteves (2017) assume a terminologia adotada por Silva (2013), que as batiza de “introduções referenciais encapsuladoras”, com isso mantendo o paralelismo com o termo “anáforas encapsuladoras”. Entretanto, julgamos pertinente pontuarmos que as análises empreendidas por nós diferem das análises feitas por Silva (2013) e Esteves (2017), uma vez que levam em consideração, de forma mais efetivas, os aspectos cognitivos que participam do processo de encapsulamento.

Com base nessas discussões, Esteves (2017), respaldado em Cavalcante (2011), reorganiza o quadro dos processos referenciais atrelados à menção, o qual passa a figurar da seguinte forma:

Introdução referencial (um novo referente é inaugurado no cotexto)	Introdução referencial encapsuladora (um novo referente é inaugurado no cotexto, o qual sumariza porções textuais e faz uma remissão prospectiva para as âncoras)
Anáfora (promove a continuidade referencial)	
Anáforas diretas (retomam um referente já introduzido)	Anáforas indiretas (inauguram um novo referente ancorado no cotexto)
 Anáforas encapsuladoras (retomam um referente já introduzido difusamente e sumarizam porções textuais)	

Quadro 03: Processos referenciais atrelados à menção (adaptado de Esteves, 2017, p. 40)

Diante do exposto, entendemos que as propostas de Silva (2013) e Esteves (2017) avançam quanto ao trato dos processos referenciais de encapsulamento, porém enveredam, ainda, por uma abordagem de cunho mais textual-discursivo, a qual, arriscamos dizer, considera os aspectos cognitivos que participam dos processos referenciais de maneira geral, mas não os descreve e/ou interpreta. Dessa maneira, julgamos necessário pontuar que os resultados dos estudos até agora descritos evidenciam, sim, a necessidade de se considerar, para a construção de expressões referenciais encapsuladoras, os critérios cognitivo-discursivos intrínsecos ao processo. Diante disso, apresentaremos, pois, a abordagem sugerida por Lima (2013) e Sousa (2012) e Sousa e Lima (2015), as quais mantêm uma relação direta com os nossos propósitos.

É a partir de estudos realizados por Lima (2013), Sousa (2012) e Sousa e Lima (2015), conforme já mencionamos no início desta tese, que essa noção de

encapsulamento começa a ganhar uma nova roupagem¹¹, a qual, reiteramos, não invalida o encapsulamento tal como é consolidado pela literatura. As autoras, a partir do estudo de expressões linguísticas responsáveis pela designação de operações articuladas pela Polícia Federal, veem em tais expressões um papel encapsulador. Esses estudos, erigidos na interface entre a Linguística Textual e a Linguística Cognitiva, debruçaram-se sobre a análise do caráter encapsulador de expressões designativas de operações da PF, dado o conhecimento de que essas expressões, uma vez materializadas como referentes, conforme já explicitamos, encapsulam informações que revelam a essência da operação, as quais podem ser ativadas via estruturas cognitivas que subjazem a expressões linguísticas dessa natureza. Tal fato justifica a relevância de uma interface entre a Linguística Textual e a Linguística Cognitiva na promoção do estudo empreendido, conforme assevera Sousa (2012), já que, para ela, uma análise realizada apenas em um nível textual-discursivo não contemplaria a descrição e a, consequente, importância das estruturas cognitivas que resguardam informações sobre a operação para a efetivação dos sentidos. Vejamos como isso se dá a partir do exemplo (18), analisado em Sousa (2012, p. 92)

(18) Escrito por Prof. Amiraldo Quaresma – 25/10/2010

Roberto Góes foi mentir na rádio, mas não deu certo. A notícia, além de confirmada pela PF, está na Veja, na Folha e no UOL. Só não sei pq o esforço de desmentir a verdade. Será por medo de prejudicar a campanha de seu candidato nomeado por ato secreto assinado por Sarney, ligado a Waldez Góes e parentes presos pela PF? No palanque de seu candidato, além dele mesmo (cassado por seis vezes e duas vezes conduzido coercitivamente à PF), WG, Marília, há tb dois nomes ligados à **Operação Sanguessuga**. Esse é o palanque da mudança? Que mudança? Isso já não seria o suficiente p/ prejudicar uma campanha que se diz, que se vê como a “única” mudança?!?! Durma-se com um barulho desse! (Disponível em <http://www.lucianacapiberibe.com/2010/10/25/roberto-goes-foi-liberado-e-correu-para-dar-entrevista>)

¹¹ É bom deixarmos claro que não estamos subjugando as demais propostas, aqui, discutidas, mas para a nossa proposta de descrição do encapsulamento sob um viés cognitivo-discurso as análises empreendidas por Lima (2013) e Sousa (2012) se mostram mais satisfatórias.

De início, a autora tece comentários, ainda que sumários, sobre aquilo que particulariza a Operação Sanguessuga, a fim de promover uma melhor compreensão acerca das relações construídas entre tal categorização e a própria operação da PF (todos os aspectos que integram esse tipo de evento). Segundo Sousa (2012), a Operação Sanguessuga, moldando-se como parte das atividades realizadas por policiais federais, ocupou-se em desarticular uma organização criminosa especializada na realização de crimes contra a ordem tributária e fraudes em licitações na área da saúde, em especial para a compra de ambulâncias. Participavam da quadrilha funcionários públicos que atuavam no Ministério Público da Saúde e na Câmara dos Deputados. Em se tratando de seu nome de batismo, a autora analisa que esse está metaforicamente relacionado à “sanguessuga”, expressão que, segundo o dicionário Aurélio, é vista sob duas acepções, quais sejam “verme do filo dos anelídeos que habita as águas doces e possui ventosas com as quais se liga aos animais a fim de sugar-lhe o sangue” e, ainda, numa conotação mais popular, diz-se daquele “indivíduo que explora financeiramente o outro”. Considerando esses aspectos, Sousa (2012, p. 93) explica que

traços do domínio VERME-PARASITA são mapeados metaforicamente para a organização criminosa, uma vez que os envolvidos no crime agiam como verdadeiros “parasitas”, fazendo uso indevido de verbas que deveriam ser estendidas à promoção de benefícios sociais. Em termos de uma descrição mais cognitiva da ocorrência linguística “Operação Sanguessuga”, temos na sua subjacência a metáfora PESSOAS SÃO ANIMAIS PARASITAS. Assim, traços do domínio-fonte ANIMAIS PARASITAS são mapeados para o domínio-alvo PESSOAS (criminosos investigados pela operação). Nesse exemplo, portanto, a expressão referencial “a Operação Sanguessuga” encapsula aspectos referentes ao teor da operação, os quais não se encontram materializados na superfície textual-discursiva.

A autora aduz que esse caráter “encapsulador” é o que, de fato, particulariza as designações das operações da PF, já que este é estendido desde o batismo às mais diversas aparições dessas ocorrências (quando a operação é divulgada). Sousa (2012) chama atenção para o fato de que suas análises são feitas a partir de textos pós-divulgação das operações, os quais ainda podem ser agrupados em dois diferentes momentos:

i) quando a PF deflagra a operação e a divulga (nesse momento, vimos que, em termos de atividade referencial, as expressões designativas de operações da PF tendem a assumir, discursivamente, a função de anáfora encapsuladora); ii) após divulgação e consequentes desdobramentos da operação. São eventos discursivos alocados nesse segundo momento que

validam nossas conjecturas de que o “encapsulamento” dá-se, agora, num nível mais abrangente, já que os aspectos que configuram uma dada operação já pertencem ao conhecimento compartilhado, podendo ser recuperados pela evocação de estruturas cognitivas que subjazem às designações, ou seja, os modelos cognitivos. (p. 93-94)

Ao analisar o exemplo (18), em que o referente se materializa a partir da expressão “Operação Sanguessuga”, Sousa (2012) garante que não há no cotexto pistas suficientes que deem base ao leitor para que haja a ativação das informações encapsuladas/empacotadas por tal expressão referencial. Entretanto, através da expressão “sanguessuga”, ele pode ser capaz de evocar “a informação de que “sanguessugas” são os “investigados” e que estes estão, por assim dizer, ligados à “exploração” e ao “desvio de verbas públicas”.” (p. 94) Tal comportamento discursivo possibilita ao leitor condições de “(re)construir o sentido da operação, metaforizado na sua designação, sem necessariamente estar na dependência de que essas informações encapsuladas pelo nome da Operação estejam presentes no cotexto de uma determinada situação discursiva.” (LIMA, 2013, p. 6) Diante dessas análises, Sousa (2012) constrói o argumento de que a expressão “Operação Sanguessuga” é introduzida no texto, de modo a encapsular/empacotar aspectos acerca da operação, os quais são postos em cena através do processamento do modelo cognitivo que subjaz à designação. Diante desses dados, a autora categoriza tal expressão, no âmbito dos processos referenciais, como *introdução referencial com função encapsuladora*.

Concordamos com Sousa (2012) que a expressão “Operação Sanguessuga” assume nesse contexto a função de introdução referencial com função encapsuladora, entretanto entendemos que algumas informações que colaboram para a construção desse referente não dependem exclusivamente de uma interpretação dos modelos cognitivos subjacentes à expressão referencial, como descreve a autora, já que elementos linguísticos como “PF” e “presos”, por exemplo, funcionam como pistas para a evocação do *frame* de OPERAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL, além de se configurarem como elementos do *script* de operação. O que defendemos é que o entendimento dessa tal função encapsuladora deve considerar além dos aspectos textuais, os cognitivos, os quais podem ser evocados por meio de elementos linguísticos dispostos no cotexto.

Para análises como essas, a autora esclarece que não está considerando que o apelo ao conhecimento compartilhado não faça parte do processo de (re)construção do sentido da operação, haja vista o montante de informações já disponibilizadas no momento de divulgação desse texto (após desdobramentos da operação). Entretanto, ela diz que, ainda que se considere o apelo ao conhecimento compartilhado, não é suficiente enquadrar esse tipo de expressão na categoria de introduções referenciais dêiticas, apenas pelo apelo ao conhecimento compartilhado, como sugere classificação de Cavalcante (2004)¹², já que a própria designação resguarda relações diretas com os MCIs. Diante disso, a autora afirma que é preciso esclarecer que a (re)construção desse processo, em maior ou menor grau, vai depender do nível de conhecimento partilhado dos interlocutores dos textos sobre as operações. No entanto, é pouco provável que esse nível alcance um grau zero, pois mesmo aqueles que não detenham nenhum conhecimento da operação podem contar com a própria pista marcada pela expressão referencial “operação”, considerando que, muito provavelmente, terão a capacidade de recompor a estrutura do *script* evocado por essa expressão. De qualquer modo, esses interlocutores poderão alcançar o entendimento mínimo de que se trata da designação de um evento.

Diante disso, entendemos, junto com Sousa (2012) e Lima (2013), que o processamento referencial de expressões como as por elas analisadas depende em menor grau das informações disponíveis em outras enunciações, uma vez que a mera convocação dessas para a decifração daquilo que está sendo encapsulado não se mostra suficiente. Estando, assim, esse processo perpassado pelas estruturas cognitivas subjacentes à expressão, as quais serão inferidas em maior ou menor grau a partir das pistas disponíveis. É preciso que se diga ainda que a decifração dessas estruturas cognitivas cabe ao interlocutor, já que essas não são descritas ou dadas *a priori*. Além disso, esses modelos cognitivos idealizados são construídos experiencialmente, ou seja, na e pela situação comunicativa.

¹² Ao trabalhar os processos referenciais com base no critério de deiticidade, Cavalcante (2004) classifica as introduções referenciais como “introduções referenciais não dêiticas” (menção do referente por apelo à memória comum sem que haja marca dêitica de remissão ao conhecimento partilhado) e “introduções referenciais dêiticas” (remetem por meio de expressões indiciais a uma das coordenadas dêiticas de pessoa, tempo, espaço ou memória dos interlocutores).

Diante disso, asseveramos que os estudos empreendidos por Lima (2013) e Sousa (2012) nos dão condições de compreender e descrever a função encapsuladora intrínseca às expressões referenciais metafóricas e/ou metonímicas, sejam elas introdutoras de referentes ou anafóricas, considerando, para tanto, os pressupostos advindos de uma interface entre a Linguística Textual e a Linguística Cognitiva, uma vez que as estruturas cognitivas que podem ser processadas pelo leitor para a decifração de informações e para a consequente construção de sentidos é possibilitada através das palavras que organizam as expressões nominais, haja vista tais palavras carregarem uma ontologia que comporta os Modelos Cognitivos Idealizados. O que pretendemos, a partir desta pesquisa, é a promoção de uma descrição desse papel encapsulador sob uma perspectiva cognitivo-discursiva, de modo a considerar, para as análises de expressões linguísticas, a descrição e interpretação das estruturas cognitivas que participam de sua composição e que são caras à construção desses encapsuladores (no nosso caso, nas notícias que compõem o *corpus*).

Passemos, então, a discussões acerca dos pressupostos que orientam os estudos em Linguística Cognitiva, enfocando os modelos metafóricos e metonímicos e os modelos proposicionais, os quais fazem parte do quadro teórico da Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados (TMCI). Esses pressupostos são aqui convocados haja vista o argumento de que tais modelos são básicos na construção de encapsulamento.

3 ASPECTOS COGNITIVOS DE EXPRESSÕES REFERENCIAIS COM PAPEL ENCAPSULADOR

Dada a complexidade e dinamicidade do processo de interação, a Linguística Textual tem procurado dialogar com muitas disciplinas que participam do quadro das Ciências Cognitivas, o que, segundo Lima (2009), possibilita uma estreita relação entre esses ramos da Ciência da Linguagem em estudos como o nosso. Assim, nossa proposta para o trato do encapsulamento, reiteramos, é construída a partir de uma interface com a Linguística Cognitiva. Para tanto, expomos, neste capítulo, a Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados (TMCI), a qual tem em Lakoff (1987) e colaboradores seus fundamentos. A apresentação desses fundamentos é engrandecida pelas percepções de Feltes (2007), Lima (2009), Pelosi (2006; 2014), bem como pelos estudos de Kövecses (2005) e Lakoff e Johnson (1980,1999), os quais abrem, sobretudo, o campo de investigação dos modelos cognitivos, metafóricos e metonímicos, intrínsecos às expressões referenciais em análise.

3.1 Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados: Fundamentos

Há pouco mais de duas décadas, como relata Silva (2003), a Linguística Cognitiva constituiu-se, institucionalmente, como paradigma científico, em decorrência, entre outras razões, do interesse pela flexibilidade e variabilidade do significado. Por essa linha de pensamento, a linguagem¹³ é assumida como parte integrante da cognição humana, o que possibilita a constituição desse paradigma como uma base teórica promissora para o tratamento de questões advindas da linguagem em uso.

Esse entendimento sobre a linguagem e a importância, para o tratamento e análise do nosso objeto de estudo, de uma interface entre a Linguística Textual e a Linguística Cognitiva, nos possibilita uma melhor compreensão do comportamento das expressões linguísticas que assumem função encapsuladora. É, nesse sentido, que

¹³ A linguagem, aqui, se “fundamenta em processos cognitivos e interacionais e deve ser estudada no seu uso e no contexto da conceptualização, da categorização, do processamento mental e da experiência individual, social e cultural.” (SILVA, 2003, p. 2)

tratamos, aqui, das noções que permeiam a Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados (TMCI), a qual fundamenta o empreendimento analítico desta tese.

É válido ressaltar que as discussões acerca da TMCI não estão apenas sob os postulados de Lakoff (1987), que funda a respectiva teoria, mas são, essencialmente, complementadas por leituras em Feltes (2007) e Lima (2009)¹⁴, as quais se propõem a trabalhar as potencialidades de aplicação desse modelo teórico em estudos voltados a análises discursivas, ampliando bastante o campo investigativo de modelos metafóricos, metonímicos e os proposicionais do tipo *frame* e *script*, aos quais recorremos significativamente em nosso estudo.

Sob esse viés teórico, lançamos mão, em se considerando a vastidão de informações que fundamentam este paradigma, apenas dos aspectos que se voltam diretamente aos nossos interesses. Adentremos, então, em discussões acerca dos Modelos Cognitivos Idealizados, advindos da Semântica Cognitiva de Lakoff, mais especificamente, dos modelos cognitivos metafóricos, metonímicos e proposicionais do tipo *frame* e *script*, haja vista esses contribuírem para nossas conjecturas acerca da noção e descrição do encapsulamento.

É na obra *Women, fire and dangerous things*, lançada em 1987 e assinada por George Lakoff, que a Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados (TMCI) tem seus pressupostos erigidos. Em função da fundamentação desse modelo teórico, o referido autor postula que o conhecimento humano se encontra organizado via estruturas, as quais são, segundo ele, assumidas como Modelos Cognitivos Idealizados (MCIs). Importante se faz pontuar, conforme discute Pelosi (2014), que a Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados fornece fundamentos para uma visão reformulada de representação mental, a qual objeta o pensamento clássico estoicamente enraizado de que tal representação é uma construção idealizada e descontextualizada. Segundo a autora, para a TMCI, “o significado emerge das interações do homem com o mundo

¹⁴ Em Lima (2009), há uma proposta de ampliação de questões relativas ao processo de recategorização, o qual, segundo a autora, pode ou não estar centrado em expressões referenciais ou revelar-se por meio delas, ultrapassando, sobremaneira, os postulados de Apothélos e Reicheler- Béguelin (1995), que abordam as recategorizações somente por meio de aspectos lexicais. Para tanto, a referida autora investiga ocorrências de recategorização licenciadas por metáforas e metonímias, propondo, assim, a necessidade de uma interface entre a Linguística Textual e a Linguística Cognitiva na descrição desse tipo de mecanismo linguístico.

ecológico, social e cultural” (p. 297)¹⁵, não sendo, portanto, uma característica descontextualizada ou resultante de uma mente simbólica abstrata, descrita e entendida em termos de características inerentes aos objetos. Em razão disso, Lakoff (1987) propõe que os conceitos sejam organizados em termos de construções mentais que ele chama, como pontuamos acima, de MCIs.

Assim, uma primeira definição desses modelos é a de que constituem “construtos mentais simplificados que organizam vários domínios da experiência humana, tanto prática como teórica”.¹⁶ (MCCAULEY, 1987, p. 292) Isso implica que essas estruturas idealizadas selecionam dentro dos traços possíveis de estímulos os que se constituem como mais eficazes, numa instância mais teórica, e significativos, em um domínio mais prático. Ainda consoante esse autor, a soma de todos os modelos cognitivos idealizados constitui a superestrutura do nosso conhecimento de mundo.

Lakoff (1987) explica que os modelos cognitivos se constituem como construtos idealizados, porque não se ajustam necessária e perfeitamente ao mundo. Isso devido ao fato de que resultam de interações entre cognição e realidade, através da experiência. Nesse sentido, o que compõe um modelo cognitivo está determinado por necessidades, crenças e propósitos. Esses modelos podem, ainda, construir diferentes formas para o entendimento de uma mesma situação, ainda que, em alguns casos, sejam contraditórios entre si. Sob esse prisma, os modelos figuram como o resultado da atividade humana, determinada cognitivo e experiencialmente, sendo, portanto, o produto da capacidade de categorização humana.

Acrescenta Feltes (2007) que os Modelos Cognitivos devem ser entendidos, sob características funcionais e estruturais, como Modelos Culturais, à proporção que nosso sistema conceptual e as categorias por ele criadas são, simultaneamente, culturais e sociais. Nesse sentido, a cognição humana está indissociavelmente ligada à experiência humana corpórea, social, histórica e cultural. Todavia, em se considerando alguns aspectos, nem todos os Modelos Cognitivos podem ser considerados como Modelos Culturais, isso porque alguns Modelos Cognitivos têm caráter universal. Apesar desse condicionamento, entendemos que isso não vai contra ao que preconiza a

¹⁵ “[...] meaning emerges from man’s interactions with the ecological, social, cultural world.”

¹⁶ “[...] simplified mental constructs that organize various domains of human experience, both practical and theoretical”

Linguística Textual acerca da construção sociocognitiva dos referentes, pois de certa forma os modelos ditos essencialmente cognitivos têm sempre uma realização cultural. Além disso, tais modelos, dados aprioristicamente, são convocados na interpretação de qualquer texto, mas, imediatamente, são reestruturados na dinamicidade da interação. Assim, em outros termos,

o que se chama de modelos culturais não são estruturas meramente ‘internas’, devendo, antes, ser tomados no sentido estrito de ‘modelos’, esquematizações coletivas, intersubjetivas, como propriedade de grupos, não de indivíduos, à medida que são conhecimentos compartilhados. Além disso, cada indivíduo pertence, simultaneamente, a diferentes grupos, em diferentes níveis simultâneos de ‘localidade’ (mais alta ou mais baixa numa hierarquia; mais imediatos ou menos imediatos). Ao mesmo tempo não existe um repositório separado de conhecimento linguístico ou cultural fora de qualquer comunidade cultural ou linguística. (FELTES, 2007, p. 90)

Por outro lado, a construção de esquemas individuais reúne pormenores individuais relativos às percepções de normas ou formas culturais consideráveis, uma vez que esse indivíduo é sabedor de seus sentimentos, seus desejos e suas impressões. Dessa forma, Feltes (2007) assume para os Modelos Culturais um caráter não determinístico, isso porque esses modelos podem ser (re)construídos conforme propósitos vários. É nesse sentido que o analista deve acessá-los através de inferências e fundar-se em processos interpretativos. Para isso, é necessário que se percebam as ações verbais e não verbais dos constituintes de um dado grupo e a organização do sistema que esses elementos encadeiam para, então, construir-se as representações designadas como Modelos Culturais. Essas representações devem ser absorvidas tanto pelos indivíduos quanto pelo analista. Assim, enquanto modelos, essas representações apresentam uma incompletude de informação, não são exatos e acabados, mas se configuram como sendo uma construção coordenada por propósitos de uma dada situação. Por conseguinte, os “Modelos Culturais alternam-se de acordo com as situações, e, tendo origem social, estão ligados a padrões de interação e comunicação”. (FELTES, 2007, p. 91)

Em se tratando da Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados, é necessário que se apresente, ainda que sucintamente, a base que sustenta essa abordagem, o “experencialismo”, o qual propociona um avanço na compreensão de categorias mais complexas que não têm base no domínio físico, as quais são percebidas como

incorporadas e imaginativas. Partindo dessa concepção, como explica Feltes (2007), Lakoff defende que: i) a faculdade linguística não independe das demais faculdades; ii) as estruturas e os processos da linguagem natural são dependentes de estruturas de caráter não linguístico, como percepção, memória, capacidades sensório-motoras e interação social; iii) a faculdade linguística utiliza-se de faculdades inatas; iv) distintos aspectos da estrutura linguística são dependentes de processamentos cognitivos e usuais; v) as línguas naturais relacionam enunciados a discursos e significados em contexto; vi) os aspectos holísticos e atomísticos pertencentes às estruturas linguísticas implicam: a) o significado do todo não depende obrigatoriamente da função do significado das partes, mas também de nossa percepção e conhecimento de mundo e propósitos; b) não se tem necessidade de predicados atômicos, visto que a análise semântica se configura como processo humano, o qual está vulnerável à análise gestáltica¹⁷.

Para Lakoff, portanto, nos termos de Feltes (2007), o realismo incorporado (ou experiencialismo) refuta a oposição sujeito e objeto, uma vez que não há objetos descritos e categorizados de forma pré-existente e exterior aos processos interacionais, e esse tipo de realismo ancora-se no fato de que os seres humanos se ligam ao mundo via interação. Nesse sentido, as estruturas conceituais significativas originam-se da natureza estruturada da experiência corporal e social e, ainda, da capacidade humana de projetar, através da razão, determinados domínios da experiência corporal e interativa para domínios abstratos.

Nesse viés, a Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados mantém uma semântica conceptual, a qual está assentada no potencial de conceptualização humana. Assim, prevalece a concepção de que a categorização apenas é possibilitada por meio de modelos cognitivos idealizados, isto é, as categorias são concebidas como resultado da relação entre o mundo e os modelos cognitivos via experiência. Por outro lado, entendemos que esse pressuposto se alinha à relativização própria das interações.

¹⁷ Posicionamento metodológico assumido por Lakoff (1987) em sua definição do experiencialismo cognitivo. O termo *gestalt*, como é empregado por ele, mantém alguma relação com o conceito de igual nomenclatura empregado por psicólogos da *Gestalt*, porém o autor propõe a extensão desse conceito, o que o torna essencial para a compreensão dos Modelos Cognitivos Idealizados.

Ratificamos que esses pressupostos de Lakoff (1987), que abordam as questões semântico-conceituais através da categorização, configuram-se como resultado de uma concepção experencialista que rejeita um olhar objetivista¹⁸ para a cognição.

Os modelos cognitivos, em nosso sentido, não são ‘representações internas da realidade externa’. Não são por duas razões: primeiro, porque eles são entendidos em termos de corporalidade, não em termos de uma conexão direta com o mundo externo; e segundo, porque eles incluem aspectos imaginativos da cognição como a metáfora e a metonímia¹⁹. (LAKOFF, 1987, p. 341)

Nessa perspectiva, a Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados parte da conceptualização de significado, o qual para Lakoff (1987) não se configura como *coisa*, uma vez que abrange aquilo que nos é significativo. Assim, nada tem significação em si mesmo, visto que essa significação é oriunda da ação de um dado indivíduo em um dado ambiente. Esse pressuposto converge para a instabilidade própria dos referentes, também alvo de nossa investigação. Em se considerando esses pressupostos, conforme o autor, os Modelos Cognitivos Idealizados detêm características em concordância com a cognição, tais como o fato de serem experienciais, terem natureza *geltástica*, estrutura ecológica e serem imaginativos. Diante disso, a significação localiza-se basilarmente onde a experiência se inicia e, assim, “a significação linguístico-conceitual só pode ser tratada em termos de MCI [modelo cognitivo idealizado]” (FELTES, 2007, p. 127).

Como ainda explica Feltes (2007), essas representações cognitivas formam domínios, nos quais os conceitos obtêm significação, ou seja, os Modelos Cognitivos

¹⁸ Sob essa visão, as categorias são concebidas como propriedades comuns e partilhadas por seus membros, sendo, portanto, dadas *a priori* e definidas por meio de traços essenciais de seus membros. Nesses termos, para Lakoff (1987), podem ser listadas como razões para a visão objetivista valer-se da teoria clássica das categorias: i) os símbolos só significam via correspondência direta com o mundo; ii) a ideia de mente descorporificada, que significa dizer que a correspondente relação entre objeto e símbolo independe de aspectos relativos ao corpo e à mente, o que, também, se aplica às relações símbolo e categoria.

¹⁹ [...] cognitive models are not internal representations of external reality. They are not for two reasons: first, because they are understood in terms of embodiment, not in terms of direct connection to external world; and second, because they include imaginative aspects of cognition such as metaphor and metonymy.

Idealizados são utilizados para organizar distintos domínios experienciais, para compreender o mundo e dele abstrair sentido. E é nesse contexto que uma dada categoria e/ou subcategoria é considerada prototípica²⁰, à proporção que é construída a partir de modelos utilizados em determinada situação de interação.

Na configuração de seu modelo teórico, portanto, Lakoff (1987) assume que cada Modelo Cognitivo é uma complexa estrutura constituída de símbolos, organizados gestalticamente, que formam um espaço mental. Nesse âmbito, ele explica que os MCI fazem uso de quatro tipos de princípios estruturadores: a) estruturas de imagem-esquemática, b) estruturas proposicionais, c) mapeamentos metonímicos e d) mapeamentos metafóricos. Segundo o autor, esses princípios dão origem a cinco tipos de modelos cognitivos, a saber: i) de esquemas de imagens; ii) proposicionais; iii) metonímicos; iv) metafóricos e v) simbólicos.

Do exposto, é cabível ressaltar que a Semântica Cognitiva de Lakoff, cuja base é experientialista, tem, conforme o referido autor, base prototípica, uma vez que é assumido o pressuposto de que os protótipos são responsáveis por uma considerável parcela dos trabalhos efetivos da mente, tendo, portanto, um abrangente uso em processos racionais. No entanto, a abordagem de Lakoff (1987) ultrapassa o tratamento de estruturas próprias da representatividade conceptual, direcionando-se, assim, para a investigação das origens dos efeitos prototípicos, ou seja, consoante o dizer do teórico, os Modelos Cognitivos Idealizados, entendidos como produtos da cognição humana.

Em outros termos, Feltes (2007) melhor define esse aspecto, ao explicar que

os efeitos prototípicos nada mais são do que subprodutos dessas estruturas cognitivas complexas, consequências do modo como nosso conhecimento e nossas experiências se encontram organizados na mente. O objetivo básico da TMCI [Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados] é, justamente, descrever e explicar as variadas fontes de efeitos prototípicos (FELTES, 2007, p.126)

²⁰ Lakoff (1987) faz uso do conceito de categoria oriundo da Teoria Prototípica da categorização humana proposta por Rosch (1978), construindo, assim, uma semântica de base prototípica. Para ele, os protótipos são usados no pensamento para fazer inferências, cálculos, aproximações e, assim, entender e definir categorias, bem como as suas relações com as subcategorias. Por outro lado, Lakoff chama atenção para o fato de a Teoria Prototípica ser considerada apenas em termos de estruturas de representatividade conceptual, propondo que essas estruturas sejam tratadas com maior profundidade, buscando uma verificação das fontes dos efeitos prototípicos. Nesse sentido, os fenômenos prototípicos são superficiais e suas fontes seriam os MCI, produtos da cognição humana.

Todo esse entendimento embasa a refutação dos pressupostos objetivistas da cognição, favorecendo, por sua vez, a concepção de base experiencialista, defendida por Lakoff (1987). Nesses termos, fica evidente que, na Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados, a construção das categorias dá-se via relação entre modelos cognitivos e mundo, sendo esses modelos mais bem compreendidos a partir de uma discussão mais acurada de seus tipos. Passemos, portanto, a uma apresentação de quatro entre os cinco tipos de Modelos Cognitivos Idealizados propostos por Lakoff (1987), a saber: i) modelos de esquema de imagens, ii) modelos cognitivos metafóricos, iii) modelos cognitivos metonímicos, e os iv) modelos cognitivos proposicionais do tipo *frame* e *script*. A escolha por esses modelos justifica-se pelo fato de que eles se mostram mais satisfatórios para a nossa proposta de estudo, além, é claro, da frequência com que aparecem instanciando expressões referenciais encapsuladoras em notícias e reportagens. Debrucemo-nos, então, sobre esses modelos a começar pelos modelos cognitivos de esquema de imagens.

3.1.1 Modelos Cognitivos de Esquema de Imagens

A noção em Johnson (1987) de que a experiência apresenta uma estrutura significativa anterior e independente de todo e qualquer conceito se coloca como fundamental para a configuração dos modelos cognitivos de esquemas de imagens. Há, de acordo com Lakoff (1987), a proposição de que, cognitivamente, a experiência corporificada apresenta-se como esquemas de imagens, entendidos como conceitos elementares, cuja significação advém da experiência humana pré-conceptual. Nesse sentido, Lakoff (1987, p. 62) assevera que “os conceitos existentes podem impor mais do que a estrutura que experienciamos, mas estruturas básicas experienciais estão presentes em relação a qualquer imposição dos conceitos.”²¹

²¹ Existing concepts may impose further structuring on what we experience, but basic experiential structures are present regardless of any such imposition of concepts.

Em Lakoff (1987), vê-se uma organização das propriedades desses esquemas de imagens, a partir da afirmação de que esses modelos têm natureza corporal-cinestésica; impõem uma estrutura à experiência de espaço; são projetados para domínios conceptuais abstratos de metáfora e metonímia e estruturam modelos cognitivos complexos. Dentre os esquemas de imagens tratados em Lakoff e Johnson (1980) e Lakoff (1987), passemos à apresentação dos esquemas CONTAINER, PARTE-TODO, LIGAÇÃO, CENTRO-PERIFERIA, ORIGEM-PERCURSO-META, cuja descrição possibilita um maior entendimento desse modelo.

O esquema CONTAINER, originário da experiencição do corpo humano como um recipiente, apresenta como elementos estruturais o conjunto INTERIOR-FRONTEIRA-EXTERIOR, sendo sua lógica básica, conforme Lakoff (1987, p. 272) a seguinte: “Sendo A um CONTAINER de B, e X está em A, então X está em B.”, o que desencadeia a implicatura de que “Se todos A’s são B’s, e X é um A, então X é B.”²² Por meio de projeções metafóricas, o esquema de imagens CONTAINER estende-se a outros conceitos mais abstratos, como é o caso de FAMÍLIA, como se constata em ocorrências linguísticas, citadas por Feltes (2007, p. 130), do tipo “É uma família fechada - não são sociáveis”, “Era uma boa nora. Que lástima ter saído da família.”, “Isso deve ser mantido nos limites dessa família”. Nessas ocorrências, note-se que os verbos, adjetivos e substantivos utilizados fazem alusão à ideia de uma estrutura com um INTERIOR, uma FRONTEIRA e um EXTERIOR.

O esquema PARTE-TODO se atrela ao entendimento de que nossos corpos são experienciados como todos com partes, o que significa dizer, nas palavras de Lakoff (1987), que somos um todo cujas partes são por nós controláveis. Têm-se, assim, TODO-PARTES-CONFIGURAÇÃO, como elementos estruturais desse esquema, sendo sua lógica básica, em função de aspectos assimétricos e irreflexivos, bastante complexa. Segundo Lakoff (1987), o primeiro aspecto define-se assim: Se A é parte de B, então B não é parte de A. Já o segundo traz a ideia: A não é parte de A. Ademais, para esse modelo, conforme o autor, são considerados dois aspectos: i) sob uma ótica gestáltica, tem-se a ideia de que o todo não existe sem as partes, o que implica dizer que

²² If container A is in container B and X is in A, then X is in B - which is the basis for modus ponens: If all A’s are B’s and X is an A, then X is a B.

diante da destruição das partes, haverá, portanto, a destruição do todo, entretanto, as partes podem existir e não haver a constituição do todo, uma vez que apenas no momento em que as partes existem na configuração é que o todo será construído. ii) por um princípio trivial, há o entendimento de que as partes são contíguas.

Lakoff (1987) entende os conceitos FAMÍLIA, CASAMENTO e SOCIEDADE como estruturados a partir do esquema PARTE-TODO, já que, para ele, a família pode ser compreendida como a organização/formação de um todo, sendo os cônjuges suas partes, e o divórcio, por outro lado, visto como uma divisão desse todo. Feltes (2007) apresenta como ilustração desse esquema o conceito de SOCIEDADE, explorado a partir de ocorrências linguísticas do tipo “Não há como atingirmos todos os segmentos da sociedade.”, “Cada setor da sociedade deve fazer a sua parte.”, sendo a noção PARTE-TODO licenciada a partir dos substantivos “segmentos” e “setor”.

Já o esquema LIGAÇÃO começa, segundo o já mencionado autor, a ser delineado através da ligação mãe-filho pelo cordão umbilical, sendo estendida à infância e aos anos subsequentes por meio de conexões outras que se voltam à garantia da posição de duas coisas diretamente relacionadas. (LAKOFF, 1987, p. 274) O autor acresce que esses esquemas se estruturam por meio das entidades A e B e uma LIGAÇÃO conectando-as. Nesse sentido, sua lógica básica é: a) se **A** está ligado a **B**, então B é restringido e depende de **A**; b) se **A** está ligado a **B**, então B está ligado a **A**. Para o referido teórico, as relações sociais e interpessoais organizam-se via esquema LIGAÇÃO, a exemplo dos conceitos ESCRAVIDÃO e LIBERDADE, sendo o primeiro entendido como dependência e o segundo, ausência de algo que prenda. Para Feltes (2007, p. 132), “os conceitos CASAMENTO-DIVÓRCIO estruturam-se em termos do esquema LIGAÇÃO: CASAMENTO É LIGAÇÃO; DIVÓRCIO, NÃO LIGAÇÃO.” Essas afirmações são exemplificadas em enunciados do tipo “Eles não estão mais juntos, separaram-se.” ou “Moram juntos, mas nada mais há que os una.” (FELTES, 2007, p. 132)

Já o quarto esquema proposto por Lakoff (1987), CENTRO-PERIFERIA, fundamenta-se no postulado de que nossa experiência corporal está organizada em termos de um CENTRO e uma PERIFERIA, sendo o CENTRO constituído pelo tronco e os órgãos internos e a PERIFERIA pelo cabelo, os dedos das mãos e os dedos dos pés. Esse esquema, também, pode ser atribuído a outros organismos, como as plantas. Em

outras palavras, tem-se o centro configurando a parte mais importante e mais vital, sendo ele, portanto, o definidor da essência e identidade de alguma coisa; enquanto a periferia é concebida como dependente do centro, o que não ocorre conversamente. Como explica o autor, ainda que alguém corte o cabelo ou ampute um dedo não deixa de continuar sendo uma pessoa. Nesses termos, os elementos estruturais desse esquema são: ENTIDADE-CENTRO-PERIFERIA, e sua lógica básica direcionada ao simples raciocínio: a PERIFERIA depende do CENTRO, mas o CENTRO não depende da PERIFERIA. Comenta, ainda, Lakoff (1987) que o conceito TEORIA é dotado de princípios que lhes são centrais e outros, periféricos. Em Feltes (2007), SOCIEDADE é colocado como sendo um conceito estruturado em termos de CENTRO-PERIFERIA, já que, na sociedade, as pessoas consideradas produtivas são vistas como nucleares, ao passo que as outras dependentes desse centro são menos importantes, como ilustra a ocorrência “Precisamos trazer os menores abandonados para o **seio** da vida social para o funcionamento e andamento da sociedade”. (FELTES, 2007, p. 132)

O esquema ORIGEM-PERCURSO-META, segundo Lakoff (1987), configura-se como um esquema espaço-temporal e deriva de atividades experienciadas em termos de um ponto de início e um ponto final, o que, em outras palavras, significa que há uma sequência de posições contíguas responsáveis por conectar a fonte ao destino, via percurso. Os elementos estruturais desse esquema são: ORIGEM-PERCURSO-DIREÇÃO-META, sendo sua lógica básica explicada pelo autor, nestes termos: “indo da origem ao destino, por um determinado percurso, deve-se passar por pontos intermédios, e avançando ao longo do caminho, mais longe se fica do início.”²³ (LAKOFF, 1987, p. 275) Esse esquema, assim, presta-se à organização de eventos complexos fundados em propósitos ou metas, os quais são entendidos como destinos, e alcançar um propósito requer que se passe por um caminho de um ponto inicial a um ponto final. De modo que alcançar esse propósito é, de fato, chegar ao destino, podendo, durante o percurso, encontrar algumas pedras pelo caminho ou, ainda, desistir de alcançá-lo. Feltes (2007, p. 133) recorre, para exemplificar esse tipo de esquema, ao conceito PESQUISA, o qual se estrutura através do esquema ORIGEM-PERCURSO-

²³ If you go from a source to a destination along a path, then you must pass through each intermediate point on the path; moreover, the further along the path you are, the more time has passed since starting.

META, o que pode ser visto através de ocorrências linguísticas do tipo “A pesquisa **partiu** da detecção da presença de flúor na água da represa” ou ainda “A **cada passo** da pesquisa sabíamos que não podíamos **recuar**”.

Apresentados esses modelos, reiteramos a importância desses para nossa pesquisa, haja vista eles se projetarem para domínios conceituais abstratos por meio de metáforas e metonímias das quais nos valem consideravelmente para nossas análises. Iniciemos, então, a apresentação dos modelos cognitivos metafóricos.

3.1.2 Modelos Cognitivos Metafóricos

Os modelos metafóricos têm a sua base na Teoria da Metáfora Conceptual, erigida por Lakoff e Johnson, em 1980, em trabalho intitulado *Metaphors We Live By*. Para esses teóricos, o termo metáfora não mais é considerado em seu sentido restrito de figura de linguagem, mas aplicado a uma série de fenômenos de natureza cognitiva. Nesse sentido, as bases dessa teoria da metáfora conceptual estão radicadas na concepção de que nosso sistema conceptual é estruturado metaforicamente e que essas metáforas estão fundamentadas a partir de correspondências no âmbito das experiências. Isso significa dizer que, em termos de pensamentos e ações, nosso sistema conceptual é de natureza basicamente metafórica. Nos termos de Pelosi (2006), a metáfora se configura, não como uma opção linguística, mas como uma ferramenta de “organização e produção cognitiva com respeito ao qual não temos escolha, visto ser parte integrante de nossa constituição como humanos” (p. 23), assim a metáfora se conforma, muitas vezes, como a maneira que temos de significar o mundo.

Lakoff e Johnson (1980) advogam, ainda, em favor do pensamento de que a metáfora está ligada à noção de perspectiva, na proporção em que maneiras diferentes de entender fenômenos particulares estão relacionados a metáforas diferentes. Assim, conforme exemplifica Lakoff e Johnson (1980, p.46), podemos falar no conceito de DISCUSSÃO em termos de GUERRA. Desse modo, a metáfora conceptual DISCUSSÃO É GUERRA pode se apresentar em expressões como:

- (a) Seus argumentos são *indefensáveis*.
- (b) Ele *atacou* todos os *pontos fracos* da minha argumentação.

(c) Suas críticas foram *direto ao alvo*.

Esse exemplo sustenta a noção de que a essência da metáfora está no entendimento e experiencição de uma coisa em termos de outra. (LAKOFF; JOHNSON, 1980). Dessa maneira, é possível dizer que para cada metáfora há a identificação de um domínio-fonte (abarca propriedades físicas e aspectos relativamente concretos da experiência) e um domínio-alvo (é mais abstrato). Em Lakoff (1987), a descrição dos modelos cognitivos metafóricos é feita da seguinte forma:

Um mapeamento metafórico envolve um domínio-fonte e um domínio-alvo. O domínio fonte é presumido como estruturado por um modelo proposicional ou de esquema de imagens. O mapeamento é tipicamente parcial; mapeia a estrutura do MCI no domínio fonte para a estrutura correspondente no domínio alvo. [...] os domínios fonte e alvo são representados estruturalmente pelo esquema do *CONTAINER*, e o mapeamento é representado pelo esquema *ORIGEM-PERCURSO-META*.²⁴ (LAKOFF, 1987, p. 288)

Em nível de ilustração desse modelo, Lakoff e Johnson (1980) lançam mão da metáfora conceptual AMOR É UMA VIAGEM, a qual licencia expressões metafóricas do tipo “Esta relação está afundando” e “Estamos em uma encruzilhada”. Assim, tem-se uma projeção basilarmente centrada na experiência, a qual é processada a partir do domínio conceptual VIAGEM, como um domínio conceptual bem-estruturado (o domínio-fonte), para o domínio AMOR (domínio-alvo), o qual necessita de estruturação para que seja assimilado. Nesse sentido, ocorre, conforme Lakoff (1993), um mapeamento de vários aspectos do domínio conceptual de viagem para o domínio da emoção, mais precisamente para o subdomínio do amor. Dessa maneira, é possível o estabelecimento de correspondências entre os domínios AMOR e VIAGEM, como AMANTES SÃO VIAJANTES, O RELACIONAMENTO AMOROSO É O VEÍCULO, OS OBJETIVOS DE VIDA SÃO AS DESTINAÇÕES A SEREM

²⁴ A metaphoric mapping involves a source domain and a target domain. The source domain assumed to be structured by a propositional or image-schematic model. The mapping is typically partial: it maps the structure of the ICM in the source domain onto a corresponding structure in the target domain. [...] the source and target domains are represented structurally by *CONTAINER* schemas, and the mapping is represented by a *SOURCE-PATH-GOAL* schema.

ALCANÇADAS E OS PROBLEMAS NO RELACIONAMENTO SÃO AS ENCRUZILHADAS.

Esse conjunto de correspondências ontológicas oriundas de tal mapeamento metafórico caracterizará as correspondências epistêmicas que autorizarão o raciocínio sobre o amor assim como se raciocina sobre viagens.

Kövecses (2005), refinando os postulados da teoria da metáfora conceptual, acrescenta que a metáfora é concebida como um fenômeno linguístico, conceptual, sociocultural, neural e corporal. Essa compreensão de metáfora é possível em se considerando onze componentes que interagem entre si e constituem a geração de metáforas, os quais são caracterizados como: 1) domínio-fonte; 2) domínio-alvo; 3) base experiencial; 4) estruturas neurais; 5) relações entre a fonte e o alvo; 6) expressões linguísticas metafóricas; 7) mapeamentos; 8) acarretamentos; 9) *blends*; 10) realizações não linguísticas; 11) modelos culturais. Nessa perspectiva, o autor aponta para questões concernentes à universalidade da metáfora e à relevância de aspectos culturais em sua constituição. Lembramos que Lakoff (1987) já assume que as questões culturais estão estreitamente ligadas aos processamentos cognitivos.

Vejamos, então, a descrição de cada um dos componentes propostos por Kövecses (2005, p. 5-8)

(1) *Domínio-fonte e (2) Domínio-alvo*: A metáfora consiste de um domínio-fonte e de um domínio-alvo, em que a fonte é um domínio mais físico, e o alvo, um domínio mais abstrato. Ex: A VIDA É UMA JORNADA (VIAGEM).

(3) *Base experiencial*: A escolha de uma dada fonte para seguir um determinado alvo é motivada por meio de uma base experiencial ou corpórea. Exemplo: A afeição mantém correlação com o calor corporal na constituição da metáfora AFEIÇÃO É CALOR.

(4) *Estruturas neurais no cérebro correspondentes a (1) e (2)*: A experiência corpórea resulta em determinadas conexões neurais entre áreas do cérebro. Exemplo: Quando a área do cérebro correspondente à afeição é ativada, aquele correspondente ao calor também o é.

(5) *Relações entre a fonte e o alvo*: A relação entre a fonte e o alvo dá-se de tal maneira que o domínio-fonte pode aplicar-se a vários alvos, e um alvo pode ligar-se a

várias fontes. Exemplo: o domínio-fonte JORNADA (ou VIAGEM) aplica-se a VIDA e AMOR.

(6) *Expressões linguísticas metafóricas*: A ligação de domínios-fonte e domínios-alvo dá origem a expressões linguísticas metafóricas. Ex: A expressão “uma relação calorosa” é concebida a partir de AFEIÇÃO É CALOR.

(7) *Mapeamentos*: Há correspondências conceptuais básicas e essenciais ou mapeamentos entre os domínios-alvo e domínios-fonte. Ex: O AMOR É UMA JORNADA (ou VIAGEM), desencadeia os seguintes mapeamentos: *Viajantes* são amantes; *Veículo* – relação amorosa; *Destino* – o propósito do relacionamento; *Distância coberta* – progresso alcançado no relacionamento; *Obstáculos ao longo do caminho* – dificuldades encontradas no relacionamento.

(8) *Acarretamentos*: Os domínios-fonte mapeiam ideias para o alvo para além das correspondências básicas. Esses mapeamentos adicionais são nomeados como acarretamentos ou inferências. Ex: O AMOR É UMA JORNADA (ou VIAGEM), no qual ocorre o mapeamento de veículo para a relação amorosa, há três escolhas a se fazer: se o veículo quebrar: (i) tenta-se atingir o caminho por outros meios – *deixa-se o relacionamento*; (ii) tenta-se consertar o veículo – *tenta-se melhorar o relacionamento*; (iii) fica-se no veículo e não se faz nada – *permaneça-se no relacionamento* (com o sofrimento).

(9) *Blends*: A junção de um domínio-fonte com um domínio-alvo pode resultar em mesclas (*blends*) construtos conceptuais que são novos com respeito tanto à fonte quanto ao alvo. Ex: A sentença, “Ele estava tão furioso que fumaça saía pelos seus ouvidos”, pode conceptualmente ser descrita da seguinte forma: a) o domínio-alvo é constituído por uma pessoa com raiva, e o domínio-fonte, por fumaça num *container*; b) a pessoa com raiva (domínio-alvo) não tem fumaça saindo dela, e o *container* com fluido quente (domínio-fonte) não tem ouvidos; c) pela integração conceptual dos dois domínios, ou *blend*, temos o *container* que tem ouvidos, de onde sai fumaça.

(10) *Realizações não linguísticas*: As metáforas conceptuais podem ser realizadas por meio de formas não linguísticas e ou pensamentos (por práticas sociofísicas e pela realidade). Ex: A metáfora IMPORTANTE É CENTRAL tem realização não linguística ilustrada por eventos sociais em que, costumeiramente, as

pessoas da elite são chamadas a ocupar lugares físicos mais centrais que as pessoas menos importantes na sociedade.

(11) *Modelos culturais*: Metáforas conceptuais são convergentes com ou produzem modelos culturais que operam no pensamento. Essas estruturas são tanto culturais como cognitivas (modelo cultural ou modelo cognitivo), sendo as representações mentais específicas de aspectos do mundo.

Concluída a apresentação e descrição do modelo cognitivo metafórico, com base em Lakoff (1980, 1987 e 1993) e Kövecses (2005), passamos à abordagem do modelo cognitivo metonímico, também imprescindível ao nosso estudo.

3.1.3 Modelos Cognitivos Metonímicos

Para Lakoff (1987), em se tratando de Modelos Metonímicos, concebe-se que estes são, estruturalmente, representados pelo esquema CONTAINER e seu mapeamento é feito através do esquema ORIGEM-PERCURSO-META. Esses modelos consistem em tomar um ponto bem assimilado ou facilmente percebido de alguma coisa e utilizá-lo para estar em função da coisa como um todo, por algum outro ponto ou parte dele.

Conforme Feltes (2007), esse tipo de modelo configura-se como uma rica fonte de efeitos prototípicos, uma vez que se estrutura a partir do princípio de que um membro de uma determinada categoria, subcategoria ou submodelo é considerado como representativo para propósitos vários, como raciocínios, reconhecimentos de objetos, julgamentos, planos, entre outros.

Nesse contexto, Lakoff (1987) apresenta algumas fontes metonímicas de efeitos prototípicos, tais como: *estereótipos sociais, exemplos típicos, os ideais, os padrões, os geradores, os submodelos, os exemplos salientes*. Antes de discutirmos essas fontes, é importante esclarecermos que nas análises trabalharemos apenas com o modelo metonímico de forma mais geral, não importando as nomenclaturas dadas em cada um desses subtipos, mas sim suas noções.

Adentrando o universo dos modelos metonímicos dos *estereótipos sociais*, é sabido, conforme as formulações do autor, que se trata de casos em que uma subcategoria apresenta um status socialmente reconhecido em função daquilo que

permanece pela categoria como um todo, com o intuito de construir julgamentos rápidos acerca das pessoas, definindo, assim, expectativas culturais.

Com o intuito de exemplificar o comportamento desse modelo metonímico, Lakoff (1987) recorre ao conceito MÃE, salientando que, para que se compreenda como ocorre o processamento metonímico, é necessário, antes de tudo, observar como esse conceito aparece estruturado. Para o autor, “MÃE é uma estrutura cognitiva complexa – um cacho de modelos cognitivos, isto é: “Mãe é um conceito que se baseia num modelo complexo em que modelos cognitivos individuais se combinam formando um modelo em cachos”²⁵ (LAKOFF, 1987, p. 74). Os modelos proposicionais que convergem, conforme o referido autor, para a formação do cacho de modelos experienciais são: i) Modelo do nascimento (a pessoa que dá à luz é a mãe); ii) Modelo genético (a fêmea que disponibiliza o material genético é a mãe); iii) Modelo de criação (a mãe é a fêmea adulta que alimenta e educa a criança); iv) Modelo marital (a esposa do pai é a mãe); v) Modelo genealógico (a mãe é o ancestral fêmea mais próximo).

Assim sendo, esses modelos são considerados como experienciais na proporção que progressos científicos vão fornecendo diferentes critérios de definição para uma dada categoria, estendendo a sua complexidade e relatividade. Dessa forma, ainda segundo o autor, não é possível saber o que de fato define uma categoria, visto que não há o que se pode considerar como ‘modelo certo’. Sob esse prisma, as escolhas são possibilitadas entre modelos divergentes, os quais são objetos de discussões públicas e sofrem mudanças temporais. (LAKOFF, 1987)

Da discussão acima, tem-se a proposição de que alguns conceitos de MÃE resultam das diferentes relações com os modelos do cacho, como é o caso de “mãe adotiva” que mantém relação com o “modelo de criação”, sendo essa mãe definida como “aquela que cria e guarda, ainda que não tenha fornecido material genético”. Por outro lado, a mãe prototípica seria aquela definida por meio da convergência de todos os modelos do cacho, sendo, portanto, “a mãe que fornece os genes, pare, cria em tempo integral a criança, é casada com o pai da criança, é uma geração mais velha que a criança e é, além disso, a sua guardiã legal.” (FELTES, 2007, p. 148)

²⁵ Mother is a concept that is based on a complex model in which a number of individual cognitive models combine, forming a cluster model.

Lakoff (1987) apresenta *os estereótipos sociais* como sendo outra fonte de efeitos prototípicos, trazendo em cena, como exemplo desses estereótipos sociais, a categoria MÃE-DONA DE CASA. Para essa categoria, o autor diz que, ainda que não haja no léxico um item singular que a expresse, a categoria existe e é responsável pela definição das expectativas culturais sobre o que se pensa ser uma mãe. Há, nesse caso, “um modelo metonímico em que uma subcategoria, a MÃE-DONA DE CASA, permanece pela categoria toda ao definir as expectativas culturais sobre mãe.”²⁶ (LAKOFF, 1987, p. 80)

Tem-se, nesses termos, o entendimento de que o modelo metonímico do tipo *estereótipo social* figura sobre um dos modelos do cacho, qual seja, o de MÃE DE CRIAÇÃO. Nesse sentido, a mãe prototípica é aquela que fica em casa para cuidar dos filhos. Esse estereótipo social é utilizado, radialmente, para motivar a subcategoria MÃE-TRABALHADORA, que assumiria propriedades outras. Sumariamente, temos, em Lakoff (1987), a afirmação de que análises como essas possibilitam a construção da radialidade²⁷ do conceito MÃE.

Em contrapartida, *os modelos de membros típicos* de uma categoria configuram-se como inconscientes e automáticos. Isso porque, além de não definirem expectativas culturais, são relativamente estáveis, assim como *os estereótipos*. Entretanto, são utilizados no raciocínio e, também, em inferências. Lakoff (1987) traz como exemplo, nesse caso, MAÇÃ E LARANJA como sendo exemplares típicos de FRUTAS, significando dizer que são esses protótipos da categoria. Assim, no processo de raciocínio, quando um desses tipos é tomado pela categoria como um todo, constata-se o caráter metonímico da operação, sendo possível, ainda, fazer inferências de um exemplar típico para um não típico, sendo o caminho inverso não realizável, revelando com isso seu caráter assimétrico.

Já em relação aos *modelos ideais*, o autor afirma que uma considerável parcela de nosso conhecimento cultural se estrutura em termos de modelos ideais abstratos, os quais não são necessariamente nítidos ou estereotípicos. Dessa forma, esse tipo de

²⁶ [...] stands for the whole category in defining cultural expectations of mothers.

²⁷ Em Lakoff (1987), a categoria radial molda-se como uma subcategoria dos modelos cognitivos proposicionais, consistindo, assim, numa fonte de efeitos prototípicos, já que “nas categorias radiais em geral subcategorias menos centrais são entendidas como variantes de categorias mais centrais.” (p. 91)

modelo funciona como gerador de efeitos de prototipicidade, sendo utilizado para julgamentos de qualidade e planos futuros. A relação entre os casos ideais e não ideais, assim como no caso dos exemplos típicos, dá-se de forma assimétrica, resguardando o fato de que o caso ideal apresenta todas as boas características que os casos não ideais apresentam, mas o contrário não é válido. Nesse sentido, Lakoff (1987) traz, como exemplo, a noção de marido ideal (provedor, fiel, forte, respeitado e atraente) e a de marido estereotípico (fastidioso, pançudo e presunçoso).

Nessa caracterização dos modelos metonímicos, tem-se, para os *modelos-padrão*, a ideia de que é a partir deles que direcionamos nossas concepções, sendo, portanto, utilizados como modelos de conduta e desempenho. Os paradigmas científicos ilustram esse tipo de modelo, já que são utilizados para fins de compreensão e aplicação de certos tipos de experimento, conduta e metodologia, entre outras coisas.

Os *modelos geradores*, conforme Lakoff (1987), configuram-se como o caso em que os membros de uma categoria são gerados pelos membros centrais mais determinadas regras. Assim sendo, os modelos metonímicos são produtos da relação entre os membros mais centrais e algumas regras. Segundo o autor, os números naturais figuram como exemplos desse tipo de modelo, porque uma considerável parte das pessoas os compreendem como caracterizados por um dígito, de 0 a 9, mais as regras aritméticas, gerando, assim, os demais membros dessa categoria. Essa relação é entendida como metonímica, uma vez que “a categoria como um todo é compreendida em termos de uma pequena subcategoria.”²⁸ (LAKOFF, 1987, p. 88)

Em relação aos *submodelos*, estes são definidos pelo autor como um ponto de referência cognitivo para aproximações e estimativas de tamanhos. Lakoff (1987) apresenta, como ilustração desse tipo de modelo, o caso do submodelo definido pelos números de fatores de 10: dez, cem, mil etc., os quais são utilizados para o entendimento da grandeza relativa dos números.

Por fim, nos *modelos metonímicos de exemplos salientes*, exemplos de acontecimentos, desempenhos e atitudes, entre outros, são utilizados para a compreensão de uma categoria envolvida. (LAKOFF, 1987). É o caso, como mostra o autor, da situação em que um DC-10 caiu em um determinado lugar e tem uma grande

²⁸ [...] the category as a whole is comprehended in terms of a small subcategory.

repercussão, provocando o desinteresse por voos com esse tipo de aeronave, isso porque as pessoas tomaram, metonimicamente, esse acontecimento saliente para fazer julgamentos quanto à segurança dos DC-10 em geral.

Em linhas gerais, a metonímia apresenta, conforme Lakoff e Johnson (1980), ao menos em parte, o mesmo uso que a metáfora, entretanto, ela evidencia mais especificamente certos aspectos da entidade a que se faz referência. A principal diferença entre as duas é a de que ao passo que a metáfora envolve a projeção entre dois domínios, a metonímia dá-se dentro de um mesmo domínio, colocando em foco uma categoria ou subcategoria de um domínio-matriz em um determinado contexto.

Feitas essas considerações, passamos à apresentação dos modelos cognitivos proposicionais.

3.1.4 Modelos Cognitivos Proposicionais

Há, em Lakoff (1987), a proposição de que esses modelos são delineados a partir de aspectos tais como: a) aparentam ser objetivistas; b) não fazem uso de mecanismos imaginativos, como a metáfora e a metonímia, por exemplo; c) possuem uma ontologia, isto é, um conjunto de elementos usados na constituição do MCI, os quais podem ser conceitos de nível baixo ou de outros tipos; d) apresentam estrutura definida em termos de esquema de imagens.

Em se considerando essas características, o autor apresenta cinco modelos cognitivos proposicionais, quais sejam: *proposição simples*; *frames*, *cenário ou script*; *estrutura de feixe de traços*; *taxonomia*; *categoria radial*. Entretanto, atentaremos apenas aos do tipo *frame*, *cenário* ou *script*, tendo em vista que apenas esses são relevantes para nossa pesquisa, já que acreditamos serem esses modelos básicos na construção de expressões linguísticas encapsuladoras.

3.1.4.1 Frame, cenário ou script

Como bem afirma Feltes (2007), a concepção de *frame*, no âmbito da Linguística Cognitiva, é elaborada a partir dos estudos de Fillmore (1976, 1977, 1982a, 1982b, 1985), pelos quais os *frames* são definidos como estruturas responsáveis por

desempenhar papéis representativos de entidades conceptuais. Nesses termos, diz a autora que essas estruturas

emolduram uma grande quantidade de conhecimento sobre um determinado conceito. Elas caracterizam uma cena ou situação abstrata como um mecanismo de estruturação cognitiva, sendo algumas partes indexadas por palavras associadas a elas e usadas no processo de compreensão. (FELTES, 2007, p. 135)

Dito de outra forma, palavras ou expressões linguísticas desencadeiam a evocação de *frames*, os quais são levados da memória de longo prazo à memória operacional não como conhecimentos estocados, mas como estruturas construídas e desenvolvidas via experiência. Essa noção de *frame* de Fillmore (1982a, 1982b) mantém certa proximidade com a noção desenvolvida por Lakoff (1987), o qual o entende como sendo uma estrutura conceptual, moldada proposicionalmente e definida em termos de cultura, que atuaria como organizadora de segmentos vários da realidade. O exemplo da categoria SOLTEIRO, apresentado em Fillmore (1982a) e reapresentada em Lakoff (1987) e Croft e Cruse (2004), contribui consideravelmente para o entendimento dessa aproximação no tratamento desse modelo. Assim, conforme leitura desse exemplo, em Lima (2009),

a definição dessa categoria como HOMEM ADULTO NÃO CASADO, como observam Croft e Cruse (2004), pode ser vista como estruturada por um *frame* que não comporta a variedade de status social possível em situações do mundo real, ou seja, há muitas situações que não se enquadram na concepção de SOLTEIRO definida em termos desse conjunto de condições. Podemos citar, por exemplo, o caso de um homem adulto vivendo com a namorada, o de um homem adulto homossexual vivendo com o namorado ou do Papa. Ocorre que o *frame* evocado para a estruturação dessa categoria representa uma versão idealizada do mundo, o que Lakoff (1987) chama de MCI. Ele explica que “solteiro é definido em relação a um MCI, no qual existe uma sociedade humana com casamento (tipicamente monogâmico), e uma faixa de idade própria para casar” (LAKOFF, 1987, p. 70), sendo por isso que esse MCI não diz nada sobre as situações de união de longo prazo não legalizadas, de homossexualidade e de sacerdotes, dentre outras, pelo que os exemplos citados não podem figurar como típicos da categoria SOLTEIRO. (LIMA, 2009, p. 91)

Na Semântica de *Frame*²⁹, conforme proposição de Fillmore (1982b), seriam eles responsáveis pela motivação ou até mesmo determinação da maneira como certos itens lexicais são utilizados e compreendidos numa determinada comunidade. A essas questões Lakoff (1999) acrescenta, ainda, que os *frames* oferecem uma estrutura conceptual global responsável por definir as relações semânticas entre campos de conceitos relacionados e as palavras que os expressam. Assim, um *frame* de um determinado conhecimento geral caracteriza-se, no dizer de Lakoff e Johnson (1999), por ser representativo e proposicional, já que molda o conhecimento de *background* estruturado referente a um conceito. É proposicional, porquanto a informação que está em sua subjacência é intencional. Em se considerando essa estrutura, os *frames* funcionam como inferências realizadas a partir daquilo que consta na sentença, o que, em outras palavras, significa dizer que usados em *background* os *frames* são, por assim dizer, geradores de inferências. (LAKOFF; JOHNSON, 1999). Por isso, julgamos esse modelo como fundamental para os encapsulamentos.

Há de se salientar, ainda, conforme Feltes (2007), que noções de uma mesma natureza sobre *frames* são desenvolvidas em outros campos do conhecimento como, por exemplo, a Inteligência Artificial (com Minsky) e a Psicolinguística (com Schank e Abelson), as quais são, de certa maneira, em sua definição, similares ou sobrepostas umas às outras.

Já em relação aos cenários ou *scripts*³⁰, Lakoff (1987, p. 285) diz estar sua ontologia voltada para configuração de “um estado inicial, uma sequência de eventos e um estado final”³¹ e sua estrutura, conseqüentemente, marcada pelo esquema de imagens ORIGEM-PERCURSO-META num domínio temporal no qual a origem assume uma correspondência com o estado inicial, o destino com o estado final e os

²⁹ Em termos de análise discursiva, podemos entender, a partir dos escritos de Fillmore (1982b), que o processo de entendimento de um dado texto compreende a recuperação ou percepção dos “frames” evocados pelos conteúdos lexicais disponíveis na materialidade textual/discursiva e a combinação desse tipo de “conhecimento esquemático (de uma maneira que não pode ser facilmente formalizada) a fim de conceber uma determinada ‘visualização’ do ‘mundo’ do texto”. (p. 37) Nesse sentido, as palavras responsáveis pela evocação de *frames* em um texto revelam, de certa maneira, a multiplicidade de formas com que o enunciador organiza a situação e orienta o seu interlocutor a construir uma certa visualização do universo textual que “motive ou explique os atos de categorização expressos pelas escolhas lexicais observadas no texto.” (FILLMORE, 1982b, p. 37)

³⁰ Fillmore (1982 b) utiliza o termo “frame” com certa amplitude, de maneira a abarcar concepções como a de *script*.

³¹ [...] an initial state, a sequence of events, and a final state.

pontos do percurso com os eventos, o que implica que o cenário está organizado a partir do esquema PARTE-TODO, sendo cada momento do cenário indicativo de uma de suas partes. Ademais, estando os elementos pessoas, coisas, relações e proposições na constituição do cenário, este faz uso ainda do esquema LIGAÇÃO para que haja conexões entre tais elementos. Em nível de exemplificação, Lakoff (1987) afirma que a ação de se deslocar a um determinado lugar envolve um cenário estruturado da seguinte maneira: *pré-condição* (tem-se um veículo ou acesso a um); *embarcação* (entra-se em um veículo e aciona-o); *centro* (dirige-se) até o destino; *final* (estaciona-se e desce-se do veículo); *ponto final* (estar-se no destino).

Nesse viés, um *script* configura-se como sendo uma cadeia de inferências pré-organizadas relacionadas a uma situação rotineira e específica. Tem-se, portanto, uma sequência de conceptualizações marcadas por algumas variações. O clássico exemplo do *script* do restaurante, oferecido em Schank e Kass (1988) e retomado em Feltes (2007), serve-nos muito bem à exemplificação desse tipo de modelo. Conforme explicação da autora, esse *script* “pretende capturar o conhecimento de uma pessoa (ator) sobre a sequência de eventos que ocorrem quando sai para comer em um restaurante.” (FELTES, 2007, p. 137), podendo esse *script* seguir os seguintes pontos: a) ir a um restaurante; b) sentar; c) pedir uma refeição ao garçom; d) receber a refeição do garçom; e) comer; f) pagar a conta; g) sair do restaurante.

Como explica a autora, com base em Schank e Abelson (1977), as pessoas compreendem mais facilmente um fato quando já o vivenciaram várias vezes em momentos anteriores e esse fato está codificado em um *script*, que, “uma vez construído, faz com que o processo não precise ser recapitulado, permanecendo na memória de longo prazo.” (FELTES, 2007, p. 137). É bom dizer que os *scripts* são caracterizados, também, por uma enorme força preditiva, permitindo o reconhecimento de falhas em sua estrutura. Ocorre que, na verdade, o reconhecimento de falhas em um *script* “não tem tanto a ver com a informação codificada no *script* quanto com a forma como esse se organiza.” (FELTES, 2007, p. 137). Tal organização é passível de alterações dinâmicas.

Em linhas gerais, advogamos, junto com Lima (2009), em favor da aplicação da Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados para o trabalho com os processos

cognitivos, que assumimos serem subjacentes às expressões referenciais com função encapsuladora, uma vez que essa teoria pode ampliar, sobremaneira, a compreensão desse mecanismo linguístico, quanto à descrição e interpretação desses aspectos cognitivos.

4 O PAPEL ENCAPSULADOR DE ALGUMAS EXPRESSÕES REFERENCIAIS

Esta pesquisa, conforme vimos dizendo até agora, tem como foco analisar o papel encapsulador que particulariza expressões referenciais instanciadas por metáforas e/ou metonímias. Desse modo, é nosso propósito alargar o universo de pesquisa acerca do tema, até o momento restrito ao campo da Linguística Textual, investigando esse fenômeno a partir do diálogo com a Linguística Cognitiva.

Apresentamos, então, neste capítulo, os procedimentos metodológicos que guiam este trabalho, seguidos da análise e discussão dos dados da pesquisa. Na primeira seção, mostramos os procedimentos metodológicos dos quais nos valem para coleta e análise dos dados, justificando escolhas e apresentando as categorias de análise utilizadas nesta investigação. Na segunda seção, apresentamos a análise propriamente dita dos dados.

4.1 Aspectos Metodológicos

Nesta seção discorreremos acerca dos aspectos metodológicos que orientam o estudo empreendido neste trabalho de tese. Passemos, então, à delimitação do universo da pesquisa.

4.1.1 Delimitação do universo de pesquisa

É muito comum, em pesquisas cujo foco é um dado processo referencial, a delimitação do universo estar atrelada a escolha de um “nicho”, por assim dizer, em que esse processo será estudado. Como bem aponta Custódio Filho (2011), tal “nicho” pode ser, por exemplo, um gênero textual ou uma sequência textual. Essa postura é assumida pelo autor ao discutir a recategorização sem menção referencial a partir de um conto e um seriado de televisão. Além dele, podemos citar Costa (2007), que aborda a acessibilidade dos referentes tendo como universo de pesquisa mensagens de uma lista de discussão; Silva (2012), que analisa as formas e funções das introduções referenciais nos gêneros nota jornalística, editorial, tirinha e charge; Lima (2009), que, a partir da construção da interface entre a Linguística Textual e a Linguística Cognitiva, promove um estudo da recategorização em quatro poemas da literatura brasileira com a temática

morte. Esses são apenas uma amostra dos trabalhos que são realizados no âmbito da Linguística Textual e que estudam um processo referencial dentro de um contexto linguístico particular.

É preciso que se pontue, conforme bem ressalva Custódio Filho (2011), que pesquisas que assumem tal perspectiva metodológica mostram-se mais produtivas, uma vez que alguns fenômenos cognitivo-discursivos são mais salientes em contextos linguísticos específicos, o que, é claro, não impossibilita sua aparição nos mais variados usos da língua. Assim, a delimitação do universo desta pesquisa é orientada pela crença de que tal universo escolhido apresenta de modo mais produtivo o fenômeno referencial em foco neste trabalho, garantindo-nos dados importantes para a averiguação de nossas hipóteses.

A exemplo do que fez Custódio Filho (2011), diremos que o universo desta pesquisa pode ser descrito em dois níveis. Em um nível mais abrangente, entendemos ser muito produtivo trabalhar com gêneros da esfera jornalística, uma vez que as expressões linguísticas analisadas designam fatos e/ou eventos de cunho policial e investigativo, por isso fizemos essa escolha temática. Em um nível mais específico, selecionamos o gênero “notícia”, o qual se revelou promissor para o cumprimento de nossos objetivos, haja vista apresentar ocorrências de expressões linguísticas encapsuladoras, conforme a noção considerada neste estudo.

Trabalhamos aqui com a notícia em seu sentido estrito, conforme propõe Correia (2011), ou seja, com o gênero jornalístico propriamente dito. Nessa perspectiva, a notícia é um gênero essencialmente informativo, cujo foco são os fatos, organizado estruturalmente por: título; subtítulo; um parágrafo inicial denominado *lead* no qual se respondem as questões O quê? Quem? Quando? Onde? Como? e Por quê?. Além disso, as notícias são estruturadas pelo método “pirâmide invertida”, o qual apresenta os fatos de maneira decrescente e dispostos em blocos, de modo que a exclusão de um desses blocos não compromete a leitura do texto. Tal concepção nos é suficiente, uma vez que trabalhamos com as notícias apenas do ponto de vista conteudístico. Nesse universo, selecionamos uma amostra de 10 notícias publicadas em jornais eletrônicos e blogs de

notícias e que abordam fatos e/ou eventos policiais selecionados a partir das expressões que os nomeiam. Sobre a seleção dessa amostra tratamos no item 4.1.2, a seguir.

4.1.2 Constituição do corpus

Uma vez que nosso objetivo principal incide sobre a análise do papel encapsulador que particulariza expressões nominais que apresentam uma base cognitiva metafórica e/ou metonímica, julgamos proveitoso afunilar a seleção dessas expressões a partir de um viés temático, como vimos dizendo. Diante disso, dada a vastidão de fatos e/ou eventos policiais divulgados pela imprensa brasileira batizados pelos nomes “operação”, “caso” e “episódio”, entendemos que seria mais produtivo para esta pesquisa especificar os fatos policiais e as expressões linguísticas que os nomeiam. Desse modo, selecionamos as seguintes expressões nominais: “Caso Pessegini”, “O triste episódio de Castelo do Piauí”, “O caso Mensalão”, “O caso Viúva Negra”, “O episódio de Pinheirinho”, “O caso Favela Naval”, “A operação Xepa”, “A operação Bumerangue”, “A operação Boneco” e “A operação Jabuti”, perfazendo, assim, um total de 10 expressões linguísticas. De posse dessas expressões, selecionamos, em jornais eletrônicos, 10 textos que pertencem ao gênero notícia e que apresentam tais expressões. Esses textos foram salvos e agrupados a partir das expressões já listadas.

Reiteramos que essas expressões linguísticas uma vez que nomeiam um fato e/ou evento policial condessam uma série de informações acerca de tal fato. Essas informações podem ser ativadas pelo leitor a partir das estruturas cognitivas que estão na base dessas expressões, ou melhor dizendo, das metáforas e/ou metonímias que subjazem a essas expressões. Insistimos em dizer que as interpretações dessas metáforas e/ou metonímias são evocadas por outras pistas linguísticas de outros segmentos textuais. Dito isso, julgamos conveniente dispor, no quadro abaixo, as expressões linguísticas selecionadas, bem como suas respectivas bases cognitivas, além do resumo³² dos fatos e/ou eventos policiais nomeados por tais expressões, a fim de que tenhamos uma prévia visão da relação que se pode estabelecer entre as designações e o fato propriamente dito.

³² As informações disponíveis no quadro são oriundas das próprias notícias que compõem o corpus, além dos sites <https://pt.wikipedia.org> e <http://www.pf.gov.br/agencia/>.

NOME NÚCLEO	EXPRESSÃO LINGUÍSTICA	BASE COGNITIVA	FATO E/OU EVENTO
CASO	Caso Pesseghini	Metonímica	Chacina em que cinco membros da família Bovo Pesseghini foram mortos no dia 5 de agosto de 2013.
	O caso Viúva Negra	Metafórica	Mulher acusada de matar os parceiros para ficar com seus bens. Esta teria se casado quatro vezes e namorado outros três homens. Após a morte das pessoas com as quais ela se relacionou, teria herdado bens estimados em R\$ 20 milhões.
	O caso Favela Naval	Metonímica e Metafórica	Policiais Militares do Estado de São Paulo foram flagrados extorquindo dinheiro de moradores e os agredindo durante uma blitz no bairro Favela Naval, em São Paulo. As ações foram gravadas e exibidas no Jornal Nacional da Rede Globo no dia 31 de março de 1997.
	O caso Mensalão	Metonímica e Metafórica	Grande esquema de compra de votos de parlamentares no Congresso Nacional do Brasil deflagrado entre 2005 e 2006. O caso envolveu siglas partidárias como: PT, PPS, PTD, PR, PSDB, PRP e PP.

EPISÓDIO	O episódio de Pinheirinho	Metonímica	Operação de reintegração de posse realizada, em janeiro de 2012, na comunidade do Pinheirinho, uma ocupação irregular localizada no Município de São José dos Campos estado de São Paulo. A Operação foi marcada por violência contra os moradores, protestos e denúncias de violação de direitos humanos.
	O triste episódio de Castelo do Piauí	Metonímica	Quatro adolescentes foram vítimas de estupro coletivo e feminicídio, em 27 de maio de 2015, na cidade de Castelo do Piauí. As vítimas haviam ido a um ponto turístico da cidade para fazer fotos para um trabalho da escola. Como acusados constam quatro menores e um adulto, o mandante do crime, segundo as investigações da polícia.

OPERAÇÃO	A operação Xepa	Metafórica e Metonímica	A operação constitui-se como a 26ª fase da Operação Lava Jato e foi deflagrada, em 22 de março de 2016, por representação das autoridades policiais que integram o Grupo de Trabalho da Operação Lava Jato. A operação é um desdobramento da Operação Acarajé ³³ , 23ª fase da Lava Jato.
	A operação Boneco	Metafórica e Metonímica	Operação foi deflagrada, em 19 de março de 2015, para desarticular uma quadrilha que fraudava benefícios previdenciários acarretando um prejuízo de aproximadamente R\$ 200 mil. Os idosos, que se faziam passar por outros para fazer o saque nas instituições financeiras, eram tratados pelo apelido de “bonecos”, daí o nome da operação.
	A operação Bumerangue	Metafórica e Metonímica	Deflagrada no dia 25 de fevereiro de 2015, a operação visa combater organização criminosa suspeita de fraudar o fisco federal. Havia, então, um

³³ A Operação Acarajé foi deflagrada em 22 de fevereiro de 2016 e teve como objetivo o cumprimento de medidas cautelares, por meio de representação da autoridade policial, relacionadas a um grupo empresarial encarregado pelo pagamento de vantagens ilícitas, um operador de propina que atuava em outro grupo e um recebedor (acusado pelo recebimento de 7 milhões de dólares, em média, identificados no exterior). Foram cumpridos 51 mandados judiciais, sendo 38 de busca e apreensão, 2 de prisão preventiva, 6 de prisão temporária e 5 de condução coercitiva. Os mandados são cumpridos nos estados da Bahia (Salvador e Camaçari), Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, Angra dos Reis, Petrópolis e Mangaratiba) e São Paulo (São Paulo, Campinas e Poá). A Operação recebeu esse nome em alusão ao termo “Acarajé” utilizado pelos investigados para fazer referência ao dinheiro em espécie.

			esquema de fornecimento de exportação para produtos siderúrgicos de origem nacional. As mercadorias ‘saíam’ do país e depois ‘retornavam’ de forma fictícia sem recolher os tributos necessários. O nome da operação remete à relação o “falso” comportamento das mercadorias e o de um bumerangue.
	A operação Jabuti	Metonímica e Metafórica	A operação foi responsável por desviar R\$ 10,7 milhões em recursos públicos federais dos cofres do Sistema S. O MPF denunciou Orlando Diniz, presidente da FECOMÉRCIO, por crimes de corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa. O nome da Operação faz alusão a funcionários-fantasmas, que entre os funcionários da FECOMÉRCIO-RJ eram conhecidos como “jabutis”.

Quadro 04: Expressões linguísticas designativas dos casos e/ou fatos policiais; a base cognitiva dessas expressões e a contextualização desses fatos: uma relação.

4.1.3 Categorias e critérios de análise

Uma análise das expressões linguísticas referenciais que compõem o objeto de estudo desta tese deve contemplar aspectos cognitivos e textuais, por isso, considerando a possível descrição cognitiva para as expressões referenciais utilizadas em cada notícia e, depois, as funções textuais que tais expressões referenciais desempenham no texto, decidimos organizar tais aspectos do seguinte modo:

i) Aspectos cognitivos

- a) Os nomes-núcleos das expressões referenciais com papel encapsulador organizados por *script*;
- b) A motivação metafórica das expressões referenciais com papel encapsulador;
- c) A motivação metonímica das expressões referenciais com papel encapsulador.

ii) Aspectos textuais

- a) A função de introdução referencial das expressões com papel encapsulador;
- b) A função anafórica das expressões referenciais com papel encapsulador.
- c) Algumas funções argumentativas dessas expressões:
 - ✓ Orientar um ponto de vista;
 - ✓ Prenunciar o tema/assunto;

4.1.4 Procedimentos de análise

A análise se pautará, num primeiro momento, pela proposta de interface entre a Linguística Textual e a Linguística Cognitiva, conforme proposta metodológico-analítica de Lima (2009). Por um procedimento mais hipotético-dedutivo, a proposta de análise de Lima será aplicada às expressões referenciais introdutórias e anafóricas. Num segundo momento, a análise se fará por um procedimento mais indutivo, em que a observação das ocorrências de introduções e de anáforas encapsuladoras nos levará à proposição de algumas funções argumentativas que tais ocorrências podem desempenhar nas notícias em exame. Diante disso, elencados os textos e definidas as categorias, passaremos à análise qualitativa dos dados, trabalhando na investigação do comportamento textual e cognitivo das expressões nominais com função encapsuladora, bem como suas implicações no processo de construção dos sentidos do texto. Por isso, foi necessário organizarmos a análise em duas etapas, ainda que não desconsideremos, é

claro, a configuração do todo. A primeira etapa da análise se ocupará dos *aspectos cognitivos* e a segunda, dos *aspectos textuais* e das relações que são construídas entre ambos para a configuração dos sentidos do texto.

i) Primeira Etapa

Os Modelos Cognitivos Idealizados evocados na construção das notícias que configuram nosso *corpus* serão inferidos a partir do conjunto de expressões linguísticas que materializam esses modelos nesses textos. No entanto, nas análises a serem realizadas, embora todo o texto e aquilo que está em seu entorno sejam tomados como referência, descreveremos apenas os modelos referidos na explicitação das ocorrências de expressões referenciais com papel encapsulador que se dão no andamento da progressão referencial das notícias selecionadas como exemplário. Isso porque nosso objetivo é demonstrar e descrever os processos cognitivos subjacentes a essas expressões, a partir da Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados, olhando mais especificamente aquelas instanciadas por metáforas e/ou metonímias.

Dessa maneira, considerando nossa hipótese de que a natureza dessas expressões encapsuladoras pode ser mais bem compreendida numa interface com a Linguística Cognitiva, objetivamos extrapolar as tradicionais análises do fenômeno, promovendo um trabalho de descrição de seus aspectos cognitivos, a fim de que se entenda, principalmente, a relação que se estabelece entre esses aspectos e a construção da coerência textual, para que se possa propor algumas funções argumentativas relacionadas aos encapsulamentos por introdução e por anáfora. Para tanto, assumimos o modelo de análise realizado por Lima (2009), quando da análise das recategorizações, o qual sofrerá algumas adequações que se dão em razão do tipo de processo referencial em estudo. Vejamos os passos a serem seguidos:

Passo 1: Definição dos *frames* evocados pelo conjunto de expressões linguísticas constituintes de segmentos textuais;

Passo 2: Definição da ontologia dos *frames*, constituída de elementos minimamente necessários, levando em consideração que um elemento

ontológico de um *frame* pode constituir um novo *frame*. Isso porque os *frames* mantêm relações semânticas com outros *frames*.

Passo 3: Seleção e descrição das ocorrências de expressões referenciais com papel encapsulador presentes nas notícias;

Passo 4: Identificação e descrição dos modelos metafóricos, metonímicos e *scripts* que subjazem às expressões encapsuladoras. A identificação desses modelos é autorizada pelas marcas linguísticas, as quais nos permitem dizer que elas poderiam ser assumidas pelo enunciador, conforme mostraremos no desenvolvimento dos passos de aplicação do modelo de análise. A notação dos MCIs, como é convencional na Linguística Cognitiva, será feita em versais.

Assim como Lima (2009), lembramos que, na aplicação desse modelo de análise, os passos 2, 3 e 4 serão realizados simultaneamente e as interpretações feitas no desenvolvimento dos passos 1, 2 e 4 são do analista. Assim, adotamos para a realização dos passos 1, 2 e 4 a introspecção como método, o qual está baseado na intuição e *insights* do analista/pesquisador. No entanto, reiteremos, que essas interpretações são autorizadas pelas pistas linguísticas presentes no texto.

ii) Segunda etapa

De posse dos dados resultantes da primeira etapa da análise, passaremos à apreciação dos aspectos textuais. Vejamos:

Passo 1: Observação do comportamento da expressão referencial no texto e suas relações com as metáforas e/ou metonímias e também com outras expressões referenciais que possam pertencer a mesma cadeia referencial ou não;

Passo 2: Proposição de possíveis funções argumentativas das introduções e das anáforas com papel encapsulador nas notícias em análise.

Quanto ao passo 1, é preciso que se acrescente que, a análise das relações entre esses processos é produtiva para este estudo, pois uma mesma expressão pode estar em

cadeia com um referente como anáfora indireta e, com outro referente, como encapsuladora, ou como outra coisa, por exemplo.

Embora separemos esses passos por questões metodológicas, na análise isso é construído simultaneamente, dada a noção de texto assumida neste trabalho. Dessa forma, acreditamos que, seguindo esses procedimentos metodológicos, chegaremos à apresentação de dados qualitativos substanciais que autorizem a validação das hipóteses levantadas neste estudo, que envolvem, principalmente, a descrição do papel encapsulador que perpassa as expressões nominais metafóricas e/ou metonímicas com base em uma interface entre a Linguística Textual e a Linguística Cognitiva. Passemos, portanto, às análises dos dados que compõem esta pesquisa.

4.2 Análise dos dados

Neste tópico, apresentamos nossa análise e discussão dos dados. Amparados pelos postulados advindos da Linguística Textual e da Linguística Cognitiva, explicamos como o papel encapsulador acontece em expressões referenciais instanciadas por metáforas e/ou metonímias. A descrição apresentada propõe uma abordagem dessa função encapsuladora que perpassa as introduções e as anáforas sob um viés cognitivo-discursivo em que os aspectos cognitivos sejam de fato descritos a partir da perspectiva dos Modelos Cognitivos Idealizados. Para entendermos como essas questões ocorrem, recorreremos ao exemplo (18):

(18)

Caso Pesseghini: polícia conclui que menino matou família

Polícia conclui investigação nove meses após **o crime** em São Paulo

Nove meses após a morte de cinco pessoas da mesma família, a Polícia Civil concluiu nesta terça-feira o inquérito e apontou que o garoto Marcelo Eduardo Bovo Pesseghini, de 13 anos, assassinou os pais, a avó e a tia-avó enquanto dormiam. Segundo a investigação, ele cometeu suicídio depois.

O crime ocorreu na madrugada de 5 de agosto do ano passado na Zona Norte da capital paulista. O garoto foi apontado como principal suspeito do crime. Os corpos dos cinco integrantes da família foram encontrados com perfurações de bala, cada um em sua cama. Apenas

o corpo de Marcelo estava em outra posição, ao lado da mãe, junto à cama dos pais.

Inicialmente, a polícia levantou a possibilidade de o crime ter ocorrido em retaliação já que o pai do menino, Luís Marcelo Pesseghini, de 40 anos, era sargento da Rota (tropa de elite da Polícia Militar), e a mãe, Andréia Bovo Pesseghini, de 36 anos, era cabo da PM. Na semana anterior aos assassinatos, uma operação policial havia prendido mais de vinte pessoas envolvidas com o tráfico de drogas.

Com o avanço das investigações da polícia, porém, prevaleceu a hipótese de que o filho do casal de PMs era o autor do crime. Segundo o especialista em psiquiatria forense, Guido Palomba, que assinou um laudo encomendado pela Polícia Civil, o menino sofia de doença mental e tinha delírios que o faziam misturar realidade com um mundo fantasioso.

(Fonte: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/caso-pesseghini-policia-conclui-inquerito-e-culpa-menino-pelos-assassinatos/>)

Inicialmente, é preciso realçar que o conjunto de expressões linguísticas que constituem o título da notícia, “polícia”, “menino matou família”, evoca o *frame* de CASO POLICIAL. De forma implícita, temos conectado a esse *frame* o *script* de caso, que envolve a seguinte sequência de acontecimentos: i) crime, a morte de cinco pessoas de uma mesma família; ii) investigação, realizada pela Polícia Civil; iii) divulgação e rotulação. A partir desse *script* é possível que se evoque também o *script* de investigação policial de um homicídio do qual participam os seguintes elementos: i) isolamento da área, preservação de provas, entrevistas com testemunhas e familiares; ii) instauração de inquérito, compilação de depoimentos, anexação de documentos ao inquérito; iii) encaminhamento do inquérito ao Ministério Público, análise por promotores; iv) acusação formal contra o suspeito, análise da denúncia por um juiz, transformação do inquérito em ação penal, julgamento e sentença final; v) arquivamento do processo.

Como os *scripts* moldam-se como cadeias inferenciais pré-organizadas relativas a um evento situado (LAKOFF, 1987), é possível que alguns elementos ontológicos não sejam preenchidos pelo interlocutor, como é o caso do elemento “ação penal”, uma vez que, conforme informações disponíveis em (18), o garoto, que também é vítima, fora apontado, após investigações, como o principal responsável pela morte dos pais, avó e tia-avó, além da própria morte, o que é confirmado nas sequências “(...) o garoto Marcelo Eduardo Bovo Pesseghini, de 13 anos, assassinou os pais, a avó e a tia-avó

enquanto dormiam.(...) ele cometeu suicídio depois (...)” . Esse fato confirma a força preditiva que marca os *scripts*, os quais são passíveis de falhas em sua estrutura. Essas falhas só são alcançadas de maneira situada e experiencial.

Acreditamos que a evocação desses MCIs proposicionais, *frames e scripts*, contribui significativamente para fundamentar a noção de que a expressão referencial “Caso Pesseghini” além de encapsular/condensar informações diluídas em todo o cotexto, recupera outras disponíveis no nível das estruturas cognitivas, a partir da interpretação desses modelos. Considerando ainda os aspectos cognitivos que perpassam essa expressão, temos a metonímia NOME DA FAMÍLIA PELO CRIME, o que contribui, sobremaneira, para que o interlocutor estabeleça, ao menos, uma relação entre o nome do caso e os fatos em si. Assim, destacamos a importância da evocação dos MCIs descritos para a construção do referente “Caso Pesseghini”, uma vez que, ainda que o cotexto apresente significativamente marcas que contribuam para que o interlocutor chegue a considerações do que foi o caso e seu desfecho, muitas relações só são construídas com a recorrência a essas estruturas.

Entendemos que, em (18), o referente “Caso Pesseghini”, ao ser introduzido no cotexto, assume a função de encapsular as informações que se encontram difusas em toda a extensão textual, além é claro das que estão resguardadas na própria expressão, de modo a antecipar ao interlocutor a temática que será abordada em toda a notícia. Essa função argumentativa termina por enfatizar, assim como descreve Esteves (2015), o caráter descendente da leitura, uma vez que por esse caminho o interlocutor é condicionado a buscar informações que confirmem o conteúdo/tema anunciado pelas introduções. A forma como o referente se apresenta no texto e a função que este assume está diretamente relacionada ao propósito da notícia, a qual, ao que nos parece, está voltada à divulgação do desfecho das investigações acerca do Caso Pesseghini, por isso uma maior descrição de informações sobre tal. Esse aspecto contribui, sobremaneira, para que o interlocutor recupere grande parte da essência do caso e das informações que são abarcadas pela expressão referencial.

Ainda do ponto de vista referencial, tal referente é retomado em toda a extensão do texto pela expressão anafórica “o crime”, de modo a recategorizá-lo. Em sua segunda

aparição, entendemos que a anáfora “o crime” tem o papel de encapsular as informações “(...)a morte de cinco pessoas da mesma família (...) o garoto Marcelo Eduardo Bovo Pesseghini, de 13 anos, assassinou os pais, a avó e a tia-avó, enquanto dormiam. (...) ele cometeu suicídio depois.” que se encontram dispersas na porção textual antecedente, o que lhe garante a função de “anáfora encapsuladora”. Compreendemos que, em (17), essa anáfora encapsuladora contribui para a construção do referente “Caso Pesseghini”, uma vez que garante a sua manutenção na cadeia referencial.

Ressaltamos que, nesta notícia, a expressão linguística “Caso Pesseghini”, que funciona como introdução referencial encapsuladora, aparece no título em razão de ser o foco temático do texto, participando, assim, da cadeia referencial principal, assumindo, portanto, a função de prenunciar o assunto/tema que será abordado na notícia, diferentemente do que ocorre com a expressão “o triste episódio de castelo do Piauí”, em (19).

(19)

Heráclito Fortes fala sobre aeroporto, linha de praia e maior idade penal

O Deputado Federal Heráclito Fortes (PSB –PI), esteve durante o final de semana nos municípios do litoral piauiense. Ele reuniu-se, com vereadores e com o prefeito de Parnaíba Florentino Neto (PT), na oportunidade foram abordados os apoios parlamentares, que serão destinados em 2016 para o município.

Acompanharam o deputado, os vereadores Neta C. Branco (PPS), Gustavo Lima (PTB), Astrogildo Fernandes (PCdoB) e Ricardo Veras (PTC). Em uma entrevista exclusiva ao Portal e à TV Costa Norte, o parlamentar respondeu algumas perguntas relacionadas a temas que ainda estão em discussão popular, como: linha de praia, aeroporto de Parnaíba e redução da maior idade penal.

Linha de Praia

Sobre a polêmica linha de praia, o deputado Heráclito Fortes, citou exemplos que ele considera onde existe um discurso, mas a prática é outra. Ele referiu-se ao estado do Pará, por exemplo, onde a Igreja de Nossa Senhora do Círio de Nazaré que ocupa uma área de terreno de Marinha, mas que até hoje ninguém toca no assunto “Acho que uma regra que vale para o Piauí deveria ser válida para todos os outros estados” explicou.

Aeroporto de Parnaíba

Na semana em que a luz de alerta **ascendeu** para o possível fim do convênio, que mantém em pleno funcionamento os voos regionais no aeroporto de Parnaíba Dr. João Silva Filho, Heráclito disse que considera contraditória postura do governo federal “Uma hora o governo abre caminhos para que sejam intensificados os voos regionais, e logo depois um órgão do governo entra em contradição à ideia principal. Eu torço para que não vejamos novamente o filme em que o governador sugere uma PPP (Parceria Público Privado) e no final terminamos vendo o mesmo filme do Porto de Luís Correia” destacou Fortes.

Redução da Maior Idade Penal

Heráclito foi um dos deputados que votou a favor da redução da maior idade penal. Ele disse que não se arrepende de sua postura, e explica “Vivemos em uma sociedade, onde aprendemos a praticar a cidadania desde os 16 anos de idade, através do voto. Diante de tantos exemplos como **o triste episódio de Castelo do Piauí**, eu me vejo no dever de defender uma sociedade mais justa” explicou. O deputado disse ainda que a discussão não deve tomar rumo político, e sim, social.

A entrevista com o Deputado Heráclito Fortes pela TV Costa Norte, vai ao ar ao meio dia de segunda-feira (27).

Por: *Tiago Mendes / Portal Costa Norte*

(Fonte: <http://portalcostanorte.meionorte.com/heraclito-fortes-fala-sobre-aeroporto-linha-de-praia-e-maior-idade-penal/>)

Antes de analisarmos o comportamento cognitivo-discursivo da expressão nominal “o triste episódio de Castelo do Piauí”, julgamos pertinente retomar algumas informações relativas ao caso Castelo, a fim de que algumas relações de sentido construídas aqui fiquem mais claras. Essa recapitulação é importante, em (19), porque a expressão linguística em análise não participa da cadeia referencial principal, o que é explicado em razão de o episódio de Castelo do Piauí não ser o tema da notícia. Esse aspecto interfere, como já dissemos, no comportamento da expressão e no grau de acessibilidade do referente. Dessa forma, como já dissemos, o crime ocorreu na cidade de Castelo do Piauí e teve como vítimas quatro adolescentes (uma delas não resistiu aos ferimentos e morreu), com idade entre 15 e 17 anos. As estudantes sofreram violência sexual e física. Os acusados, dentre os quais estão quatro menores e um adulto,

respondem pelos crimes de homicídio, tentativa de homicídio, feminicídio, tentativa de feminicídio, associação criminosa e estupro.

Considerando os aspectos cognitivos que atravessam a construção da expressão “o triste episódio de Castelo do Piauí”, podemos dizer que a expressão é licenciada metonimicamente, uma vez que faz referência ao lugar onde o crime ocorreu. Assim, temos a metonímia NOME DO LUGAR PELO CRIME. No texto, o *frame* de CRIME pode ser ativado a partir da expressão “Redução da maioridade penal”, o que colabora para a evocação da metonímia subjacente a essa designação. Conectado a esse *frame*, temos o *script* de “episódio”, do qual participam a sequência de acontecimentos: i) crime, violência física e sexual de quatro jovens adolescentes e um homicídio; ii) prisões, quatro menores e um adulto; iii) divulgação e rotulação. Importante dizer que, em (19), a expressão “Redução da maioridade penal” é a principal responsável pela evocação das estruturas cognitivas, *frames* e *scripts*, os quais contribuem, sobremaneira, para que o interlocutor alcance a forma com que o enunciador organiza a situação e orienta seu projeto de dizer no texto, haja vista a restrição de marcas cotextuais relativas ao episódio. O processo inferencial, neste caso, é mais complexo que no texto (18), o qual dispõe de muitas pistas linguísticas para a evocação dos MCIs.

Importante pontuar que, neste caso, a atribuição do rótulo se dá depois de toda a sequência de acontecimentos, diferente do que acontece com a rotulação de operações policiais, a qual é usada como uma espécie de código durante o processo de investigação, conforme explica Lima (2013). Em contextos discursivos como este, a interpretação do *script* pode funcionar como um gatilho a partir do qual se pode acessar informações encapsuladas, da mesma maneira que acontece com as operações policiais.

Ademais, podemos dizer que este caso se enquadra no que Sousa (2012) e Sousa e Lima (2015) chamam de “Introdução referencial com função encapsuladora”, já que no cotexto não se encontram as informações necessárias para que o leitor chegue a considerações sobre o que de fato está sendo referenciado pela expressão linguística “o triste episódio de Castelo do Piauí”, cabendo ao interlocutor fazer inferências mais complexas para saber do que se trata e assim se aproximar dos propósitos enunciativos do produtor. A partir das pistas textuais e da recorrência aos MCIs que subjazem à

expressão referencial, é possível que o interlocutor alcance, ao menos, que o caso se trata de um crime ocorrido na cidade de Castelo do Piauí que envolve jovens menores de 16 e que fora um crime que chocou a sociedade, o que pode ser inferido pelo modificador “triste”. Isso porque, no texto, “o triste episódio de Castelo do Piauí” é dado como exemplo pelo enunciador para sustentar seu argumento de ser favorável à maioria penal, assim a relação entre tal expressão e a temática abordada pelo enunciador pode ser facilmente estabelecida pelo interlocutor, desde que este ative seus conhecimentos compartilhados. Esse aspecto revela a função de orientador argumentativo que é própria dos encapsulamentos, assim é possível que o interlocutor compreenda a ideia sustentada pelo deputado, qual seja a de que votar a favor da redução da maioria penal implica a defesa da sociedade, de modo que crimes como o de Castelo do Piauí sejam punidos adequadamente.

Vejamos, então, o comportamento da expressão “O Caso Mensalão” no exemplo (20).

(20)

STF decide extinguir a pena de Genoíno no caso mensalão

Com informações do G1, em Brasília



Petista foi condenado a 4 anos e 8 meses no julgamento do mensalão.

O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu nesta quarta-feira (4) pela extinção da pena do ex-deputado federal José Genoíno (PT-SP), condenado no julgamento do mensalão. A decisão teve como base o decreto de indulto de Natal editado pela presidente Dilma Rousseff no final do ano passado. Na última quarta (25), o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, havia enviado parecer favorável à extinção da prisão do petista. O relator do mensalão, Luís Barroso, poderia decidir sobre o caso por conta própria, mas

resolveu consultar o plenário do STF. O decreto de indulto prevê perdão aos condenados que cumprem pena em regime aberto ou prisão domiciliar, desde que faltem até oito anos para o cumprimento da pena total. Outra forma de conseguir o benefício é ter cumprido ao menos um quarto da pena, se não reincidente, e ter apresentado bom comportamento na prisão. Em seu voto, Barroso avaliou que o ex-deputado se enquadra nas regras previstas por este decreto, sendo acompanhado por todos os demais magistrados presentes no plenário. Condenado a 4 anos e 8 meses de prisão, em 25 de dezembro de 2014, dia em que foi publicado o decreto, Genoíno já havia cumprido 1 ano, 2 meses e 14 dias da pena, tendo, portanto, cumprido um quarto da pena total.

(Fonte: <http://noticiasdesantaluz.com.br/stf-decide-extinguir-a-pena-de-genoino-no-caso-mensalao/>)

Assim como ocorre no exemplo (18), aqui, temos logo no início as expressões linguísticas “STF” e “pena de Genoíno” evocando o *frame* de CASO POLICIAL, ao qual se conecta o *script* de caso, que, por sua vez, evoca o *script* de investigação policial. Diante das informações dispostas no texto em análise, entendemos que, em razão de muitos elementos ontológicos que participam da organização do evento “Mensalão” não estarem disponíveis na superfície textual em razão dos muitos desdobramentos³⁴ já ocorridos nesse caso, é preciso um maior esforço por parte do leitor para a (re)construção das questões cognitivo-discursivas inerentes ao texto. Entretanto, os poucos elementos disponíveis funcionam como pistas para a construção mínima do entendimento de que “O Caso Mensalão” se configura como um crime de natureza política e que teve como um dos envolvidos “Genoíno”, o qual foi preso em razão de suas ações. Essas questões dão ênfase, mais uma vez, à força preditiva que particulariza os *scripts*. Ainda do ponto de vista cognitivo, temos na expressão a metonímia NOME DA PRÁTICA PELO CRIME, a qual contribui para que haja o estabelecimento de que existe uma relação entre o nome do caso e os fatos que o caracterizam. Agora, se tomamos o termo “mensalão” como variante da palavra “mensalidade”, podemos apontar para o estabelecimento de um mapeamento metafórico que se configura a partir da metáfora PARLAMENTARES SÃO PRESTADORES DE SERVIÇO. Segundo esse

³⁴ Reconhecemos que muitos sentidos relativos ao Caso Mensalão podem ser (re)construídos se levamos em consideração que a expressão “o Caso Mensalão” condensa alusões a inúmeras informações contidas em outros textos, os quais dialogam tematicamente com a notícia em análise. Entretanto, por questões metodológicas, escolhemos não trazer para as nossas discussões as intertextualidades por alusão e referência como categoria analítica, haja vista nosso projeto argumentativo estar mais voltado para a produtividade de se olhar as questões cognitivas inerentes aos processos referenciais.

mapeamento, sobre os valores supostamente recebidos pelos parlamentares em troca de alinhamento com as pautas promovidas ou defendidas pelo governo, são projetados os aspectos de recorrência e regularidade comuns ao pagamento pela prestação de serviços executado sob a forma de mensalidades pelos clientes. O governo, no caso, exerceria o papel de contratante do serviço, num esquema em que o grau aumentativo definido pelo sufixo -ão presente no neologismo “mensalão”; permite a inferência de um nível de satisfação ótimo percebido ou pelo cliente ou pelos prestadores de serviço, satisfação relacionada ao pagamento de altas somas envolvidas no caso de corrupção

Analisando as expressões que participam da cadeia referencial, nesse texto, temos a expressão “o mensalão”, “o mensalão”, “o mensalão” e “o caso”, funcionando como anáforas diretas, as quais, assim como a introdução referencial “o Caso Mensalão”, podem abarcar informações que não estão disponíveis na materialidade textual, mas que podem ser processadas pelo leitor a partir da recorrência às estruturas cognitivas que subjazem a essas expressões. Com isso, entendemos que o papel encapsulador pode incidir sobre quaisquer expressões referenciais, se olharmos mais de perto as questões cognitivas que participam dos processos de (re)construção dos sentidos e das relações dos referentes na cadeia textual-discursiva.

Entendamos como se comporta a expressão “o caso viúva negra”, no exemplo (21).

(21)

TJ confirma que o caso “viúva negra” terá júri popular

Mulher, presa em 2014, teve quatro companheiros que morreram misteriosamente

A 2ª Câmara Criminal do TJ confirmou decisão da comarca de Caçador para encaminhar ao Tribunal do Júri o julgamento de mãe e filho acusados de homicídio qualificado, tentativa de estelionato, fraude processual e corrupção de menores. A vítima mantinha laços amorosos com a ré, e o outro acusado era fruto desse relacionamento.

A mulher ficou conhecida na região como “viúva negra”, pois este já seria o quarto companheiro morto em circunstâncias misteriosas nos últimos 10 anos – todos deixaram pensões e seguros em seu benefício. Consta nos autos que a vítima teve uma relação extraconjugal com a ré em setembro de 1993, da qual

surgiu o filho do casal. Com o passar dos anos, contudo, o único contato que tinham se dava através do pagamento de pensão alimentícia.

Segundo denúncia do Ministério Público, no final de 2013 os acusados começaram a se aproximar da vítima, a fim de que contratasse apólices de seguro de vida em nome do filho. O homem, animado com a reaproximação, contratou dois seguros de vida em maio de 2014. O rapaz, único beneficiário, receberia até R\$ 1 milhão caso ocorresse a morte do pai por causa acidental. Em junho do mesmo ano, depois da retomada de relações conjugais, a denunciada deu à vítima, diluídas em um copo de bebida, substâncias capazes de causar convulsões e cardiomiopatia, que acabaram por causar sua morte.

Em apelação, os réus buscaram questionar aspectos ligados ao mérito da ação, tentativa rechaçada pelo desembargador substituto Volnei Tomazini, relator do recurso. "Nesse sentido, não havendo causas a darem ensejo à absolvição sumária dos acusados, tem-se que as questões de mérito invocadas pela defesa devem ser debatidas durante a realização da sessão de julgamento do Tribunal do Júri, cabendo ao Conselho de Sentença decidir acerca da inocência, ou não, dos réus", concluiu o magistrado.

A decisão foi unânime, mas cabe recurso da defesa.

(Fonte: <http://marcosimprensa.com/noticia/4581/tj-confirma-que-o-caso--viuva-negra--tera-juri-popular>)

Assim como ocorre nos exemplos (18) e (20), temos logo no título da notícia as expressões linguísticas “TJ” e “Júri popular”, as quais são responsáveis, inicialmente, por evocar o *frame* de CASO POLICIAL, ao qual está conectado o *script* de caso, que por sua vez evoca outro *script*, o de investigação. No texto em análise, diferente do que ocorre em (19) e (20), há muitas pistas disponíveis na superfície textual que contribuem para a compreensão do referente “o caso viúva negra” por parte do leitor. Dessa forma, informações como “o julgamento de mãe e filho acusados de homicídio qualificado, tentativa de estelionato, fraude processual e corrupção de menores”, “vítima mantinha laços amorosos com a ré”, “os acusados começaram a se aproximar da vítima, a fim de que contratasse apólices de seguro de vida em nome do filho”, “o rapaz, único beneficiário, receberia até R\$ 1 milhão caso ocorresse a morte do pai por causa acidental”, “a denunciada deu à vítima, diluídas em um copo de bebida, substâncias capazes de causar convulsões e cardiomiopatia, que acabaram por causar sua morte”

preenchem um dos elementos que configuram o *script* de caso (o crime), as quais, por sua vez, também preenchem o *script* de crime (criminoso: mulher/mãe; as vítimas: companheiro e filho; ações: estelionato, fraude processual, corrupção de menores, homicídio). Há, no texto, ainda dispostas informações que preenchem alguns elementos do *script* de investigação (descrito nas análises do exemplo (18)), quais sejam: “denúncia do Ministério Público”, “a 2ª Câmara Criminal do TJ confirmou decisão da comarca de Caçador para encaminhar ao Tribunal do Júri”, “não havendo causas a darem ensejo à absolvição sumária dos acusados”, “Conselho de Sentença decidir acerca da inocência, ou não, dos réus, conclui o magistrado”.

Entendemos que essas informações que preenchem o conjunto de elementos que organizam os *scripts* (ou parte deles) contribuem para fundamentar a ideia de que a expressão referencial “o caso viúva negra” assume a função de condensar em sua essência informações que podem ser acessadas a partir de pistas disponíveis no texto e de suas relações com elementos cognitivos inerentes a essa expressão. Assim, a expressão “o caso viúva negra” encarrega-se de introduzir um novo referente no texto e sumarizar informações, induzindo, com isso, o leitor a buscar informações que confirmem o conteúdo/tema anunciado pela expressão ao ser introduzida no texto, assim como ocorre em (18).

Ainda acerca dos aspectos cognitivos que se fazem inerentes à expressão “o caso viúva negra”, podemos apontar o mapeamento metafórico que se conforma a partir da metáfora PESSOAS SÃO ANIMAIS. Ocorre que trações do domínio-fonte ANIMAIS (aranha, de nome viúva negra, que pratica canibalismo sexual, matando o macho após a cópula) são mapeados para o domínio-alvo PESSOAS (criminosa), a qual agia de maneira semelhante à aranha, uma vez que matava seus companheiros para receber os seguros de vida que eram colocados no nome de seu filho. Temos, portanto, nesse exemplo (21), informações que são (des)encapsuladas a partir da interpretação das estruturas cognitivas que subjazem à essa expressão e sua relação com as pistas que se encontram dispostas na superfície textual. É preciso que se deixe claro que, nesse caso, o grau de inferência por parte do interlocutor para que haja a (re)construção do referente é muito menor em razão da quantidade de pistas que contribuem para a construção dos

sentidos e dos referentes em rede. Analisemos, agora, o comportamento cognitivo-discursivo da expressão “episódio de Pinheirinho” no exemplo (22).

(22) Dilma diz que episódio de Pinheirinho, em SP, "nunca será esquecido"

A presidente Dilma Rousseff assinou nesta terça-feira (25), em São José dos Campos (91 km a nordeste de São Paulo), a ordem de serviço para o início da construção de 1.461 unidades habitacionais destinadas a famílias despejadas da área do Pinheirinho em 2012. As unidades fazem parte do programa federal Minha Casa, Minha Vida.

Horas antes, em sua conta no Twitter, Dilma disse que **o episódio do Pinheirinho** "nunca será esquecido".

Cerca de 1.700 famílias viveram no local de 2004 até janeiro de 2012, quando o empresário Naji Nahas, dono das terras, ingressou na Justiça com um pedido de reintegração de posse. A retirada dos moradores, conduzida pela Polícia Militar, foi alvo de denúncias de violência e abusos.

A Promotoria de Justiça de São José denunciou em 2013 o coronel da PM Manoel Messias Melo, comandante da operação de reintegração de posse, por abuso de autoridade e por expor a vida ou a saúde de pessoas "a perigo direto e iminente".

Criticado à época, o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), não compareceu à cerimônia. Ele foi representado pelo secretário da Habitação, Silvio Torres.

Outras 239 unidades devem ser erguidas para as famílias do Pinheirinho. O investimento total será de R\$ 165 milhões.



Área do Pinheirinho era três vezes maior que o Vaticano 10 fotos

10 / 10

De acordo com os moradores locais, 80% das construções do Pinheirinho são de alvenaria. A comunidade tem ruas, várias igrejas, praças e comércio Leia mais *Flavio Forner/BBC*

Nesta terça, Dilma procurou destacar a articulação dos governos municipal, estadual e federal com os movimentos sociais para definir a construção das casas para as famílias do Pinheirinho.

Segundo Dilma, o governo federal investirá R\$ 134 milhões nas obras e o governo estadual, aproximadamente R\$ 34 milhões. A Prefeitura de São José aplicará R\$ 8,4 milhões na rede de água e esgoto.

"Foi a partir do diálogo com o movimento social e entre os governos federal, estadual e municipal que somamos recursos para os residenciais", afirmou Dilma.

Nesta tarde, Dilma entrega em Bauru (343 km a noroeste de São Paulo) 944 unidades habitacionais de dois conjuntos do programa Minha Casa Minha Vida. (Com Agência Brasil)

(Fonte: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/03/25/dilma-lanca-construcao-de-casas-para-familias-do-pinheirinho-em-sp.htm>)

Em (21), há no título e no corpo da notícia as informações “em SP”, “em São José dos Campos”, “construção de 1461 unidades habitacionais destinadas a famílias despejadas do Pinheirinho em 2012”, “cerca de 1.700 famílias viveram no local de 2004 até janeiro de 2012”, “o empresário Naji Nahas, dono das terras, ingressou na justiça com pedido de reintegração de posse”, “a retirada dos moradores, conduzida pela Polícia Militar, foi alvo de denúncias de violência e abusos”, “A promotoria de Justiça de São José denunciou o coronel da PM Manoel Messias Melo por abuso de autoridade e por expor a vida ou a saúde de pessoas a perigo direto e iminente”, as quais colaboram para a evocação do *frame* de CRIME, que por sua vez se conecta ao *script* de episódio. É importante pontuarmos que, dadas as informações relativas ao Episódio de Pinheirinho, esse *script* se organiza a partir dos seguintes elementos ontológicos: i) crime, abusos de autoridade, violência e violação de direitos humanos; ii) denunciante, Promotoria de Justiça de São José dos Campos; ii) denunciado, coronel da PM Manoel Messias Melo, comandante da operação de reintegração de posse; iv) divulgação e

rotulação. Diante disso, podemos dizer, ainda, que, assim como acontece com os *scripts* de caso, é possível que se evoque, através do script de episódio, o *script* de investigação policial de um crime de violência e abuso de poder.

Ainda do ponto de vista cognitivo, a expressão “episódio de Pinheirinho” é licenciada metonimicamente, assim como acontece com a expressão “o triste episódio de Castelo do Piauí”, no exemplo (19), já que faz alusão ao lugar onde o crime ocorreu. Temos, em (22), portanto, a metonímia NOME DO LUGAR PELO CRIME. No texto, as informações acima apontadas funcionam como gatilhos para a evocação dessa metonímia, a qual se conforma como substancial para a construção do referente “episódio de Pinheirinho”, introduzido no título da notícia, uma vez que, a explicitação desse processo semântico-cognitivo elucida informações e sentidos relativos ao caso de que trata o texto e as relações desse referente com os demais que participam da cadeia referencial principal da notícia em análise. Entendemos, com isso, que a descrição da metonímia subjacente à expressão referencial “episódio de Pinheirinho” possibilita ao interlocutor, no mínimo, o estabelecimento de conexões entre o nome do episódio e o que de fato ocorreu (nesse caso, o lugar em que os fatos ocorreram).

No exemplo em análise, o referente “episódio de Pinheirinho”, uma vez introduzido no cotexto, encarrega-se de encapsular informações difusas em toda a dimensão textual, além daquelas que se encontram subjacentes à própria expressão referencial, de modo a anunciar/antecipar ao interlocutor o tema que será abordado no texto. Nesse caso, o modo como o referente “episódio de Pinheirinho” se mostra no texto e a função assumida por ele mantêm, assim como ocorre em (18), uma relação direta com o propósito da notícia, a qual está voltada à divulgação da ordem de serviço, assinada pela Presidente Dilma Rousseff, para a construção de 1.461 unidades habitacionais destinadas às famílias despejadas do Pinheirinho em 2012, por isso há, no texto, uma considerável explicitação do que foi o caso, o que contribui de forma mais efetiva para a construção dos sentidos por parte do interlocutor, uma vez que este pode recuperar a natureza do “episódio de Pinheirinho” e das informações que são encapsuladas por essa expressão referencial.

Na cadeia referencial do texto em análise, temos ainda a expressão “o episódio de Pinheirinho”, a qual retoma o referente introduzido “episódio de Pinheirinho”, encapsulando, prospectivamente, as informações “Cerca de 1.700 famílias viveram no local de 2004 até janeiro de 2012, quando o empresário Naji Nahas, dono das terras, ingressou na Justiça com um pedido de reintegração de posse. (...) A Promotoria de Justiça de São José denunciou em 2013 o coronel da PM Manoel Messias Melo, comandante da operação de reintegração de posse, por abuso de autoridade e por expor a vida ou a saúde de pessoas “a perigo direto e iminente””, e assumindo, portanto, a função de “anáfora encapsuladora”. Entendemos que essa anáfora encapsuladora colabora para a construção do referente “episódio de Pinheirinho”, introduzido no título da notícia, já que atesta a sua manutenção na cadeia referencial. Além disso, podemos dizer acerca do comportamento dos referentes em análise que estes assumem o papel de empacotar/encapsular conteúdos que podem ser (des)encapsulados a partir da recorrência às pistas que se encontram em toda a superfície textual e na subjacência da expressão referencial por meio decifração dos MCIs. Entendamos, a partir de então, como se dá o funcionamento cognitivo-discursivo da expressão referencial “o caso da Favela Naval” no texto (23).

(23)

Ex-PM envolvido no "caso da favela Naval" é assassinado

O ex-soldado da PM Rogério Neri Bonfim, 34, foi morto com um tiro no peito, na terça-feira, no Rudge Ramos, em São Bernardo do Campo (Grande São Paulo). O crime foi cometido por dois homens ainda não identificados.

Atualmente, Bonfim trabalhava como segurança. Em 1997, ele e outros dez PMs de Diadema (Grande SP) foram presos e expulsos da corporação por participarem do **episódio conhecido como o "caso da favela Naval"**, em que 11 policiais foram filmados espancando moradores da favela -- um deles foi assassinado.

O ex-PM Otávio Lourenço Gamba, o Rambo, foi apontado como o autor do **homicídio**. Bonfim, apontado como coautor do **crime**, foi condenado a seis anos de prisão, mas cumpriu um sexto da pena e foi libertado.

(Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u97203.shtml>)

Antes de tudo, é necessário pontuar que o conjunto de expressões linguísticas que estão dispostas no título e no corpo da notícia, “Ex-PM”, “O ex-soldado da PM Rogério Neri Bonfim”, “ele e outros dez PMs de Diadema (Grande SP) foram presos e expulsos da corporação”, “11 policiais foram filmados espancando moradores da favela – um deles foi assassinado”, “o ex-PM Otávio Lourenço Gamba, o Rambo, foi apontado como autor do homicídio”, “Bonfim, apontado como coautor do crime”, “um sexto da pena”, evoca o *frame* de CASO POLICIAL, ao qual, de forma implícita, está conectado ao *script* de caso, que envolve a seguinte sequência de fatos: i) crime, espancamento e assassinato de moradores da favela; ii) divulgação e rotulação. Por meio desse *script* é aceitável que se evoque também o *script* de investigação policial de um assassinato do qual participam os seguintes elementos: i) acusação formal contra os suspeitos, onze policiais acusados de espancamento de moradores da favela e assassinato, sendo o ex-PM Otávio Lourenço Gamba e Bonfim apontados como autor e coautor do homicídio, respectivamente; ii) sentença final, seis anos de prisão.

Tendo essas questões apontadas, entendemos que uma razão possível para o fato de que muitos elementos ontológicos que participam da organização do “Caso da Favela Naval” não estarem disponíveis na superfície textual, além dos desdobramentos já ocorridos nesse caso, é que ele não é o foco temático da notícia, o que exige do interlocutor um esforço um pouco maior para a (re)construção das questões cognitivo-discursivas relativas a ele e, conseqüentemente, ao texto. Para mais, compreendemos que as informações que preenchem, completa ou parcialmente, os *scripts* colaboram para a fundamentação da noção de que a expressão referencial “o caso da Favela Naval” assume a função de sumariza/condensar em sua essência dados/informações que podem ser processadas por meio das pistas dispostas no texto e de suas relações com os elementos cognitivos que subjazem essa expressão. Nesse sentido, essas relações baseiam a mínima compreensão de que “o caso da Favela Naval” se conforma como um crime de natureza policial e que teve como envolvidos “onze policiais da PM, dentre os quais o ex-PM Otávio Lourenço Gamba e o ex-soldado da PM Rogério Neri Bonfim [que] são apontados como autor e coautor do homicídio decorrente da ação criminosa de espancamento contra moradores da favela”, os quais cumpriram pena em razão de seus atos. Tais aspectos salientam a força preditiva inerentes aos *scripts*.

Ainda, cognitivamente, temos na expressão “o caso da Favela Naval” a metonímia NOME DO LUGAR PELO CRIME, que coopera para que haja o estabelecimento da relação que existe entre o nome do caso e o lugar em que as ações que o determinam ocorrem, assim como acontece nos exemplos (19) e (22). Além disso, se pensamos nas ações dos criminosos (espancamento de moradores da favela e assassinato de um deles), podemos estabelecer uma similitude entre essas ações e o propósito dos jogadores no jogo “Batalha Naval” (o objetivo é derrubar os barcos do oponente, ganha quem derrubar todos os navios do adversário primeiro). Dessa maneira, temos os mapeamentos metafóricos que se conformam a partir das metáforas POLICIAIS SÃO JOGADORES e MORADORES SÃO BARCOS. Ocorre que, na primeira, traços do domínio-fonte JOGADORES (atacam o alvo até que ele seja derrubado/destruído) são mapeados para o domínio-alvo POLICIAIS (têm como alvo os moradores da favela, atacando-os até a morte). Já na segunda, traços do domínio-fonte BARCOS (são alvo dos jogadores, sendo, assim, atacados por eles até que sejam derrubados) são mapeados para o domínio-alvo MORADORES (alvo dos policiais, atacados e espancados até a morte. Em vista disso, temos, nesse exemplo (23), informações que podem ser (des)encapsuladas através da interpretação das estruturas cognitivas inerentes à expressão e sua relação com as pistas que participam da notícia em análise.

No texto, a expressão “o caso da Favela Naval” ocupa-se de introduzir um novo referente no texto e sumarizar informações, conduzindo, assim, o interlocutor a buscar dados que o levem a (re)construir a relação entre essa expressão e o tema abordado na notícia. Ao que nos parece a expressão referencial “o caso da Favela Naval” é introduzida no texto para fundamentar o argumento de que o Ex-PM assassinado de que fala a notícia tem envolvimento em um caso policial de repercussão nacional como coautor das ações criminosas, tratando-se, portanto, de “um personagem” já conhecido pelo interlocutor. Essa questão põe em foco a função de orientador argumentativo comum aos encapsulamentos, assim é provável que o interlocutor compreenda a ideia de que não se trata da morte de um policial inocente, mas de alguém que não mais participa da corporação e que esteve envolvido como coautor de um homicídio, o que torna os motivos de sua morte questionáveis.

Analisando as expressões que participam da cadeia referencial de que faz parte a introdução “o caso da Favela Naval”, temos a expressão “o episódio conhecido como o “caso da favela Naval””, a qual retoma, anaforicamente, o referente introduzido no título da notícia, além de resumir as informações “11 policiais foram filmados espancando moradores da favela – um deles foi assassinado”, funcionando, portanto, como anáfora encapsuladora. Há, ainda, nessa cadeia referencial, as expressões “o homicídio” e “o crime”, que têm a função de retomar (como anáforas diretas) os referentes anteriores, de modo a recategorizá-los. Julgamos importante pontuar que todas essas expressões, se olhadas em rede, assumem a função de condensar informações acerca do “caso Favela Naval” que não estão dispostas explicitamente no texto, mas que podem ser interpretadas pelo interlocutor através da recorrência às estruturas cognitivas inerentes às expressões e às várias pistas que se apresentam no texto. Desse modo, compreendemos que o papel encapsulador de que tratamos pode incidir sobre as expressões referenciais, sejam elas introdutórias ou anafóricas, se levamos em conta os aspectos cognitivos que participam das (re)construções dos sentidos no texto e da íntima relação entre os referentes nas cadeias textual-discursivas. Vejamos, agora, como funciona a expressão referencial “A Operação Xepa” no texto (24).

(24)

Presos da operação Xepa fazem exame de corpo de delito no IML de Curitiba

Após procedimento, todos retornaram à superintendência da PF onde permanecerão presos

Dez dos 12 presos da **26ª fase da operação Lava Jato**, denominada **operação Xepa**, fizeram na manhã desta quinta-feira exame de corpo de delito no Instituto Médico Legal (IML) de Curitiba.

De acordo com a superintendência da Polícia Federal (PF) em Curitiba, dois dos presos, que chegaram apenas nessa quarta-feira à capital paranaense, realizaram os exames nas cidades de onde foram transferidos no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais. Após o exame, todos retornaram à superintendência da PF, onde permanecerão presos. Entre os 12, nove cumprem prisão temporária, com duração de cinco dias, podendo ser prorrogados por mais cinco.

Outras três pessoas cumprem prisão preventiva, que não tem prazo para terminar. A PF informou ainda que, durante **a operação Xepa**, foram

autorizados quatro mandados de prisão preventiva, mas uma das pessoas, Luiz Eduardo da Rocha, ainda não foi localizado. Nas investigações, Rocha e Hilberto Mascarenhas Alves são apontados como chefes do Setor de Operações Estruturadas da Odebrecht.

A divisão operava o pagamento de propinas por meio de contas offshores abertas pelo próprio grupo, sob ordens de outros executivos do grupo. **A operação Xepa** tem foco no grupo Odebrecht e é **um desdobramento da 23ª fase da Lava Jato**.

(Fonte: <http://correiodopovo.com.br/Noticias/Politica/2016/03/582732/Presos-da-operacao-Xepa-fazem-exame-de-corpo-de-delito-no-IML-de-Curitiba>)

De início, é preciso assinalar que o conjunto de informações dispostas no título e no corpo da notícia, “presos”, “exame de corpo de delito”, “IML de Curitiba”, “superintendência da PF”, “12 presos”, “prisão temporária”, “quatro mandados de prisão preventiva”, “Luiz Eduardo Rocha”, “Rocha e Hilberto Mascarenhas Alves”, “apontados como chefes do Setor de Operações Estruturadas da Odebrecht”, “pagamento de propina por meio de contas abertas pelo próprio grupo”, “sob ordens de outros executivos do grupo”, “desdobramento da 23ª fase da Lava Jato”, são responsáveis por evocar o *frame* de OPERAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL, além de se configurarem como elementos do *script* de operação, no qual está presente uma sucessão de elementos e uma sequência de fatos que envolvem desde a estrutura da operação (participantes, alvo, estratégias) até a deflagração (cumprimento de prisões) e divulgação (resultados da operação), conforme analisa Lima (2013). Dessa maneira, esses *scripts*, pela sua própria estruturação, podem nos conduzir à percepção de um papel encapsulador de elementos/informações que não estão dispostos no texto em análise, mas no nível das estruturas e do processamento cognitivo. Entretanto, quando agregamos a esses *scripts* uma expressão designativa – o que ocorre com as expressões analisadas nesta pesquisa – temos a possibilidade de reconhecer os elementos nele presentes de maneira contextualizada e única para cada expressão. Isso explica o fato de que expressões como as que estamos analisando nesta tese funcione, nos textos, como uma espécie de gatilho para o acesso a informações não claramente explícitas.

Ainda do ponto de vista cognitivo, podemos dizer que a expressão “a operação Xepa” aparece, metaforicamente, relacionada à “xepa”, termo que, de acordo com o

dicionário Aurélio, é entendida como “alimento que sobra da venda diária nas feiras-livres, e que, quando perecível, é dado ou oferecido a baixo preço”. Diante disso e considerando que a operação Xepa ocupou-se em investigar um esquema bilionário de desvio e lavagem de dinheiro, o qual envolveu a Petrobras e empreiteiras, configurando-se como a 26ª fase da operação Lava Jato, podemos dizer que, em termos de uma descrição das estruturas cognitivas da ocorrência linguística “a operação Xepa”, temos em sua subjacência a metáfora PESSOAS SÃO MERCADORIAS. Assim, traços do domínio-fonte MERCADORIAS são mapeados para o domínio-alvo PESSOAS (criminosos investigados pela operação). Essa interpretação pode ser corroborada através da expressão “a 26ª fase da operação Lava Jato”, a qual recategoriza o referente “a operação Xepa” introduzido no título da notícia, uma vez que entendemos que, depois de tantos desdobramentos da Lava Jato, a operação Xepa se conforma como algo remanescente de uma operação maior. Assim, a operação em si seria um mercado cujos produtos perecíveis seriam os criminosos e os policiais clientes consumidores desses produtos, o que atribui à operação um certo caráter aviltante, já que é perceptível uma desvalorização dos próprios criminosos, os quais não são os mais importantes no esquema, o que é confirmado se consideramos a informação “operava pagamento de propinas por meio de contas offshores abertas pelo próprio grupo, sob ordens de outros executivos”. Em vista disso, a mesma carga, semanticamente, negativa atribuída aos criminosos pode ser também atribuída aos policiais que participam da operação, haja vista esses serem responsáveis por “consumirem” um produto que restou de uma operação maior.

Tomando como base essas interpretações e considerando os aspectos cognitivos que ainda perpassam a expressão “a operação Xepa”, temos a metonímia CRIMINOSOS PELO OPERAÇÃO, o que contribui, assim como nos outros exemplos analisados, para que o leitor alcance, ao mínimo, a constituição de uma relação entre o nome da operação e os fatos propriamente ditos. Desse modo, cremos que a descrição desses MCIs é fundamental para a construção do referente “a operação Xepa”, já que, ainda que haja no cotexto pistas significativas que colaborem para que o leitor alcance o que foi essa operação, muitas relações de sentido só são construídas a partir da

interpretação dessas estruturas. Assim, são essas questões que sustentam o caráter encapsulador que particulariza o tipo de expressão que analisamos nesta tese.

No exemplo (24), o referente “a operação Xepa” é introduzido no cotexto, reiteramos, assumindo o papel de encapsular informações difusas em toda a superfície textual, além, é claro, daquelas que subjazem a própria expressão referencial, de modo a anunciar/antecipar ao leitor uma das temáticas abordadas na notícia, isso porque o foco principal do texto é noticiar fatos decorrentes dos desdobramentos dessa operação. Esse referente é retomado pela expressão anafórica “a 26ª fase da operação Lava Jato³⁵”, de modo a recategorizá-lo, como já dissemos anteriormente. Importante se faz mencionar que a relação que se estabelece entre a introdução referencial e a anáfora recategorizadora, que, por sua vez, também sumariza informações importantes para a construção dos sentidos do texto, põe em evidência a orientação argumentativa própria dos encapsulamentos, assim é possível que o leitor entenda que, sendo PARTE DE UM TODO, a operação Xepa, mesmo que em menor grau, tem o objetivo de “limpar a sujeira do país, ou seja, a corrupção”. Esse raciocínio só é possível se consideramos que a operação Lava Jato se configura como um verdadeiro instrumento de limpeza, uma vez que o Brasil, nessa situação, ocupa o lugar de um veículo sujo, cuja sujeira seria a corrupção. Diante disso, temos a metáfora OPERAÇÃO É UM INSTRUMENTO DE LIMPEZA, na qual traços do domínio-fonte INSTRUMENTO DE LIMPEZA são mapeados para o domínio-alvo OPERAÇÃO.

Examinando as demais expressões que participam da cadeia referencial em foco, temos a expressão “a operação Xepa” e “a operação Xepa”, funcionando como anáforas diretas, as quais, da mesma maneira que a introdução referencial “a operação Xepa”, que aparece no título da notícia, podem empacotar informações que podem estar, ou não, dispostas na superfície textual e que podem ser acessadas pelo leitor através da

³⁵ Operação realizada pela Polícia Federal, que se ocupou em desarticular um esquema de lavagem de dinheiro que movimentou bilhões de reais em propina, no qual estavam envolvidos membros administrativos da Petrobras, presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, governadores de estados, além de empresários de grandes empresas brasileiras. A operação cumpriu mais de mil mandados de busca e apreensão, de prisões temporárias, de prisão preventiva e condução coercitiva. Teve início em março de 2014 e terminou em fevereiro de 2021, contando com 80 fases operacionais autorizadas pelo então juiz Sérgio Moro. (Informações disponíveis em <http://www.pf.gov.br>)

interpretação das estruturas cognitivas (*scripts*, metáforas e metonímias) que estão na base dessas expressões referenciais com o auxílio das pistas presentes em todo o universo textual. Diante disso, insistimos no fato de que o papel encapsulador pode incidir sobre qualquer expressão referencial, sejam elas introdutórias ou anafóricas, se consideramos a relação entre os aspectos textuais e os cognitivos que compõem dos processos de (re) construção de sentidos e as relações entre os referentes na rede referencial. Averiguemos, então, como se dá o funcionamento cognitivo-discursivo da expressão nominal “a operação Boneco”, no exemplo (25).

(25)

RJ: PF desarticula grupo que fraudou mais de R\$ 7 mi do INSS

Polícia Federal deflagrou na manhã desta quinta-feira **a operação Boneco**, que tenta desarticular uma quadrilha suspeita de fraudar R\$ 7 milhões do INSS. São cumpridos dois mandados de prisão e 16 de busca e apreensão no Rio de Janeiro, além de a Justiça Federal já ter determinado o afastamento de três funcionários do INSS envolvidos na quadrilha, que dava prejuízos mensais aos cofres públicos de cerca de R\$ 200 mil.

Uma das células da quadrilha fraudava no sistema o tempo de serviço de pessoas, concedendo aposentadorias irregulares ou mesmo utilizavam documentação falsa para inventar beneficiários inexistentes. Eles atuavam no posto do INSS de Santa Cruz, na zona oeste e depois na Tijuca, zona norte. A segunda célula era responsável pelos saques. Eles recrutavam idosos que se faziam passar pelos beneficiários para receber o dinheiro. Alguns idosos chegaram a ter dez identidades diferentes, e eram chamados pelos chefes da quadrilha de “bonecos”. Eles recebiam um fixo por cada saque efetuado. No total, 22 pessoas foram identificadas pela PF como participantes do esquema. Eles já foram denunciados e vão responder por corrupção passiva, ativa, formação de quadrilha, falsificação de documentos e estelionato. Participam **da operação** 120 policiais federais com apoio de 16 servidores do INSS.

(Fonte: <http://noticias.terra.com.br/brasil/policia/rj-pf-desarticula-grupo-que-fraudou-mais-de-r-7-mi-do-inss.d9567bdd2c13c410VgnVCM5000009ccceb0aRCRD.html>)

Inicialmente, entendemos que a gama de informações que aparecem no título e no corpo da notícia, “PF”, “desarticula”, “fraudou mais de R\$ 7 mi do INSS”, “deflagrou”, “quadrilha suspeita”, “dois mandados de prisão e 16 de busca e apreensão”, “Justiça Federal”, “células da quadrilha”, “recrutavam idosos”, “se faziam

passar pelos beneficiários para receber dinheiro”, “chefes da quadrilha”, “participantes do esquema”, “denunciados”, “corrupção passiva, ativa, formação de quadrilha, falsificação de documentos e estelionato”, “120 policiais com o apoio de 16 servidores do INSS”, assumem o papel de evocar o *frame* de OPERAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL, figurando como elementos pertencentes ao *script* de operação, no qual podem estar presentes uma sequência de fatos que contemplam desde a estrutura da operação (participantes: 120 policiais federais e 16 servidores do INSS; alvo: quadrilha que fraudava no sistema do INSS o tempo de serviço de pessoas, concedendo aposentadorias irregulares ou mesmo utilizavam documentação falsa para inventar beneficiários inexistentes; estratégias: cumprimento de dois mandados de prisão e 16 de busca e apreensão e afastamento de três funcionários do INSS) até a deflagração (cumprimento de prisões) e divulgação (resultados da operação), conforme analisamos, também, no exemplo (24). Ocorre que, no texto em análise, temos uma notícia cujo propósito é a divulgação dos resultados da operação, o que possibilita ao interlocutor uma interpretação menos complexa do *script* de operação, haja vista as informações disponíveis no texto preencherem muitos dos elementos que compõem esse *script*. Entretanto, mesmo que seu processamento cognitivo seja menos complexo, em razão da própria natureza e estruturação, o *script* de operação carrega, sim, um papel encapsulador de elementos/informações, estejam esses dispostos no texto, ou não.

É preciso pontuarmos que, assim como acontece em todas as expressões aqui analisadas, a designação agregada ao *script* possibilita o reconhecimento de elementos pertencentes a ele de maneira contextual e particular para a expressão “a operação Boneco”, em análise, a qual atua como gatilho para a interpretação de informações não expressas no texto. Diante disso, e considerando a relação que se instaura entre a expressão em si e as informações que se apresentam no texto, podemos dizer que a expressão “a operação Boneco” está, metaforicamente, relacionada a um “boneco”, que, de acordo com o dicionário Aurélio, aparece sob três acepções, quais sejam, “figura de louça, plástico, borracha, cartão etc., que representa homem ou criança, e que serve como brinquedo infantil”, “boneco de engonço, o que é manipulado por cordel ou se move por engenho mecânico” e, ainda, numa conotação mais popular, diz-se de um “camarada, indivíduo, cara”. Assim, observa-se que traços do domínio OBJETOS são

mapeados metaforicamente para os idosos que participavam do esquema de corrupção, uma vez que esses serviam aos chefes da quadrilha como verdadeiros fantoches, fazendo o que lhes era solicitado e assumindo identidades várias e falsas, como pode ser visto nos trechos “eles recrutavam alguns idosos que se faziam passar pelos beneficiários” e “alguns idosos chegaram a ter dez identidades diferentes”. Em termos de uma descrição das estruturas cognitivas da ocorrência linguística “a operação Boneco”, temos em sua subjacência a metáfora PESSOAS SÃO OBJETOS. Assim, traços do domínio-fonte OBJETOS são mapeados para o domínio-alvo PESSOAS (idosos). Tomando essas questões, podemos dizer que o potencial resumidor da expressão referencial “a operação Boneco” pode, sim, ultrapassar conteúdos explicitados no texto e chegar às raias de conhecimentos compartilhados outros. É importante dizermos que a explicitação desse processo semântico-cognitivo contribui para elucidar as maneiras pelas quais o interlocutor pode (re)construir as associações semânticas presentes no texto e a relação entre os referentes que compõem a cadeia referencial.

Refletindo sobre essas questões e considerando os aspectos cognitivos ainda marcados na expressão “a operação Boneco”, temos a metonímia ENVOLVIDOS NO CRIME PELA OPERAÇÃO, a qual contribui, numa relação com as informações disponíveis na notícia, para que o interlocutor chegue, de forma mais efetiva a comprovação de que a designação da operação mantém uma estreita relação com sua essência, esteja ela mais explícita ou menos explícita, esteja ela mais complexa ou menos complexa. Ocorre que, como já havíamos pontuado, essa notícia foi publicada logo após a deflagração, com o propósito de divulgar a operação na mídia, por isso a ênfase em seus objetivos, resultados e até mesmo a motivação para o nome. Nesse sentido, o que queremos mostrar, com esse exemplo, é que a força encapsuladora da expressão não deixa de existir, o que muda é a forma como o interlocutor estabelece as relações entre os aspectos cognitivos e textuais, as quais se dão de maneira menos complexa e mais explícita.

Averiguando as expressões que compõem a cadeia referencial em análise, temos a expressão “a operação Boneco” sendo introduzida, no primeiro parágrafo do texto, com a função de sumarizar as informações dispostas, prospectiva e retrospectivamente,

sobre o teor da operação. Pensamos que o fato de a introdução não aparecer logo no título da notícia dá indícios de que a notícia tem o propósito de chamar mais atenção para o crime (fraude de mais de R\$ 7 mi do INSS) e para o responsável pela desarticulação do esquema criminoso (a Polícia Federal). Ainda, nessa cadeia referencial, temos a anáfora direta “a operação”, a qual também se ocupa de empacotar as informações dispostas em toda a superfície textual, e que podem ser mais bem processadas pelo interlocutor através da articulação entre os aspectos semântico-cognitivos e textuais que se estabelecem na notícia em análise. Observemos, agora, como se comporta a expressão referencial “a operação Bumerangue”, que se faz presente no exemplo (26).

(26)

Empresário de Bauru é investigado em operação de sonegação fiscal

Transações comerciais ilegais teriam movimentado mais de R\$ 250 mi. Investigações fazem parte **da operação Bumerangue**.

Um empresário de Bauru (SP) está sendo investigado pela Polícia Federal de Dourados, em Mato Grosso do Sul, **na operação Bumerangue**. Foi confirmado nesta quinta-feira (26) que ele é um dos suspeitos de fazer parte de uma organização que teria fraudado o fisco em vários estados brasileiros.

As investigações fazem parte **da operação**, que aponta a sonegação de impostos em transações comerciais de mais de R\$ 250 milhões.

O nome do empresário não foi divulgado, mas a polícia confirmou que foi cumprido um mandado de busca e apreensão na casa e na empresa do investigado, em Bauru, mas ele não foi encontrado.

(Fonte: <http://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2015/02/empresario-de-bauru-e-investigado-em-operacao-de-sonegacao-fiscal.html>)

Antes de olharmos o comportamento cognitivo-discursivo da expressão “a operação Bumerangue”³⁶, julgamos oportuno realçarmos que essa operação teve como

³⁶ Informações sobre a operação Bumerangue estão disponíveis em <https://receita.economia.gov.br/noticias/ascom/2015/fevereiro/operacao-bumerangue> e em <http://www.pf.gov.br/agencia/noticias/2015/02/pf-desarticula-organizacao-criminosa-que-fraudava-o-fisco-federal>.

objetivo de combater uma organização criminosa suspeita de fraudar o Fisco Federal. A partir das investigações, foi identificado um esquema de fornecimento de produtos siderúrgicos de origem nacional exportados, em cidades sul-mato-grossenses. O grupo fazia uso de um tipo de exportação fictícia ou simulada. Desse modo, as mercadorias, ao saírem das indústrias, eram entregues a destinatários situados nos estados do Paraná e em São Paulo, logo depois da emissão das notas fiscais, sem ao menos chegar ao lugar de onde seriam exportadas, o estado do Mato Grosso do Sul. Após seis meses de emissão da nota fiscal pelas indústrias, Comerciais Exportadoras faziam a simulação de exportações apresentando apenas a documentação instrutiva dos despachos de exportação. A partir da deflagração da operação, a PF apura indícios de prática de crimes como formação de quadrilha, corrupção ativa e passiva, evasão de divisa, falsidade ideológica. Além disso, foram cumpridos 12 mandados de prisão temporária e 39 de condução coercitiva e ainda 35 mandados de busca e apreensão nas residências dos investigados e nas empresas que fazem parte do esquema, as quais estão localizadas nos estados do Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e São Paulo.

Essas informações nos dão maiores condições de (re)construir algumas relações de sentido que se estabelecem a partir da expressão nominal “a operação Bumerangue”. Nesse sentido, iniciemos pontuando que o conjunto de informações que se fazem presentes no título e no corpo da notícia, “sonegação fiscal”, “transações comerciais ilegais”, “empresário de Bauru”, “mais de R\$ 250 mi”, “Polícia Federal”, “suspeitos”, “organização que fraudava o fisco em vários estados”, “investigações”, “sonegação de impostos”, “mandado de busca e apreensão” evocam o *frame* de OPERAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL, além de se configurarem como elementos do *script* de operação, no qual, assim como em análises anteriores, podem estar presentes um encadeamento de fatos que vão desde a estrutura da operação (participantes: organização criminosa que fraudava o fisco em vários estados, empresário de Bauru e Polícia Federal; alvo: organização que fraudava o fisco em vários estados; estratégias: investigação, mandado de busca e apreensão na casa e na empresa do investigado) até a deflagração (cumprimento de prisões) e divulgação (resultados da operação).

Postas essas questões, entendemos que um dos motivos para o fato de que alguns elementos ontológicos que participam da organização da “operação Bumerangue” não

estarem dispostos no texto é que, assim como acontece em (24), a divulgação da operação não é o tema principal da notícia, o que requer do interlocutor um manejo maior para a (re)construção dos aspectos cognitivo-discursivos relativos àquilo que particulariza a operação e, conseqüentemente, à notícia. Além disso, pensamos que as informações que preenchem, de modo parcial, os *scripts* contribuem para a fundamentação de que a expressão referencial “a operação Bumerangue” funciona de modo a condensar dados/informações que podem ser interpretadas através de gatilhos dispostos no texto e de suas relações com os MCIs que subjazem essa expressão. Desse modo, tais relações fundamentam a compreensão mínima de que “a operação Bumerangue” se configura como uma ação/atividade de investigação, realizada pela Polícia Federal, de um crime de sonegação fiscal, no qual tem como um dos envolvidos um empresário de Bauru. Reiteramos, portanto, a força preditiva dos *scripts*, a qual contribui para que o interlocutor consiga (re)construir, ainda que minimamente, a essência da operação e, nesse caso, entenda muitos aspectos concernentes ao referente introduzido “Empresário de Bauru”, de modo a tomá-lo como agente de uma grande ação criminosa, um dos motivos pelos quais ele não tenha seu nome revelado no texto.

Tomando como base as informações apresentadas, inicialmente, acerca daquilo que configurou “a operação Bumerangue” e os elementos semântico-cognitivos intrínsecos a essa expressão nominal, podemos dizer que há uma relação metafórica entre o nome da operação e o *modus operandi* do grupo de criminosos, uma vez que, sendo o bumerangue considerado uma arma de arremesso dos primitivos habitantes australianos, usado geralmente para a caça, cuja particularidade é o fato de que, ao ser lançado e tendo seu alvo não atingido, ele faz uma curva e volta para as mãos de quem o arremessa, temos uma similitude com percurso percorrido pelos produtos siderúrgicos que deveriam ser exportados pela quadrilha, os quais saiam do País de modo descaminhado e depois retornavam, não havendo, portanto, o recolhimento de tributos fiscais. Ao que nos parece, a forma de condução dessas mercadorias era a “arma” utilizada pelos criminosos para efetuação do crime. Desse modo, podemos ter os mapeamentos metafóricos que se configuram a partir das metáforas CRIMINOSOS SÃO CAÇADORES E MERCADORIAS SÃO ARMAS. Acontece que, na primeira, traços do domínio-fonte CAÇADORES (pessoas que buscam acertar um alvo através do

uso de armas, por exemplo) são mapeados para o domínio-alvo CRIMINOSOS (usavam as mercadorias como armas para a sonegação de tributos fiscais). Já, na segunda, temos traços do domínio-fonte ARMAS (instrumento usado para atingir um alvo e que retorna àquele que o lança quando o objetivo não é atingido) são mapeados para o domínio-alvo MERCADORIAS (são exportadas de forma fictícia, retornando, assim, para as mãos dos criminosos). Refletindo, ainda, sobre os aspectos cognitivos relativos à expressão “a operação Bumerangue”, podemos pontuar a metonímia ASPECTO DA AÇÃO DOS CRIMINOSOS PELA OPERAÇÃO, a qual colabora para que o interlocutor compreenda, que essa designação mantém uma relação efetiva, seja ela mais explícita ou menos explícita, como já pontuamos anteriormente, com a essência da operação. Nesse caso, essa metonímia e sua relação com as informações dispostas no texto dão ao interlocutor a condição de chegar ao entendimento mínimo de que há uma relação direta entre o nome da operação e os fatos (nesse caso, um aspecto da ação dos criminosos – o caminho percorrido pelas mercadorias e sua função dentro do esquema criminoso). Diante disso, temos, em (26), informações que podem ser (des)encapsuladas por meio da interpretação da base semântico-cognitiva subjacentes à expressão “a operação Bumerangue” e sua relação com as pistas que estão dispostas na notícia em análise.

No exemplo (26), a expressão “operação de sonegação fiscal” é introduzida no cotexto já recategorizada; através dela podemos ter uma condução de um ponto de vista relativo a outro referente que também é introduzido no título da notícia, “Empresário de Bauru”. Ocorre que essa recategorização coloca em evidência o crime investigado pela operação (sonegação fiscal) de que participa o empresário do município de Bauru, o que possibilita ao interlocutor a construção de uma imagem negativa do empresário investigado, que pode ser confirmada por meio da informação “transações comerciais ilegais”, as quais colocam mais claramente em questão as ações ilícitas desse empresário. Além disso, podemos entender que a introdução “operação de sonegação fiscal”, assim aparece no texto, para fazer referência ao teor da operação e do que ela se ocupou, haja vista a temática da notícia ser a divulgação de um desdobramento dessa operação. Entendemos que, caso a expressão “a operação Bumerangue” fosse introduzida na notícia, não sendo ela o foco temático, o processo de (re)construção do referente por parte do interlocutor seria mais complexo, já que o texto não traz tantas

informações acerca da essência da operação Bumerangue. Ademais, dizer que um empresário de Bauru estaria envolvido na Operação Bumerangue não traz a mesma carga negativa que se tem quando se põe em foco o crime investigado pela operação. Ainda do ponto de vista referencial, temos as expressões “(d)a operação Bumerangue” e “(n)a operação Bumerangue”, funcionando como anáforas diretas, que apenas considerando sua base semântico-cognitiva, são responsáveis, como já pontuamos, por esconder/resumir conteúdos não manifestos na notícia em análise, mas que podem ser processados através dessa base e das pistas disponíveis no texto. Participando, ainda, dessa cadeia referencial, temos a expressão “a operação”, que resume, prospectivamente, as informações “aponta a sonegação de impostos em transações comerciais de mais de R\$ 250 milhões”, funcionando, assim, como uma anáfora encapsuladora. É preciso que pontuemos que, como defendemos aqui a ideia de que o papel encapsulador pode incidir sobre expressões referenciais introdutórias e/ou anafóricas, esses referentes, se analisados em rede, assumem a função de abarcar conteúdos que serão processados através da interpretação das estruturas cognitivas intrínsecas a essas expressões e das informações disponíveis na superfície textual. Verifiquemos, agora, como funciona a expressão “a operação Jabuti”, disponível no texto (27).

(27)

Justiça adia depoimentos de Sérgio Cabral e Orlando Diniz

Os depoimentos fazem parte da Operação Jabuti, que investiga desvio de recursos da Fecomércio, do Sesc e do Senac

Por Gustavo Sleman, às 19:22 - 26/10/2020



As audiências vão ser remarcadas para uma nova data que ainda não foi divulgada (Foto: Divulgação/Governo do Estado)

A Justiça Federal adiou os depoimentos do ex-governador Sérgio Cabral, do ex-presidente da Fecomércio, Orlando Diniz, e do ex-chefe do governo Cabral, Wilson Carlos, que estavam marcados para esta segunda-feira (26).

A medida foi tomada depois do Ministério Público Federal ter informado ao juiz Marcelo Bretas, responsável pela 7ª Vara Federal do Rio, que os advogados de defesa ainda não tiveram acesso ao anexo referente à delação premiada de Diniz.

As audiências vão ser remarcadas para uma nova data que ainda não foi divulgada. Os depoimentos fazem parte da **Operação Jabuti**, ação da Polícia Federal realizada em 2018 que investiga desvio de recursos da Fecomércio, Sesc e Senac.

(Fonte: <https://bandnewsfmrio.com.br/editorias-detahes/justica-adia-depoimentos-de-sergio-cabral-e-o>)

Assim como acontece nos exemplos (24), (25) e (26), precisamos destacar que as informações disponíveis no título e no corpo da notícia, “justiça”, “depoimentos”, “investiga desvios de recursos da Fecomércio, do Sesc e do Senac”, “audiências”, “Justiça Federal”, “ex-governador Sérgio Cabral, ex-presidente da Fecomércio”, “Orlando Diniz”, “ex-chefe do Governo Cabral, Wilson Carlos”, “Ministério Público Federal”, “juiz Marcelo Bretas, responsável pela 7ª Vara Federal do Rio”, “advogados de defesa”, “delação premiada de Diniz”, “ação da Polícia Federal”, são encarregadas de evocarem o *frame* de OPERAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL, além de se conformarem como elementos do *script* de operação, no qual pode estar presente um encadeamento de fatos que envolvem, assim como nos casos inicialmente mencionados, desde a estrutura da operação (participantes: ex-governador Sérgio Cabral, ex-presidente da Fecomércio, Orlando Diniz, ex-chefe do Governo Cabral, Wilson Carlos, Justiça Federal e Ministério Público Federal, Polícia Federal, advogados de defesa, juiz Marcelo Bretas; alvo: ex-governador Sérgio Cabral, ex-presidente da Fecomércio, Orlando Diniz, ex-chefe do Governo Cabral, Wilson Carlos; estratégias: audiências, depoimentos e delação premiada) até a deflagração (cumprimento de prisões) e divulgação (resultados da operação). Diante disso, reiteramos o que vimos pontuando em análises anteriores, os *frames* e *scripts*, pelas suas próprias configurações, podem

conduzir o interlocutor à percepção de uma função encapsuladora de elementos/informações que não estão disponíveis no texto em análise, mas no nível das estruturas e do processamento cognitivo. Ocorre que, em casos como este, os *frames* e *scripts* contribuem para que o interlocutor (re)construa a maneira como o enunciador organiza a situação e o conduz ao seu projeto de dizer na notícia, haja vista uma certa restrição de marcas cotextuais relativas à operação Jabuti. Em situações como esta, em que o texto tem o propósito maior de tratar de um aspecto particular da operação após alguns desdobramentos (adiamento de depoimentos de dois dos principais envolvidos no esquema de corrupção, Sérgio Cabral e Orlando Diniz), o processo inferencial é mais complexo que no texto (25), por exemplo, no qual a função da notícia é a divulgação da operação, sendo o texto inteiro um elemento do *script* da operação Boneco.

Antes de explicitarmos os processos metafóricos e metonímicos que participam da (re)construção da expressão referencial “a operação Jabuti”³⁷, julgamos pertinente acrescentarmos algumas informações que particularizam essa operação, uma vez que tais informações contribuirão para elucidação desses processos. Desse modo, pontuamos que a operação se ocupou de investigar o desvio de recursos da Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro (FECOMÉRCIO-RJ), além de lavagem de dinheiro e pagamento de cerca de R\$ 180 milhões em honorários advocatícios com recursos da entidade. De acordo com as investigações da Polícia Federal, pessoas (algumas trabalhavam para o ex-governador preso, e outras eram familiares próximos de outros membros da organização criminosa) receberam, por muitos anos, salários da entidade, ainda que nunca tenham trabalhado na Fecomércio. Esses funcionários-fantasmas eram conhecidos pelos demais funcionários da Fecomércio como “jabutis”.

Assim, considerando essas informações acerca daquilo que particularizou “a operação Jabuti” e os aspectos semântico-cognitivos que perpassam a construção dessa expressão, podemos dizer que ela é licenciada metonimicamente, uma vez que faz referência ao “jabuti”, o qual se caracteriza, segundo o dicionário Aurélio, como “um réptil da mesma ordem das tartarugas e dos cágados, comuns nas matas da América do

³⁷ Informações acerca da operação Jabuti estão disponíveis em <http://www.pf.gov.br/agencia/noticias/2018/02/pf-investiga-desvio-de-recursos-na-fecomercio-rj>

Sul, principalmente no Brasil e no Paraguai; possuem uma carapaça mais alta que a dos cágados, de cor preta e com um centro amarelo em cada uma de suas divisões; alimentam-se de frutas que caem das árvores e, na seca, costumam se esconder entre a folhagem”, ou numa visão mais popular, “o jabuti é visto como um personagem esperto que consegue tirar o melhor partido nas apostas que faz com outros animais”. Dessa maneira, tomando essas informações e o fato de os funcionários que recebiam salários indevidos serem chamados de jabutis, temos a metonímia ENVOLVIDOS PELA OPERAÇÃO. Essa metonímia e sua relação com as informações que apontamos anteriormente dá condições ao interlocutor de chegar à mínima compreensão de que há uma conexão entre o nome da operação e os fatos propriamente ditos (nesse caso, uma parte dos envolvidos no esquema criminoso).

Numa análise mais acurada dessa expressão, já dita como licenciada metonimicamente, podemos inferir também a metáfora PESSOAS SÃO ANIMAIS, na qual temos traços do domínio-fonte ANIMAIS (alimentam-se de frutos caídos, se escondem entre a folhagem; são espertos e conseguem tirar proveito em situações de disputa) mapeados para o domínio-alvo PESSOAS (funcionários que recebiam verbas indevidas). Ocorre que, dentro do esquema de corrupção investigado pela operação, uma parte dos envolvidos (os funcionários-fantasmas) escondiam-se em meio aos demais funcionários (funcionários regulares da Fecomércio) em função de propósitos particulares e de seus líderes (receber dinheiro fácil/ilícito), assumindo, assim, um comportamento semelhante ao dos jabutis na floresta, que, como mencionamos, se alimentam de frutos que caem de árvores, o que não demanda nenhum esforço e, ainda, se escondem debaixo das folhagens e dentro de sua própria carapaça, quando ameaçados por um fator externo. Com isso, podemos dizer que o potencial resumidor da expressão “a operação Jabuti” ultrapassa conteúdos explicitados na notícia e chega a informações outras. É importante dizermos, ainda que reiteradamente, que a explicitação desses processos semântico-cognitivos coopera para a elucidação das várias formas pelas quais o interlocutor pode (re)construir as tantas relações semânticas presentes no texto e das redes de referentes que compõem a notícia.

Analizando as expressões que compõem a cadeia referencial, nessa notícia, temos a expressão “a operação Jabuti”, que, ao ser introduzida no cotexto, assume a

função de resumir, prospectivamente, a informação “que investiga desvio de recursos da Fecomércio, do Sesc e do Senac”, além das que se encontram resguardadas na própria expressão, de modo a orientar o leitor ao projeto de dizer do enunciador, qual seja o de pontuar a importância dos depoimentos, uma vez que esses fazem parte de uma ação da Polícia Federal, que se ocupou em desarticular um esquema de desvio de recursos na Fecomércio, no Sesc e no Senac. Podemos dizer, ainda, que o fato de o referente “a operação Jabuti” não aparecer no título da notícia revela, como já pontuamos, o propósito do texto, o de divulgar fatos pós desdobramentos da operação. Em razão disso, esse referente aparece resumindo uma parte do conteúdo cotextual, o qual menciona, ainda que em linhas gerais, o teor da operação. Nessa cadeia referencial, temos também a expressão “a operação Jabuti”, funcionando anaforicamente e resumindo as informações “ação da Polícia Federal realizada em 2018 que investiga desvio de recursos da Fecomércio, Sesc e Senac”. Compreendemos que essa expressão contribui para a construção do referente “a operação Jabuti”, já que garante sua manutenção na cadeia referencial, além de enfatizar uma parte aquilo que configurou a operação (o crime investigado), marcando, com isso, o papel de orientador argumentativo, que é próprio dos encapsulamentos, como já dissemos anteriormente. É interessante pontuarmos que a função de empacotar/condensar/resumir informações, estejam elas mais ou menos explícitas, pode incidir sobre as introduções e sobre as anáforas, quando essas tiverem em sua base uma metáfora e/ou uma metonímia.

As dez notícias ora analisadas servem como uma amostra da aplicação da TMCI na descrição e interpretação de expressões linguísticas com papel encapsulador licenciadas por metáforas e/ou por metonímias, permitindo que se note sua exequibilidade para a construção da interface da qual nos valem neste estudo. Avaliamos que os resultados dessas análises possam ser elucidativos para uma maior compreensão dos processos cognitivos subjacentes à construção das expressões que assumem um papel encapsulador, particularmente no que diz respeito às metáforas, metonímias e os *scripts*. Foi possível ainda constatar que o papel encapsulador das expressões aqui analisadas não se constitui apenas pela remissão ou retomada de aspectos cotextuais, mas, sobretudo, por um processo de ancoragem bem mais amplo, que se propaga para o nível das estruturas e dos processamentos cognitivos. Esse

aspecto pensamos ser possível porque as análises dessas expressões referenciais com papel encapsulador são tratadas numa perspectiva cognitivo-referencial, ampliando o raio de suas abordagens no campo da Linguística Textual em interface com a Linguística Cognitiva, as quais possibilitam uma maior compreensão do funcionamento dessas expressões em termos descritivos e explanatórios.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo principal investigar a função encapsuladora de expressões referenciais, explicando-lhes a base semântico-cognitiva de natureza metafórica e/ou metonímica. Para tanto, realizamos uma discussão dos principais trabalhos realizados sob a égide da Linguística Textual que se dirigiam ao trato do fenômeno do encapsulamento e das pesquisas mais recentes em referenciação realizadas no Brasil, o que nos possibilitou, inicialmente, penetrarmos nas noções de texto, referenciação e de processos referenciais. A partir desse percurso teórico, realizado no Capítulo 2, foi possível não apenas explicar a definição dos processos referenciais de encapsulamento, como expandir a compreensão do modo como esses processos referenciais se comportam no texto. Esse trabalho nos deu condições de definirmos o nosso enfoque do encapsulamento como um fenômeno linguístico de natureza cognitivo-referencial, cujos aspectos cognitivos que dele participam sejam descritos e interpretados, de modo a particularizar, no caso deste estudo, as expressões referenciais que assumem papel encapsulador e que são licenciadas por metáforas e/ou metonímias. A ancoragem nesse viés para o trato do encapsulamento, o qual foi apontado inicialmente por Lima (2013), Sousa (2012) e Sousa e Lima (2015), nos conduziu à importância de trabalharmos por meio de uma interface com a Linguística Cognitiva (tratada no Capítulo 3), compreendendo-se que, por essa via, é possível alcançar a complexidade desse fenômeno, de maneira a munir a sua abordagem de um maior poder explanatório e descritivo. As várias ocorrências do papel encapsulador das expressões referenciais analisadas permitem a constatação de que se trata de um processo cuja complexidade se desvela de forma mais produtiva e eficaz pelo tratamento dos aspectos cognitivos inerentes a ele.

Como vimos, pela própria dinâmica das expressões referenciais com papel encapsulador, até mesmo os casos em que o referente resume conteúdos manifestos explicitamente na superfície textual, o que supostamente não demanda uma necessária abertura do processamento cognitivo pela pronta acessibilidade dessas informações, não estão isentos, para uma efetiva construção dos seus sentidos, da interpretação dos MCIs que estão na subjacência da expressão, conforme pudemos ver na análise do exemplo

(25), quando observamos que a expressão “a operação Boneco”, ao ser introduzida no texto, resume uma gama de informações que se encontram explícitas no cotexto e que dão ao interlocutor sustentação para (re)construir a essência da operação. Entretanto, é importante dizermos que, nesse caso, a descrição dos MCIs subjacentes a expressão garante que esse potencial resumidor que a particulariza pode ultrapassar, sim, conteúdos não explicitados no texto e chegar às raízes de conhecimentos compartilhados outros. Pontuamos, ainda, que a explicitação dos processos semântico-cognitivos colabora para a elucidação das maneiras pelas quais o interlocutor (re)constrói as associações semânticas presentes no texto e a relação entre os referentes que organizam a cadeia referencial. É certo que essas evidências só são possíveis pelo fato de que tratamos essas ocorrências considerando todo o seu contexto de uso, analisando a notícia integralmente e considerando as informações que essa dispõe na sua materialidade textual.

Ressalte-se, ainda, que, nas análises aqui empreendidas, o potencial resumidor que particulariza as expressões referenciais licenciadas por metáforas e/ou metonímias pode, durante o processo de (re)construção das relações referenciais e do projeto de construção dos sentidos do texto, ser extensiva a qualquer expressão referencial, seja introdutória ou anafórica. Isso pode ser observado no exemplo (19), em que a expressão “o triste episódio de Castelo do Piauí” é introduzida no cotexto, de modo a resumir/sumarizar informações que, nesse caso, não estão disponíveis na superficialidade textual, mas que podem, como vimos assinalando, ser recuperadas a partir do processamento das estruturas cognitivas subjacentes à expressão numa relação com as poucas pistas disponibilizadas na notícia. Pudemos ver, no exemplo (26), a expressão referencial “a operação Bumerangue”, funcionando anaforicamente, uma vez que retoma o referente introduzido, no título da notícia, “a operação de sonegação fiscal”. Nesse contexto, tal expressão anafórica se ocupa em subsumir conteúdos recuperáveis através da recorrência aos aspectos semântico-cognitivos que são intrínsecos a essa expressão, mas que podem ser evocados a partir da relação entre a expressão propriamente dita e os conteúdos dispostos no texto. Tomando como gancho a menção a esses exemplos, podemos dizer que foi possível observar que, nas notícias analisadas, as expressões referenciais com papel encapsulador podem assumir funções

argumentativas, como: orientar um ponto de vista e prenunciar o tema/assunto a ser tratado. No exemplo (19), por exemplo, a expressão referencial introduzida conduz o interlocutor ao projeto de dizer do enunciador, qual seja o de argumentar em favor da redução da maioria penal, sendo o episódio usado como exemplo para a sustentação desse argumento. Esse aspecto, como dissemos, revela essa função de orientador argumentativo que é particular aos encapsulamentos, estejam eles nas funções de introduções ou de anáforas. Por outro lado, em (18), o referente “Caso Pesseghini”, ao ser introduzido na materialidade textual, incumbe-se de resumir/encapsular as informações difusas na extensão do texto, além daquelas resguardadas na própria expressão, antecipando ao interlocutor a temática que será percorrida em toda a notícia. Nesse caso, a função argumentativa de antecipar o tema que será abordado contribui, como pontuamos na análise, o aspecto descendente da leitura, uma vez que através desse percurso o interlocutor busca informações que confirmem o conteúdo prenunciado pela introdução.

Ademais, arriscamos dizer que o mais importante, nessa trajetória, é o entendimento de que abordar o papel encapsulador como um processo e não apenas como um mecanismo textual, cuja função é sumarizar conteúdos, é uma estratégia bem mais produtiva para a descrição desse mecanismo linguístico, uma vez que se viabilizam as estruturas cognitivas subjacentes a sua construção, as quais, na maioria das vezes, são essenciais para a sua (re)construção e também dos sentidos de um texto, mas que, em grande parte dos estudos que analisam e descrevem os processos referenciais no âmbito da LT, são assumidos, porém não são descritos. Assim, explicitar esses processos, como procedemos neste estudo, dá abertura para que se enverede pelas riquezas e potencialidades daquilo que chamamos papel encapsulador na (re) construção dos referentes e dos sentidos do texto.

Por último, reafirmamos que a nossa compreensão de que a interface com a Linguística Cognitiva na descrição de expressões linguísticas com papel encapsulador, desenvolvida neste estudo, pode trazer contribuições importantes para a Linguística Textual, no sentido de dilucidar a complexidade e dinamicidade desse processo cognitivo-referencial. Acreditamos, com isso, que trabalhos que tratem de forma mais sistemática os aspectos cognitivos que são inerentes a certos fenômenos linguísticos,

como o que aqui investigamos, podem trazer também contribuições para a Linguística Cognitiva na sua relação com a Linguística Textual.

Para mais, admitimos que o percurso cumprido, neste estudo, é apenas o começo na construção de novos caminhos, havendo, portanto, muito o que se produzir.

REFERÊNCIAS

ALVES, A. S. S. **Funções discursivas dos processos anafóricos** – uma rediscussão dos critérios de análise. 2015. 192f. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

APOTHÉLOZ, D., REICHLER-BÉGUELIN, M. J. Construction de la référence et stratégies de désignation. In: BERRENDONNER ; REICHLER-BÉGUELIN, M-J. (eds.). **Du syntagme nominal aux objects-de-discours: SN complexes, nominalizations, anaphores**. Neuchâtel: Institute de linguistique de l'Université de Neuchâtel, 1995, p. 227-71

APOTHÉLOZ, D; CHANET, C. Definido e demonstrativo nas nomeações. In: CAVALCANTE, M.; RODRIGUES, B.; CIULLA, A. (org.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto (Coleção Clássicos da Linguística), 2003.

ARIEL, M. Accessibility theory: an overview. In: SANDERS T; SCHILPEROORD, J. e SPOOREN, W. **Text representation: linguistics and psycholinguistics aspects**. Amsterdam/Philladelphia: Benjamins, p. 29-89.

BEAUGRANDE, R. A de; DRESSLER, W. U. **Introduction to Text Linguistics**. London: Longman, 1981.

BLIKSTEIN, I. **Kaspar Hauser ou A fabricação da realidade**. São Paulo: Editora Cultrix, 1983.

CAVALCANTE, M.M. Expressões referenciais: uma proposta classificatória. **Cadernos de Estudos Linguísticos**. Campinas, v. 44, p. 105-118, 2003.

CAVALCANTE, M. M. **Processos de referenciação – uma revisão classificatória**. IX ANPOLL, 2004.

CAVALCANTE, M. M. **Referenciação**: sobre coisas ditas e não ditas. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

CAVALCANTE, M. M. **A concepção de texto nos estudos contemporâneos da Linguística Textual**. Palestra proferida em aula inaugural do ProfLetras (Mestrado Profissional em Letras) UESPI (Universidade Estadual do Piauí) em agosto de 2013. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=K6HG6AE2ff0>. Acesso em: 23 de julho de 2014.

CAVALCANTE, M.M; CUSTÓDIO-FILHO, V. Revisitando o estatuto do texto. **Revista do GELNE**, Piauí, v.12, 2010.

CIULLA E SILVA, A. **A referenciação anafórica e dêitica**: com atenção especial para os dêiticos discursivos. 2002. 90 p. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2002.

CIULLA E SILVA, A. **Os processos de referência e suas funções discursivas: o universo literário dos contos**. 2008. 201f. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

CONTE, M. E. Encapsulamento anafórico. Tradução de Mônica Magalhães Cavalcante. In: CAVALCANTE, M. M.; BIASI-RODRIGUES, B.; CIULLA, A. (Org.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 177-190.

CONTE, M. E. Coerenza testuale. In: **Lingua e Stile** 15, 1980. p. 135-154.

CONTE, M. E. Textdeixis und Anapher. In: **kodikas/Code3**, 1981. p. 121-132.

CONSTEN, M; KNEES, M; SCHWARZ-FRIESEL, Monika. The function of complex anaphors in texts: evidence from corpus studies and ontological considerations. In: SCHWARZ-FRIESEL, M; CONSTEN, M; KNESS, M. **Anaphors in text: cognitive, formal and applied approaches to anaphoric reference**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2007

CORREIA, J. C. **O admirável Mundo das Notícias: Teorias e Métodos**. Labcom, 2011.

COSTA, M. H. A. **Acessibilidade de referentes: um convite à reflexão**. 2007. 214f. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

CROFT, W.; CRUSE, D. A. **Cognitive Linguistics**. Cambridge: University Press, 2004.

CUSTÓDIO FILHO, V. **Múltiplos fatores, distintas interações: esmiuçando o caráter heterogêneo da referenciação**. 331p. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011

D’ADDIO, W. Nominal anaforici incapsulatori: um aspetto dela coesinione lessicale. **Dalla parte del ricevente: Percezione, comprensione, interpretazione. Tai del XIX congresso internazionale dela Società di Linguistica italiana (Roma, 1985)** ed. By Tullio de Mauro, Stefano Gensini & Maria Emanuela Piemontese. Roma: Bulzoni, 1988. p. 143-151.

D’ADDIO, W. Tra capsule anaphoriche e sinomini contestuali. Aspetti testuali Del lessico. **Linguistica Selecta I** (Pubblicazioni Del Dipartimento di Scienze Del Lingauggio dell’Università di Roma “La Sapienza”). Roma: Bagatto Libri, 1990. p. 6-32.

ESTEVEES, L.B. Aspectos discursivo-funcionais da introdução referencial encapsuladora em artigos de opinião. In: **Linguagem**, São Carlos, v.24 (1), 2015.

ESTEVES, L. B. **Funções discursivas dos processos referenciais de encapsulamento em artigos de opinião**. 2017. 113f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza (CE), 2017

FELTES, H. P. de M. **Semântica cognitiva: ilhas, pontes e teias**. Porto Alegre: Edipucrs, 2007.

FILLMORE, C. J. Frame semantics and the nature of language. **Annals of the New York Academy of Science**: Conference on the origin and development of language and speech, v. 280, p. 2032, 1976.

FILLMORE, C. J. The need for a frame semantics in linguistics. In: KARLGREN, Hans (ed.). **Statistical Methods in Linguistics**, n. 12, p. 5-29, 1977.

FILLMORE, C. J. Towards a descriptive framework for especial deixis. In: JARVELLA, R. J.; KLEINS, W. (eds.). **Speech, place, and action**. London: John Wiley, 1982a, p. 3159.

FILLMORE, C. J. Frame semantics. In: Linguistic Society of Korea (eds.). **Linguistics in the morning calm**. Seoul: Hanshin, 1982b.

FILLMORE, C. J. Frames and semantics of understanding. **Quaderni di Semantica**. v.6 n.2, 222-255, 1985.

FRANCIS, G. Rotulação do discurso: um aspecto da coesão lexical de grupos nominais. Tradução de Mônica Magalhães Cavalcante, Valéria Sampaio C. de Deus e Tathiane Paiva de Miranda. In: CAVALCANTE, M. M.; BIASI-RODRIGUES, B.; CIULLA, A. (Org.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 191-228.

FRANCIS, G. **Anaphoric Nouns**. Birmingham: English Language Researchgu (Discourse Analysis Monograph, 11, 1986.

HALLIDAY, M. A. K. **An Introduction to Functional Grammar** (2^a ed.). London: Edward Arnold, 1994.

HALLIDAY, M.A.K; HASSAN, R. **Cohesion in English**. London: Longman, 1976.

HYLAND, K. **Metadiscourse**: Exploring Interaction in Writing. Continuum: London and New York, 2005.

JOHNSON, M. **The body in the mind**: the bodily basis of reason and imagination. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

KRENN, M. **Probleme der Diskursanalyse im Englischen. Verweise mit this, that, it und Verwandtes**. Tübingen: Narr, 1985.

KOCH, I. G. V. **Referenciação e orientação argumentativa**. In: KOCH, I.V; MORATO, E. M.; BENTES, A.C. (Org.). **Referenciação e Discurso**. São Paulo: Contexto, 2005.

KOCH, I. G. V. **Introdução à Linguística Textual**: trajetórias e grandes temas. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

KOCH, I. G. V.; CUNHA-LIMA, M. L. Do cognitivismo ao sociocognitivismo. In: Mussalin, F.; Bentes, A. C. (org.). **Introdução à Linguística**: fundamentos epistemológicos. Vol. 3. São Paulo: Cortez, 2009.

KÖVECSES, Z. **Metaphor in culture**: universality and variation. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Metaphors we live by**. Chicago: University of Chicago Press, 1980.

LAKOFF, G. **Women, fire and dangerous things**. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. **Philosophy in the flesh**: the embodied mind and its challenge to western thought. New York: Basic Books, 1999.

LAKOFF, G. The contemporary theory of metaphor. In: Ortony, Andrew (ed.), **Metaphor and thought**, 2 ed. Cambridge, U.K.: Cambridge University Press, 1993, p. 202-251.

LEITE, R. L. **Metaforização textual**: a construção discursiva do sentido metafórico no texto. 2007. 212f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Fortaleza/CE, 2007a.

LEITE, Ricardo Lopes. Da recategorização metafórica à metaforização textual. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães et al. (Org.). **Texto e discurso sob múltiplos olhares**: referenciação e outros domínios discursivos. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007b.

LIMA, S. M. C. **(Re)categorização metafórica e humor**: trabalhando a construção dos sentidos. 2003. 170f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Fortaleza/CE, 2003.

LIMA, S. M. C. **Entre os domínios da metáfora e metonímia**: um estudo de processos de recategorização. 2009. 204f. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

LIMA, S. M. C. Operação Caixa de Pandora: o encapsulamento na referenciação de operações policiais. **Linguística e Literatura**: percorrendo caminhos. Teresina: EDUFPI, 2013.

MACCAULEY, R. N. The role of theories in a theory of concepts. In: NEISSER, Ulric. **Concepts and Conceptual Development**. New York: Cambridge University Press, 1987, p. 288-308.

MARCUSCHI, L. A. Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. In: KOCH, I. G. V.; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, A. C. (Org.) **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 53-101.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: Cavalcante, M. M.; Rodrigues, B. B.; Ciulla, Al. (Org.). **Referenciação**. V. 1. São Paulo: Contexto, 2003.

MONDADA, L. A referência como trabalho interativo: a construção da visibilidade do detalhe anatômico durante uma operação cirúrgica. In: KOCH, I.V; MORATO, E. M.; BENTES, A.C. (Org.). **Referenciação e Discurso**. São Paulo: Contexto, 2005.

MONDADA, L. **Verbalisation de l'espace et fabrication du savoir**: approche linguistique de la construction des objets de discours. Tese, Université de Lausanne, Lausanne, 1994.

PELOSI, A. C. **Social Cognitive Representations of Violence in Urban Brazil**: Violence as an Uncntrolled Force. Revista da ANPOLL (Online), v. 01, p. 273-296, 2014.

PELOSI, A. C.. Paradigmas cognitivos, lingüística cognitiva e metáfora conceitual. In: Ana Cristina Pelosi Silva de Macedo; Aline Freitas Bussons. (Org.). **Faces da Metáfora**. 1a.ed. Fortaleza: Artes Gráficas, 2006, v. 01, p. 23-36.

ROSCH, E. Principles of categorization. In: Rosch, E., Llyod, B. (eds), **Cognition and categorization**, New York, Wiley, 1978.

SALOMÃO, M. M. A questão da construção de sentidos e a revisão da agenda dos estudos da linguagem. **Veredas**, Juiz de Fora, v. 3, n. 1, p. 61-79, 1999.

SCHANK, R. C.; ABELSON, R. **Scripts, plans, and understanding**. Hillsdale, N. J.: Lawrence Erlbaum Associates, 1977.

SCHANK, R. C.; KASS, A. Knowledge representation in people and machines. In: ECO, U.; SANTAMBROGIO, M.; VIOLI, P. (eds.). **Meaning and mental representation**. Indianapolis: Indiana University Press, 1988, p. 181-200.

SHWARZ, M. **Indirekte Anaphern in Texten**: studien zur domägebundenen Referenz und Kohärenz in Deutschen. Tübingen: Max Niemayer Verlang, 200.

SILVA, A. S. da (org.). **Linguagem e cognição**: a perspectiva da linguística cognitiva. Braga: Associação Portuguesa de Linguística, 2ed, 2003.

SILVA, F. O. **Processos de referenciação no gênero notícia**. 2004. 103f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Fortaleza/CE, 2004.

SILVA, F. O. **Formas e funções das introduções referenciais**. 2013. 125f. Tese (Doutorado em Linguística), Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

SILVA, W. B. **A referenciação em textos verbo-imagéticos**. 280f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos), Universidade Federal de Uberlândia, 2014.

SOUSA, M. A.S.S.; LIMA, S.M.C. Operação sanguessuga, operação castelo de areia e operação sexto mandamento: meras designações ou verdadeiras caixas de pandora? **Veredas** - Revista de Estudos Linguísticos, Juiz de Fora, v. 19, n. 2, p. 344-356, 2015.

SOUSA, M. A. S. S. **As designações de operações policiais no processo de referenciação**: uma abordagem linguístico-cognitiva. 2012. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2012.

ZAMPONI, G. **Processos de referenciação**: anáforas associativas e nominalizações. 2003. 273 p. Tese (Doutorado em Linguística) – UNICAMP, São Paulo, 2003.

ZAVAM, A. São axiológicas as anáforas encapsuladoras? In: CAVALCANTE, M. M.; COSTA, M. H. A.; JAGUARIBE, V. F.; CUSTÓDIO-FILHO, V. (Org). **Texto e discurso sob múltiplos olhares**: referenciação e outros domínios discursivos. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. p.123-143.